



N.º 8 do Séc. XXI – junho 2026

FUNDADA EM 1861 | 08 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL



independência

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



Índice

- _003** - Editorial
- _006** - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
- _008** - O mistério da “Empresa” de D. Sebastião, *Vitor Amaral de Oliveira*
- _024** - Presença, *Pinho Neno*
- _026** - Apresentação das FIGURAS DE JADE, *António Aresta*
- _030** - Camões e o Tratado das Alcáçovas, *João Palmeiro*
- _034** - Prémio Aboim Sande Lemos - Identidade Portuguesa, *General Alexandre de Sousa Pinto*
- _037** - Este tempo chama-nos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal, a acreditar em Portugal, *José Ribeiro e Castro*
- _043** - Prémio Mares da Lusofonia, *Carlos Papafina*
- _048** - Memórias de um tempo em rutura: um testemunho pessoal, *Luís de Almeida Sampaio*
- _051** - O 25 de Novembro de 1975, *General Alexandre de Sousa Pinto*
- _059** - Atoleiros, a primeira grande vitória de D. Nuno Álvares Pereira, *Frederico Gonçalves Pereira*
- _064** - Assinalar os 642 anos da Batalha de Atoleiros é evocar um momento que ultrapassa a cronologia e entra no domínio da consciência coletiva, *Tenente-General João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro*
- _069** - Aniversário Batalha dos Atoleiros, *Alberto Santos*
- _074** - A defesa de Portugal nas Guerras da Restauração 1640-1668, *Augusto Moutinho Borges, Luísa Machado Ferreira*
- _084** - Apontamentos históricos sobre o ‘Dia da Espiga’ – Tradição e Significado, *João Abel da Fonseca*
- _094** - Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, *João José Brandão Ferreira*
- _103** - Como poema ou Águia... História para os Anjos! (Capriccio), *Annabela Rita*
- _112** - Um São Vicente da Cidade do Porto no fim do século XVIII, *Orlando V. B. da Rocha Pinto*



Editorial

Nação que se lembra, Nação que se refresca

- por José Ribeiro e Castro

Chega hoje ao público mais um número da revista "Independência", publicação que se tem afirmado como espaço de reflexão sobre Portugal, a sua história, a sua identidade e o seu futuro. Num tempo marcado pela aceleração dos acontecimentos e pela fragmentação da memória colectiva, esta edição oferece um convite raro: parar para pensar Portugal.

Os textos aqui reunidos percorrem séculos da nossa

história, da Idade Média ou da época moderna à contemporaneidade, sob um fio condutor comum. Não se trata apenas de revisitar acontecimentos, personagens ou debates do passado. Trata-se de compreender como se construiu a comunidade nacional portuguesa e de que forma essa construção continua a interpelar-nos.

A escolha dos temas fala por si. Da defesa do Reino durante as Guerras da Restauração ao mistério da

“Empresa” de D. Sebastião; da religiosidade e da vida urbana portuense no final do século XVIII às memórias de um tempo recente de ruptura; da reflexão sobre a identidade portuguesa ao apelo para acreditar em Portugal, tudo converge para uma pergunta central: o que significa, hoje, ser uma nação livre, consciente da sua história e confiante no seu destino?

Um dos méritos desta edição reside na sua amplitude temporal. O leitor percorre diferentes épocas, mas encontra em todas elas questões actuais. A defesa de Portugal durante as Guerras da Restauração recorda que a independência nacional, tantas vezes tomada como garantida, foi uma conquista que exigiu determinação, sacrifício e visão estratégica.

A mesma reflexão surge no ensaio sobre D. Sebastião e a sua “Empresa”, de Vítor Amaral de Oliveira, que, ainda recentemente, publicou a obra monumental “Imagens de D. Sebastião”. Poucas figuras da história portuguesa suscitaram tanta fascinação. Entre a realidade histórica e a construção mítica, D. Sebastião continua a simbolizar a relação complexa entre esperança, ambição e destino nacional. Revisitar esta questão é também reflectir sobre a forma como as comunidades políticas constroem as narrativas acerca de si próprias, dos seus fracassos e das suas expectativas.

Particular interesse reveste igualmente o olhar lançado sobre a cidade do Porto no final do século XVIII, através da evocação de São Vicente. A identidade nacional não se constrói apenas através dos grandes acontecimentos políticos ou militares. Nasce também da vida quotidiana das comunidades, das suas devoções, tradições e instituições. A história de Portugal é, afinal, a soma de muitas histórias locais que se entrelaçam numa experiência comum.

Mas esta edição não se limita à história distante. Pelo contrário, estabelece uma ponte constante entre passado e presente. Num contexto internacional marcado por profundas transformações geopolíticas, por novas dependências económicas e tecnológicas e por crescentes desafios culturais, a questão da independência adquire renovada actualidade.

Naturalmente, a independência de uma nação no século XXI não se confunde com os desafios enfrentados noutras épocas. Contudo, permanece válida a exigência de preservar capacidade de decisão própria, consciência histórica e coesão colectiva. A soberania política continua a depender da existência de uma comunidade que se reconhece a si mesma, conhece as suas raízes e acredita no seu futuro.

Portuguesa — com que distinguímos este ano o notável trabalho do Eng.º Armando Martins no domínio das Artes, em especial através do extraordinário MACAM — assume, neste contexto, significado especial, bem evidenciado no texto do Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto. Num mundo frequentemente tentado por visões uniformizadoras, importa reafirmar que a identidade portuguesa não é uma realidade estática nem uma mera herança do passado. É uma construção histórica viva, enriquecida ao longo dos séculos por múltiplas experiências, influências e realizações.

Também o meu texto intitulado “Este tempo chama-nos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal, a acreditar em Portugal”, contendo as palavras que proferi na Sessão Solene anual de Maio passado, se insere nessa mesma linha de reflexão. Num período em que o discurso público tende frequentemente para o pessimismo e para a desvalorização das capacidades nacionais, afirmar a necessidade de acreditar em Portugal constitui uma tomada de posição cívica. Nenhuma comunidade progride sem confiança em si própria. Outro dos pontos altos desta edição é o testemunho pessoal sobre o 25 de Novembro de 1975, cuja evocação marcou o cinquentenário assinalado em 2025.

A memória individual possui uma força particular quando integrada na reflexão histórica. Os grandes processos colectivos tornam-se mais compreensíveis quando observados pela experiência concreta de quem os viveu. As memórias pessoais permitem captar emoções, percepções, dilemas e expectativas que frequentemente escapam às narrativas mais institucionais. As experiências de quem viveu os acontecimentos ajudam-nos a compreender os factos e as escolhas que moldaram o país.

Aliás, um dos traços distintivos da revista “Independência” tem sido precisamente esta capacidade de combinar investigação histórica, ensaio, reflexão cívica, evocação memorialística e intervenção cultural. A revista procura ser um lugar de encontro entre conhecimento e cidadania, entre memória e actualidade.

Essa vocação adquire ainda maior significado no contexto das comemorações dos 900 anos de Portugal, que progressivamente entram na agenda pública nacional. O debate sobre as origens, os marcos fundadores e os momentos decisivos da construção portuguesa ganha nova visibilidade e exige reflexão séria, informada e plural.

Ao percorrer as páginas desta edição, o leitor encontrará temas diversos, autores distintos e abordagens próprias. Além do que já acima referi, irá dos Atoleiros ao 25 de Novembro, das Alcáçovas a Nossa Senhora da

Conceição, de Camões e Macau ao "capriccio" que tece a alma portuguesa, da tradição popular do Dia da Espiga ao mar sempre. E encontrará também uma ideia comum: Portugal é uma realidade histórica que merece ser estudada, compreendida e valorizada. Não por nostalgia, mas porque a consciência histórica continua a ser um recurso indispensável do país e dos seus cidadãos.

Num mundo onde tantas referências parecem dissolver-se, recordar a experiência histórica portuguesa é um acto

de responsabilidade cultural. Entre a evocação do passado e a interrogação do futuro, reafirma-se uma convicção simples mas fundamental: a independência continua a ser um dos bens mais preciosos de uma comunidade política.

Que estas páginas ajudem, pois, a **conhecer melhor Portugal**. E que, conhecendo-o melhor, possamos também **servir melhor Portugal**.



Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Orlando Temes de Oliveira. Carlos Seixas da Fonseca. José Eduardo Franco. Victor Borges. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA

Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: <https://revistaindependencia.pt>
Legenda da capa: Encerramento do XI Desfile de Bandas Filarmónicas.
Créditos fotográficos: José Ribeiro e Castro; Henrique Matos; Helena Grego; Carlos Godinho; Fernando Matos, Fidalgo Pedrosa, Sónia Manuel e Juvenália de Oliveira.
Imagem de capa e contracapa: Fotografia de «Fresco da Batalha dos Atoleiros, em Fronteira, do pintor Jaime Martins Barata, pintado na parede da sala de audiências do antigo Tribunal de Fronteira»



O mistério da “Empresa” de D. Sebastião

Vitor Amaral de Oliveira *

1.

A juntar aos muitos mistérios da curta vida de D. Sebastião, um dos não menos significativos são as palavras que se lhe atribuem, em comparação com as que efectivamente escreveu. O conjunto daria uma fornecida listagem, que pode resultar num bom complemento para justificar a sua personalidade, mas que não deixaria de ser uma aproximação virtual do já inefável retrato que a história se tem esforçado por fazer, comprovada pelas centenas de escritos sobre o rei na tentativa de o apanhar em flagrante de vida e de morte.

Na realidade, após a assinatura em dezenas de documentos oficiais, a que obrigava a qualidade de rei, já que o seu reinado foi um dos que mais leis, provisões e regimentos publicou. Tudo isso é do domínio do formalismo governativo, sem interesse para o que se propõe aqui. Não são muitas as possibilidades que temos de o apanhar em acto de escrita. Mas *de sua própria mão*, como referem os cronistas, pelo menos em cinco momentos, podemos surpreendê-lo a manifestar a sua opinião, sem relato de terceiros e que ajudam a compreender o seu carácter. Ainda criança, em *idade pupilar*, expressão de Duarte Nunes de Leão, conta José Pereira Baião, em 1737, retomando de Jerónimo de Mendonça na *Jornada de África* (1607) que, para treinar a escrita, escreveu: *Em sendo grande quero ir conquistar a África*, o que lhe valeu uma reprimenda do Pe. Luís Gonçalves da Câmara (J. de Mendonça) ou de D. Miguel de Meneses (Baião), ambos presentes na câmara do rei naquele momento. Em outra altura, ainda menino, a D. Maria de Meneses. no dia em que esta fazia a profissão para freira no convento da Madre de Deus, lhe disse que pedisse a Deus que o fizesse seu capitão (Jerónimo de Mendonça), o que corresponde ao que por sua mão escreveu antes de tomar governo, com catorze anos, em uma *Memória*, em trinta e sete pontos, que representam o que se poderia chamar hoje de programa de governo,

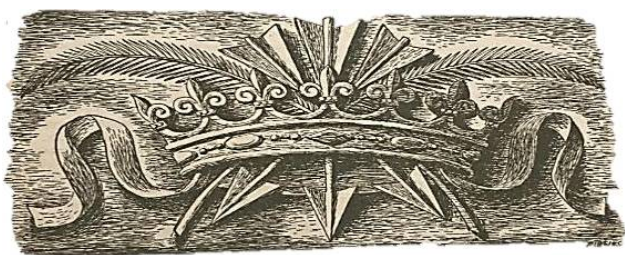
onde expressa o seu *pio e santo zelo* (José Pereira Baião): *Trabalharei muito por dilatar a Fé de Cristo e que se convertam todos os infiéis*. E, ao mesmo tempo, compromete-se com os seus súbditos para uma boa governação. Mais tarde, agastado pela insistência com que queriam impor-lhe o casamento com Margarida de Valois, entrega a Martim Gonçalves da Câmara, Escrivão da Puridade, para a ler no Conselho de Estado que se ia realizar a propósito do assunto, uma resposta escrita negativa e firme, que Diogo Barbosa Machado reproduz (1737): *Pelo reino porei a vida muitas vezes, e pela honra e pela fé porei honra e vida e tudo. E pelo proveito do reino e meu não porei a honra do reino e minha, pois este foi o caminho dos reis que a ganharam. Hoje, Domingo 18 de Setembro de 1569*. A última vez em que lemos um escrito da sua mão, é o longo e complicado texto da *Relação da primeira jornada que fez a África no ano de 1574*. Depois de muitas considerações técnicas sobre marinharia e táctica de batalha, deixa nas últimas linhas uma expressão de sensibilidade e de alguma serenidade na agitação do seu fervor guerreiro e desinquieta:

Pondo-me a cavalo fui ao Mosteiro do Cabo de S. Vicente, que está na ponta da terra do Cabo, tão estranho, feroso e grave, como realçado, entendido, e celebrado dos mortos vivos que foram, e mais aprovado, engrandecido, e lembrado de ser ignorado dos vivos mortos, que de serem indignos dele, o não hão podido entender, nem compreender, onde estive nove, ou dez dias só com dois Oficiais meus, vendo a vista das manhãs e tardes, dias, e noites, e o muito que se nelas viam daquele grande porto, e sítio, vendo nascer o Sol no Oriente do Horizonte no mar, e seu ocaso no Ocidente por o horizonte no mesmo mar, que é estranha vista, e rara, donde se vêem duas costas, e dois mares, demandado este Cabo de todos os navios que navegam de Levante a Ponente.

Pelas crónicas sabemos igualmente a sua ligação a S.

Sebastião, de quem tomou o nome e o desejo que manifestou ao Papa S. Pio V que lhe enviasse uma seta do mártir. Por morte daquele, só o seu sucessor, Gregório XIII, concretizou a oferta, que chegou a Lisboa a 6 de Fevereiro de 1574. Este acto de extrema deferência papal proporcionou-lhe o ensejo de reformar as três Ordens Militares e de criar uma nova: *Ordenei para esta nova Ordem, que tenho assentado que se chame a Ordem da Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo e divisa de S. Sebastião, pela Seta que com a mesma cruz ao pé dela trago.* (BN: cod. 887, fl. 158r-158v.), que se extinguiu com a sua morte. A notícia da chegada da relíquia foi recebida em Almeirim, onde então residia a corte, e Camões, partilhando da euforia, deixou mencionado este acontecimento em uma das suas oitavas:

*Tomai também a seta veneranda
que a vós o sucessor de Pedro manda.*



A única indicação que existe da instituição da ordem acha-se na igreja de S. Vicente de Fora, onde pelos frisos há frechas cruzadas, postas em aspa. *O templo é obra filipina por excelência, no desejo logo manifestado por Filipe II de substituir a igreja meio construída no Terreiro do Paço, em invocação a S. Sebastião, por um templo conventual que responderia às obras ordenadas nos paços da Ribeira. E que, Rei de uma nova dinastia estrangeira, ele quis sobrepor às casas fundadas logo após a reconquista cristã, sempre dedicado a S. Vicente, patrono da cidade, juntando-se-lhe agora a invocação do rei morto em Alcácer Quibir, a quem ele, Filipe, devia a coroa herdada - o sistema dos símbolos reais organiza-se numa necessária coerência política* (José-Augusto França, 2008). Também aparece em algumas moedas, nomeadamente na moeda de 1000 Reais, vulgarmente conhecida como S. Vicente. Está também certificado que usou na cunhagem de moedas de circulação, duas inscrições latinas: *In hoc signo vinces*, divisa não exclusiva sua, usada pelo avô e comum em anverso de moedas de diferentes reinados, nomeadamente no *Engenhoso* que revolucionou a nova técnica de fabrico contra falsificações, cunhado a partir de 1562, e *Zelator fidei usque ad mortem*, inscrita no S.

Vicente que já vinha de D. João III e passou a ser cunhado com o nome de D. Sebastião, a partir de 4 de Fevereiro de 1558.



No manuscrito do *Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* mandado fazer por D. Sebastião ao Dr. Pedro Álvares Seco do seu desembargo e cavaleiro professo da Ordem de Cristo (1560-1568) a capa tem representadas duas setas de ponta para baixo ladeando o brasão de armas de Portugal, e na bordadura a inscrição latina que lhes faz referência: *Sagittæ tuæ acutæ populi sub te cadent in corda inimicorum regis* (As tuas setas pontiagudas, nos povos sob o teu domínio, caem no coração dos inimigos do rei).



2.

No entanto, tem sido atribuída a D. Sebastião uma divisa e uma imagética de sete estrelas, lua em Crescente sobre mar calmo e peixe conchavado, e palavras um tanto enigmáticas que alguns traduzem com as ideias do

favorecimento dos excelsos e serenos. É uma empresa um tanto sinérgica, nos seus dois substantivos bastante adjectivados, ligados por um verbo intransitivo e, sobretudo, muito energética.

3.

Emblema, empresa ou *divisa* é a associação de uma imagem com uma legenda, que representa uma ideia ou um conceito que defina o seu possuidor. De grande voga nos séculos XVI e XVII, designaram-se *emblemas*, cada um dos conjuntos constituídos por uma imagem enigmática acompanhada por uma frase que ajudava a decifrar um sentido oculto moral, explicado por um texto em verso ou em prosa e que alguns autores usaram também com objectivos didácticos, de entretenimento ou até de deleite visual, o que originou centenas de publicações por toda a Europa.^[1] Em Portugal são conhecidas as divisas que D. Filipa de Lencastre introduziu na corte e que alguns representantes da dinastia de Avis adoptaram. As mais conhecidas são a do rei D. João I, *Pour bien*, ou *Por Bem*, como está exarada na

Sala da Pegas do Palácio da Vila de Sintra, a do Infante D. Henrique, *Talant de bien faire*, ou de D. João II, *Pela Lei e Pela Grei*, que embelezam os respectivos túmulos no Mosteiro da Batalha.

Ora, percorrendo os textos manuscritos e as crónicas publicadas relativas a D. Sebastião, desde Miguel Pereira (1584) até 1677, em português, francês, espanhol e italiano, sabemos-lo a manifestar os seus desígnios religiosos e guerreiros, mas nada de plasmar isso em empresa que o explicasse, nunca descortinamos qualquer letra de divisa que o rei Desejado tenha definido, escolhido ou usado, mesmo quando viria a propósito, o que levanta sérias dúvidas sobre a autenticidade da atribuição.

4.

No entanto, no estrangeiro não faltam exemplos de vários autores que associam D. Sebastião a uma empresa específica. Em 1656, o capuchinho Marcelino de Pisa publicava a *Moralis Encyclopædia*. Na ordem por que o conhecemos hoje, cita o possível símbolo do rei português, a propósito da moralidade que queria introduzir:

Veja-se Agostinho. A carne humana, com a qual estava sujeito ao pecado, quando morreu, foi unida à carne limpa daquele, incorporada, feita uma só com ele, vive do seu espírito, como o corpo do seu próprio espírito. Aquele que não é do corpo de Cristo não vive do espírito de Cristo. Tu tens um corpo, um Espírito e um Símbolo que melhor se adapta à constelação da Spica Virgo e à aura de Favónio. Tempos atrás, Sebastião, rei da Lusitânia, quando estava prestes a travar a guerra contra os Mouros, utilizou este símbolo no seu brasão: CELSA SERENA FAVENT. Sente-te mais animado com este Símbolo, ao aproximar-te do altar. Aí está a estrela Spica Virgo, bem vermelha e cintilante. Vai em paz com esta luz que brilha

para ti, diz Favónio: CELSA SERENA FAVENT, mas lembra-te que o Sagrado só é dado aos Santos, e negado às origens, daí a frase: Pão vivo torna-se divino para os santos, para os maus é mortal, ele que para os outros é vital.^[2]

Esta explicação justificaria a atribuição deste lema a D. Sebastião, pois o autor afirma que o rei utilizou o Símbolo no brasão. Mas depressa se descobre a origem da informação, pois Marcelino de Pisa anota à margem: *Ex Symbolis Typotius*. Deste modo, por esta marginália retrocedemos a onde tudo começou, e chegamos a Sadeler/Typot nos *Symbola Divina et Humana*, de 1600/1601, como se verá.

Em 1601 em plena euforia dos *Emblema, Symbola, Sylloge, Iconologia, Vrais Portraits*, (que o nosso Pedro de Mariz, em 1594, também seguiu, ao publicar *os mais verdadeiros retratos que se puderam achar*) moda que alastrou e originou centenas de publicações nos séculos XVI e XVII, na esteira de Andrea Alciato e Cesare Ripa, os

inauguradores do género, Egídio Sadeler (c. 1570-1629), pintor e gravurista flamengo, publicava em 1600, em Praga, onde vivia, *Symbola divina et humana pontificum, imperatorum, regum* (pp. [113]-[115]). É o primeiro aparecimento da atribuída empresa a D. Sebastião, juntamente com outros reis. Ainda incompleta, pois esta edição apresentava somente as gravuras e a *inscriptio*, sem comentário, não cumprindo o cânone do conjunto, usualmente tripartido em lema (*inscriptio*), imagem (*pictura*) e comentário (*subscriptio*) na sua estrutura formal. Só no ano seguinte seriam as imagens completadas com uma *breve e fácil isagoge* pelo humanista flamengo Jacob Typot ou Jacques Typoets (1540-1601), em três volumes, novamente editadas em Praga. No Prólogo ao leitor, ao apresentar a obra, Sadeler/Typot traçavam as linhas que guiam a leitura dos emblemas:

Usai e desfrutai [estas imagens], não as contempleis apenas. Pois, se reflectirdes um pouco mais profundamente, vereis que não são tanto os olhos que se alimentam, mas sim o espírito, como acontece com aqueles grandes homens que, por sua brilhante concisão, superam grandezas mais imponentes. Eles cativam o espírito completamente, mas, tendo dissipado as trevas do erro, imbuem-no de verdadeira piedade e virtude comum. É por isso que não vos recomendo aqueles que, à primeira vista, vos sorriem e que, com um simples olhar, conquistam a alma com amor sincero, pois não podem, por sua própria natureza, agradar a espíritos honestos. [3]

Nestas palavras não andam longe do que dizia Alciato, nos *Emblematum libellus*, em 1534:

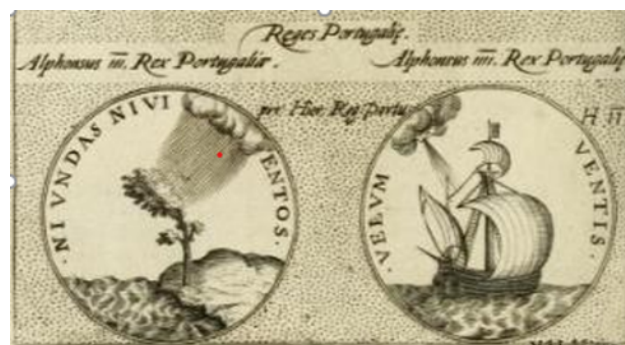
Nos meus momentos de ócio, forjei estes emblemas, símbolos criados pela ilustre mão dos artífices, para que qualquer um possa pregá-los nas vestes como acessórios e nos chapéus como insígnias, e assim escrever com signos mudos [4]

Emblemata cudimos (*cudere*, forjar, cunhar) é a expressão de Alciato para explicar a génese da feitura dos Emblemas criados pela ilustre mão dos artífices. Typot afirma que reúne e interpreta, *qua ego contraxi* (*contrahere*, reunir, assumir), a partir das gravuras abertas por Sadeler. Estes dois verbos sustentam a base em que se funda a glosa ou *descriptio* que acompanha o Emblema ou, no caso que nos interessa, a Empresa. Se a isso juntarmos a inspiração, quase sempre retirada dos antigos, da poesia clássica, da mitologia ou de acontecimentos políticos contemporâneos da pessoa visada, facilmente se conclui que ambos, Emblemas e Empresas, são fruto da imaginação dos autores, com fins de criação de *signos mudos* (Alciato), ou para imbuir a *verdadeira piedade*, ou fazer *florescer a virtude* (Typot).

Mas não é preciso deduzir ou elucubrar sobre a origem destas colectâneas de empresas. O próprio Sadeler se encarrega de dar a explicação, dirigindo-se ao leitor:

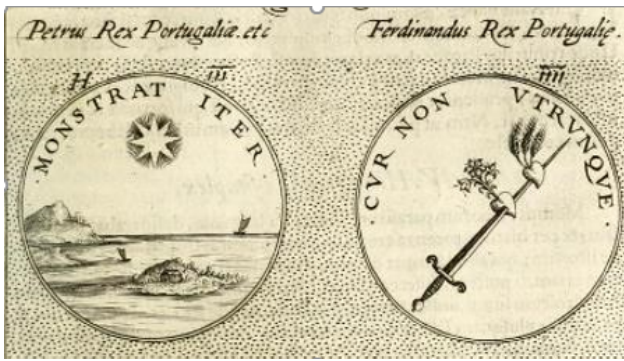
Não me enganou o meu julgamento sobre a vossa opinião. Assim, os Símbolos que interpretei e juntei num livro, com tanto zelo e cuidado, são variados. Mas como haverá muitos que, ao olhá-los, desejem saber o que vêem, e nem sempre têm acesso ao que procuram, reuni-os, não para servir o interesse de alguns, mas os interesses e desejos respeitáveis de todos. Porque lhes acrescentei a isagoge, para que possais sempre tê-los junto com os mistérios do Mistagogo, e ao mesmo tempo entendeis que a vossa benevolência é mais importante para mim do que o proveito que eu possa ter. [5]

Assim, Sadeler/Typot, em 1600 e 1601, fazem a *Hierographia Regum Portugalliae* a onze reis das primeira e segunda dinastias. Na obra *Symbola divina et humana pontificum, imperatorum, regum*, atribuem lemas aos quatro últimos reis da primeira (D. Afonso III, D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando) e a todos os reis da segunda, à excepção de D. Afonso V, e “descobrem” um rei na pessoa do *Navegador*, guindando o Infante a Rei D. Henrique I, *rei de Portugal que começou a navegar pelas costas de África*. Ora, para construir o conjunto dos onze reis a quem atribuem empresas, bastaria, relativamente aos monarcas da segunda dinastia, conhecer as divisas inscritas nos respectivos túmulos na Batalha e sobre eles dissertar sem invenção. Mas não foi esse o caso. Typot, sempre baseado na antiguidade clássica, e, na verdade, em alguns factos do tempo dos reis a quem atribui os lemas descritos nas imagens de Sadeler, faz uma interpretação espúria, em isagoge breve, sim, mas de compreensão nada fácil, ao contrário do que preconizava. Acertou unicamente na de D. João III, *In hoc signo vinces*, aliás, repetida por vários monarcas. São, pois, as seguintes, as empresas atribuídas – ou inventadas – aos onze reis e ao Infante D. Henrique, por Sadeler/Typot, não incluindo, por agora, a de D. Sebastião:

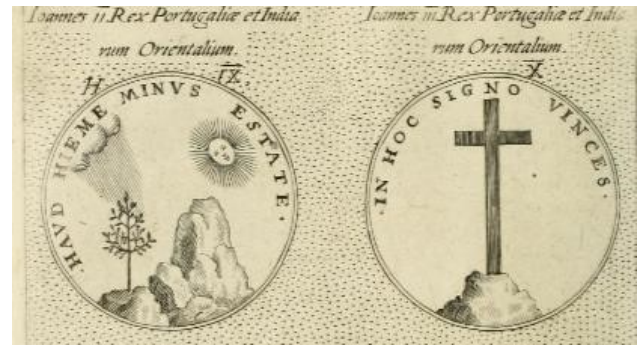


D. Afonso III, NI UNDAS, NI VIENTOS (*Nem ondas nem ventos*) na segunda versão de 1666, Vientas
D. Afonso IV, VELUM VENTIS (*Vela do vento*)

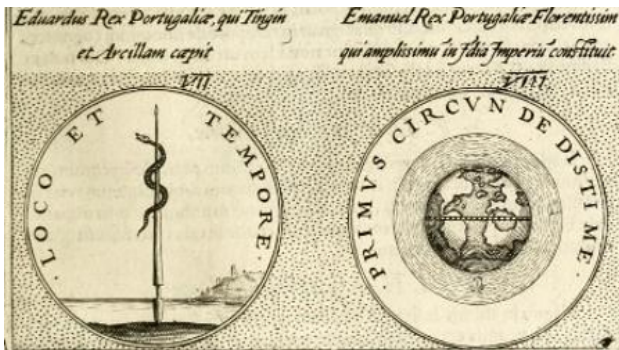
• • • •



D. Pedro, MONSTRAT ITER (Mostra o caminho)
 D. Fernando, CUR NON UTRUMQUE (Porque não ambos)



D. João II, HAUD HYEME MINVS ESTATE (Não há inverno, menor o Verão)
 D. João III, IN HOC SIGNO VINCES (Por este sinal vencerás)



D. Duarte, LOCO ET TEMPORE (No lugar e no tempo)
 D. Manuel, PRIMVS CIRCVM DEDISTI ME (Tu me deste a primeira circum-navegação)[6]



D. João I, ACVIT UT PENETRET (Afiado para penetrar) - Henrique I [Infante D. Henrique], PERRENNITAS LAVDIS (Persistência de louvar)



D. Henrique II, UBER ET TUBER (Fecundo e fértil)



Por esta primeira abordagem se verifica já a fecunda e fértil imaginação dos autores. Das imagens se infere como, a partir de um pequeno pormenor na história da personagem, se construiu uma representação exuberante de sentido, que a descrição muitas vezes transcende. Pelo Lema e a Pictura aqui mostradas se percebe como estas vastas colecções de emblemas e símbolos não têm como objectivo uma verdade histórica, mas um sentido moral, uma preocupação didáctica, muitas vezes a

repetição das virtudes elogiadas. A *descriptio*, que serve como declaração do significado, ou argumento, usa várias fontes clássicas, mitologia, por vezes eventos políticos, como no caso de D. Sebastião a relação do significado do desenho com a morte na batalha contra o rei de Fez, como é assim designado o oponente contra o qual o rei combatia, tomando a parte pelo todo. Não cabe aqui citar todas as descrições de Jacob Typot repetidas por todos os autores subsequentes. De modo geral, sempre que há representação de animais, é Plínio, o Velho, a fonte de inspiração na sua *Historia Naturalis*, vasto compêndio das ciências antigas distribuído em trinta e sete volumes:

O menor caranguejo de todos é conhecido como pinnotheres, e, portanto, está particularmente exposto ao perigo. A sua astúcia, no entanto, é evidenciada por se esconder na concha da ostra; e à medida que cresce, move-se para as de tamanho maior. (Livro IX, cap. XLII).

É o caso de D. Sebastião e da sua “Empresa” na qual nos centraremos. Por isso, se cita a *descriptio* que acompanha a imagem:



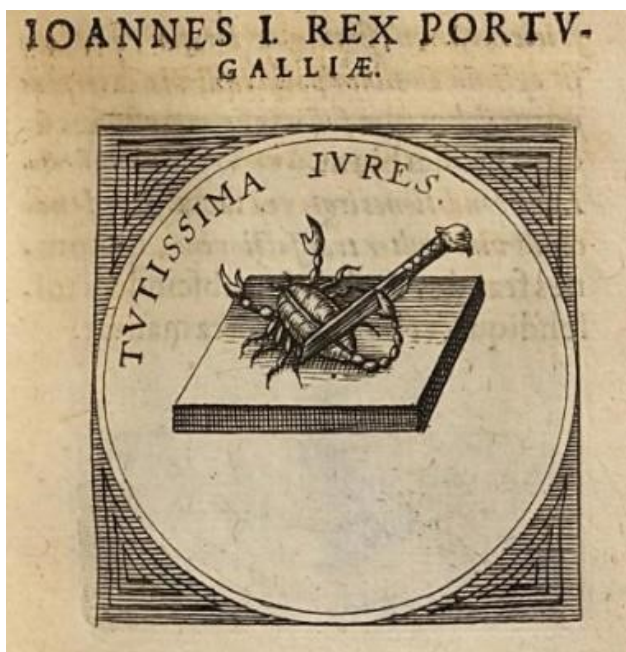
• • • •

Pina é do género Pinna das Conchas de Plínio, ou melhor, de Aristóteles, de quem aquele quase copia a descrição. Nasce no lodo, sempre coberto, e nunca sem companhia. É um camarão pequeno, chamado Caranguejo por Plínio. Mas vejo a Concha: e apresentada desta forma diferente e, por assim

dizer, deformada. Pois é verdade que se o caranguejo aqui, ou o camarão, é assim chamado por Cícero, e não só por Plínio, por uma questão de comida, entra em companhia, com a Concha, como se vê, parecendo um leque. E Sebastião, Rei de Portugal, não por necessidade de comida, mas por alguma outra causa, quis fazer um tratado com o rei de Fez. Isto conjecturo eu a partir de Hieróglifos, através dos quais revi estes dois comentários antigos. Como não me engana a mim nem a ninguém, sigo a opinião de Aristóteles, tal como os príncipes e estados da liga, para aproveitarem as suas vantagens. Mas nem sempre enganamos os outros, como quando obtemos prazer ou vantagem nos conselhos. Muitas vezes enganamo-nos a nós próprios. Daí o resultado trágico da guerra. Vê-se Septentrião. Ninguém ignora que as conchas são cheias e esvaziadas pela lua. Se o jovem rei tivesse sabido, a causa do bom presságio teria sido a lua cheia. Por isso, quando quis aumentar o seu poder e alargar o império, perdeu a vida e o reino. Vejo que a Lua crescente também é causa de bom presságio. Mas nem ela estava tão serena e ativa para favorecer os conselhos, quanto as forças do cometa reluzente eram opostas.[7]

Salomon Neugebauer (1574-1625?), autor prussiano, foi reitor do *Gymnasium* calvinista polaco de Kock, e guia e preceptor dos filhos de seu mentor Andrés Firlej, dono dessa escola. Apaixonado por Geografia e História, realizou uma viagem pela Europa com os seus pupilos. Em 1619, fruto desse entusiasmo pela historiografia, mas também em momento em que está a germinar o futuro império prussiano, publica em Frankfurt o livro de emblemas *Selectorum Symbolorum Heroicorum Centuria Gemina Enotata Atque enodata*. É um livro ilustrado, com imagens e para fins didáticos, que exercia uma ótima força de propaganda para incutir valores na escola, morais e humanos, e servia igualmente para decantar a visão histórica de uma cultura e de um povo.[8]

Neugebauer recupera apenas sete dos emblemas atribuídos a reis portugueses, deixa de fora os reis da primeira dinastia desenhados e descritos por Sadeler/Typot. Insiste na atribuição ao “rei” Infante D. Henrique, que, como os autores anteriores, apoda de Henrique I, conservando o mesmo lema e desenho. No entanto, comprovando a forma aleatória como eram escolhidas e atribuídas, nesta publicação de Neugebauer as empresas de D. João I e de D. João II são completamente diferentes das de Sadeler:

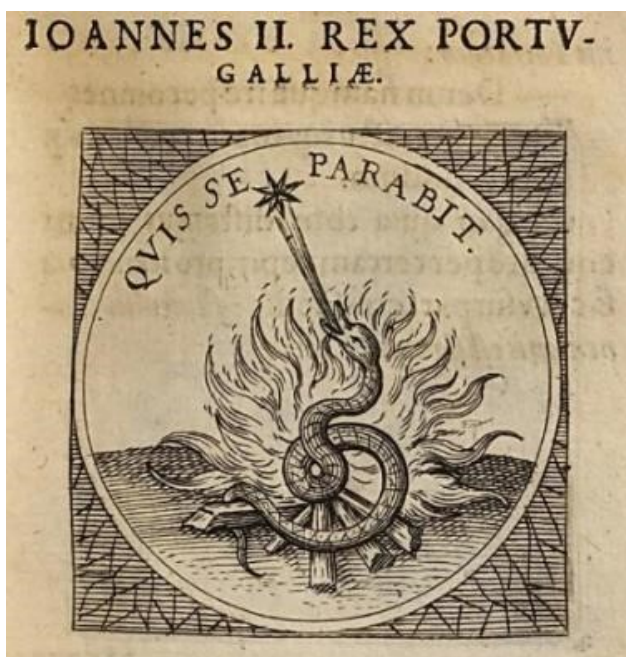


D. João I, TUTISSIMA JURES (Direitos de segurança)

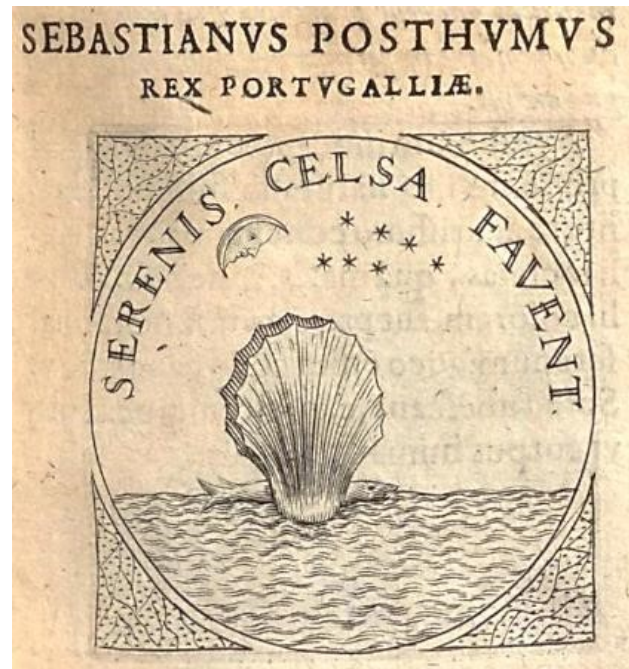


Sobre a concha, uma lua com estrelas sob uma inscrição simbólica: SERENIS CELSA FAVENT. É prova de feliz presságio, pois a Lua em crescente parece prever o aumento do reino do jovem rei, que, embora desejasse alargar o império, perdeu a vida e o reino. Daqui pode ter surgido um símbolo, retirado da História Natural, segundo diz um escritor reputado sobre a concha: a companhia do céu é maior do que a do mar, pois nublado traz o escuro, ou, pela claridade da manhã, a serenidade: assim, por Deus se alegram os céus, para que o sol fique vermelho e luminoso, ou pereçam, como o corpo humano.[9]

A gravura inserta em Neugebauer parece seguir o original de Sadeler, embora se lhe reconheça outro traço. Repete até o mesmo erro que é a representação da Lua em minguante, enquanto o texto da glosa refere em ambos a lua em crescente, para além da correcção de *Serenis*, já referida anteriormente. Uma coisa o autor prussiano aproveitou e reproduziu da anterior: a legenda da gravura que indica o destinatário: *Sebastianus Posthumus, Rex Portugalliae*, que em Sadeler/Typot, é confirmada com a informação: *Sebastião póstumo, Rei de Portugal, morto em África pelo rei de Fez*.



D. João II, QVIS SEPARABIT (Quem vai separar)



De D. Sebastião conserva a mesma forma, embora com novo traço. Perturbado pelo aparente erro do verbo *faveo*, intransitivo, corrige a primeira palavra do lema para o dativo, *Serenis*. E também melhora a *descriptio*, tornando-a mais clara e legível:

Ergue-se uma concha sobre o mar, e abaixo um peixe inteiro.

Estes dois autores têm como objectivo a “empresa” ou como indicam nos respectivos títulos, o *Symbolo* que acompanha cada personagem que descrevem, mas ambos, pela legenda da gravura, indicam que ela é dirigida a D. Sebastião póstumo. Para os outros é assumida a morte, como é evidente, mas para este rei em particular, tiveram a necessidade de acrescentar o

adjectivo, pois é ao facto histórico ligado ao rei e à sua repercussão europeia, que a empresa é dirigida. Na verdade, não tinha decorrido muito tempo desde o

infausto acontecimento, de que ambos os autores estavam mais bem informados do que para a historiografia dos outros reis.

5.

Mas em Portugal, é a partir de 1680, no volume III da *Europa Portuguesa*, que há conhecimento da enigmática frase atribuída a D. Sebastião. Pedro de Faria e Sousa empreendeu a reedição do livro de seu pai, o erudito polígrafo Manuel de Faria e Sousa, que apelidava Camões ternamente, com um misto de reverência e de convivência exegética, *mi poeta*. Chamou-lhe abusivamente *Segunda edición*, quando, na realidade, se trata de uma edição, *correcta, ilustrada y añadida en tantos lugares y con tales ventajas, que es labor nueva*. Na verdade, a primeira edição, em 1628, ainda em vida do autor, com o modesto título de *Epitome de las historias portuguesas*, e publicada em Madrid, conhecera duas edições póstumas em 1674 e 1677, em dois volumes, e surgia agora em três volumes, em aparato de *in-folio* com datas de 1678 a 1680, com o título mais soante de *Europa Portuguesa*, ornada de belas gravuras de Pedro Perret. Sob a gravura de D. Sebastião colocou a respectiva Empresa com as palavras CELSA SERENA FAVENT. Para a sua *nova* edição, Pedro de Faria e Sousa mandou acrescentar como complemento valorativo, as Empresas de apenas onze reis até D. Henrique, que fora buscar a Sadeler/Typot. A série da História portuguesa dos Faria e Sousa culminaria com as magníficas edições de Francisco Foppens e de Juan Bautista Verdussen, de Bruxelas e de Antuérpia, no mesmo ano de 1730. Com o retumbante título de *Historia del Reyno de Portugal*, acrescentadas com os últimos quatro reis até àquela data e muitas notas sobre a geografia e *otras cosas curiosas del dicho reyno*, em magníficos *in-folios* joaninos, mereceu bem a

classificação de *nueva edición*. Com gravuras dos reis em corpo inteiro, agora abertas por Johannes Moll e François Harrewijn eram um bom cartão de visita para dar a conhecer Portugal, a sua História e igualmente a grandeza do reinado de D. João V. Mas perdeu novamente a inclusão das empresas da edição anterior, que o original e as reedições de Manuel de Faria e Sousa também não referiam, ausência que se repetiria nas sete obras seguintes que incluem o reinado de D. Sebastião, até 1785. Apenas uma excepção: António Caetano de Sousa publicava em 1735-1749 a monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e insere as empresas de onze reis, que reproduz da edição de Pedro de Faria e Sousa, embora refazendo, pela pena de Debrie, algumas das imagens que acompanham o lema. É, pois, por estes dois autores, mais declaradamente o primeiro, que se conhece em Portugal a empresa atribuída a D. Sebastião, assim definida: *Por Empresa unas estrellas con la letra CELSA SERENA FAVENT*. O lema surge por cima de oito estrelas, colocadas em duas fileiras de quatro.^[10]

Esta frase jamais foi traduzida, sendo aceite tal qual por todos os que a referem e se contentam em reproduzi-la. Ora, a origem dela não pode provir do rei, pelo facto empírico que já aponte de ser citada e atribuída a D. Sebastião, por dois autores portugueses apenas, durante um período de cem anos, entre 1578 e 1680. E como vimos atrás, há rasto da putativa Empresa desde 1601, em obras a que Pedro de Faria e Sousa recorreu para mostrar algo que nunca nenhuma obra portuguesa histórica referira a propósito de D. Sebastião.

6.

Daqui se parte para outro mistério que tentaremos desvendar: a existência de uma medalha de 46 milímetros de diâmetro e 4 milímetros de espessura, n.º Inv. PDVV8109, n.º de ordem 5, colecção D. Luís, assim designada: *Medalha dedicada ao rei D. Sebastião, em bronze, datada de 1570*. E, por indicação expressa do próprio Palácio, nada mais consta na ficha de inventário.

É, por isso, um pouco mais difícil rastrear o percurso da medalha até ao Palácio Ducal de Vila Viçosa, onde se encontra, do que descobrir-lhe a origem. Em 1620,

Johann Jacob Luck (1574-1653), apaixonado numismata e genealogista, dono de uma colecção notável de vários milhares de medalhas e moedas, publica *Sylloge numismatum elegantiorum quæ diversi Imp. Reg. Prin. Comit. Respublicæ diversas ob causas ab anno 1500 ad annum usque 1600*. E é nesta obra que, pela primeira vez, aparece esta imagem e lema ao lado de outra gravura de igual tamanho que representa D. Sebastião, delineado pelo gravador e pintor em miniatura alemão Friedrich Brentel (1580-1651).^[11] A gravura do rei no anverso é acompanhada pela inscrição em dupla linha

SEBASTIANVS D. G. REX PORTUGALLIÆ ARABLÆ
INDLÆ ET AFRICÆ ANNO ÆTATIS XVI. E, notando o
erro, na imagem da direita, coloca a lua na posição certa
de quarto crescente, de acordo com o texto dos
anteriores autores, e, do mesmo modo, o peixe e a
concha aparecem na posição inversa.[12]



• • •

A legenda da gravura indica, mais uma vez, que se trata do rei de Portugal morto em África: *Do Rei de Portugal que participou na infeliz expedição em África no ano de Cristo de 1578.*

Parte das medalhas publicadas neste trabalho estavam na coleção de Luck, outras são reproduzidas da obra anterior *Symbola divina et humana* de Jacob Typot. *Algumas delas parecem ser híbridas: o anverso é reproduzido corretamente, mas é pareado com um reverso que pertenceu a outra moeda ou medalha, ou às vezes nunca existiu.*[13]

O lado esquerdo da gravura apresenta, pois, uma imagem do rei D. Sebastião, três quartos à direita, de gibão, gola alta, com ombros tufados, a mão esquerda aberta sobre o peito, a direita, apoiada sobre uma mesa, segura um par de luvas. Na mesma mesa, um livro fechado (Breviário ou Missal) e junto deste, muito próximo uma esfera armilar com base e pé. Por esta representação se depreende a origem da inspiração: a imagem impressa por Hieronymus Cock, em 1561, e muito provavelmente da autoria de Frans Huys, do rei menino com sete anos. A bordadura oval inclui a mesma descrição que envolve a figura de D. Sebastião no desenho de Friedrich Brentel, publicado por Luck. A diferença notória é a data, que em Cock está explícita, 1561, e em Luck é substituída pela expressão ANNOS ÆTATIS XVI, mostrando por isso um D. Sebastião com mais nove anos. O que nos leva à representação da personagem, sob dois aspectos, formal, um, outro, de conteúdo. Enquanto na gravura de Cock o rei está representado a três quartos à esquerda com a mão direita sobre o peito, em Luck está ao contrário. Os adereços repetem-se. Mas a figura do rei

também é diferente, tentando aparentar uma personagem mais velha. Ora a alteração da data na idade quer significar isso mesmo, fazendo-o mais próximo da fatal batalha, que expressamente se explicita na legenda, e em momento em que historicamente já se pensava na possível ajuda de D. Sebastião para participar na luta contra o Turco, justificando assim o motivo da “empresa”. Aliás, o texto que acompanha o desenho, para além da *descriptio* rápida, explicando a concha e o caranguejo e a relação céu e mar, é uma descrição sucinta do desenrolar da batalha e da morte do rei vencido pelo rei de Fez. Todo o conjunto se inclui numa intenção de organização das moedas e medalhas da coleção de Luck, que tem como etiqueta *Numi Castrenses* (medalhas de Militária, como agora se designaria). E o que sugere a sua representação em duas faces é que se trata efetivamente do desenho para uma medalha. E é igualmente a única referência a reis portugueses, isolada do conjunto reunido pelos autores anteriores. Em todas as referências é sempre anotada a sua raridade, que deve ser inegável. E podemos deduzir o seu percurso até chegar ao conhecimento do rei D. Luís que a adquiriu. Devido à quantidade de ilustrações, os custos da impressão da obra - *sumptibus ipsis auctoribus*, como figura no frontispício - foram tão altos que Luck se endividou e teve que vender a sua coleção de numismática em 1628. Foi comprada por Catarina da Suécia, e parte dela – após uma série de vicissitudes pouco claras – pode estar agora no Cabinet des Médailles em Paris. Algumas terão certamente ido parar às mãos de colecionadores particulares por diversos meios. Conjecturalmente se, mais tarde, já no século XIX, esta medalha em particular apareceu à venda, é muito provável que o rei português não tenha deixado fugir a oportunidade de adquirir uma rara peça que se referia expressamente a um rei de Portugal e assim enriquecer a sua vasta coleção de moedas e medalhas. A montante, é mais fácil admitir que não foi difícil a Johann Jacob Luck propor a Friedrich Brentel (1580-1651) que completasse a imagem da atribuída empresa de Sadeler/Typot a D. Sebastião com a efígie do mesmo rei. Frans Huys, outro gravador importante, era certamente conhecido, já que trabalhava em Antuérpia com Hieronymus Cock (1510-1570), proeminente divulgador da gravura da Alta Renascença, sobretudo italiana, pintor e gravador a água forte, célebre e muito conhecido nos meios da gravura na Europa, como editor e distribuidor dos trabalhos dos Mestres da gravura. E não foi, pois, difícil encontrar uma fonte de inspiração, já que o único retrato *do natural* aberto em gravura é o de Frans Huys, impresso por Cock. A imagem é bem diferente. Para além da indicação do rei ter dezasseis anos, e, portanto, figurar-se mais velho, a sua representação perdeu a elegância do traço de Huys, mostra um D. Sebastião papudo, com cabelo mais tufado, um pouco por cima das orelhas e um fâcies que perdeu a gravidade notada em todos os retratos feitos em vida do

rei. Além disso, Brentel não denota a finura do entalhe de Cock.



gravura de D. Sebastião apenas COCK EX, talvez por ter sido publicada depois da morte de Huys. O interesse de Cock pela Península Ibérica não é inédito. Um dos gravadores que trabalharam na sua editora foi Cornelis Galle (1576-1650), o mesmo que abriu as gravuras dos reis de Portugal na obra do Pe. António Vasconcelos, *Anacephaleoses, id est, Summa Capita Actorum Regum Lusitaniæ*, editada em Antuérpia em 1621.^[14] Assim se fecha o círculo de uma criativa empresa de D. Sebastião, de Sadeler/Typot (1602), transformada agora em reverso de medalha (1620) com o anverso reproduzindo o rei, adulterado de uma imagem do natural, de Frans Huys (1561).

Embora ainda sem prova evidente, não é arrojado atribuir a medalha de bronze que se conhece da colecção D. Luís e que esteve exposta na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em Lisboa, em 1983,^[15] não a autoria, mas a encomenda do próprio Luck, única medalha de rei português que faltaria na sua colecção e que, além disso, era relativa a um acontecimento importante na história da Europa. D. António, protagonista de outro facto relevante, surge apenas como retrato, pois lhe falta o reverso de medalha deixado em branco. Legenda que acompanha a imagem: *António, rei eleito da Lusitânia: empreendeu a infeliz expedição contra Filipe da Hispania, Rei de Portugal, no ano de Cristo de 1582* (p. 287).



Não é arriscado provar como em 1620, talvez um pouco antes, Johann Jacob Luck chegou até Brentel e como este chegou até Hieronymus Cock. Friedrich Brentel era alemão, da Baviera, mas em 1601 mudou-se para Estrasburgo, onde viveria até ao fim da vida. Certamente se deslocou a Antuérpia, embora nesse mesmo ano de 1601, tivesse fechado a editora *Aux Quatre Vents*, que depois da morte de Cock, em 1570, a sua viúva manteve até morrer, e onde o gravador e editor se tornara famoso. Brentel teve certamente contacto se não ainda com a editora, pelo menos com a obra que aí se produziu. E chegar até à delineação de D. Sebastião também é facilmente explicável. Com Hieronymus Cock trabalharam grandes mestres da gravura, nomeadamente Frans Huys, já referido, que gravou Carlos V, duas vezes, Catarina de Áustria, D. Carlos e cinco vezes Filipe II. E terá gravado D. Sebastião com sete anos, em 1561, mas, tendo falecido no ano seguinte, é provável que o retrato incompleto tenha sido acabado por Cock. O Rijks Museum a ele o atribui e pelas assinaturas se pode provar a autoria de Huys, pois pelo menos as que dizem respeito às cortes ibéricas mostram sempre as assinaturas F. H. / COCK EXCV ou EXCVDEBAT, e na



A medalha, em bronze, de 46mm de diâmetro, recupera a gravura de Sadeler, mas repõe a posição lógica do desenho, com a Lua em quarto crescente, mostrando, pois, o desenho ao contrário. A imagem do rei pretende ser a que surge no desenho inserto na *Silloge numismatum*, de 1620. No entanto, é uma gravação tosca e imperfeita. Os apontamentos do guarda-roupa são idênticos, os adereços igualmente, mas o traço é rude.

O que mais destoa é a cara do rei. Repete o cabelo tufado, agora nitidamente por cima das orelhas, a posição deixa de ser à esquerda, como em Frans Huys, nem à direita como no desenho encomendado por Luck, mas situa-se agora de frente, com uma cara larga, com graves defeitos de moldagem na boca e no nariz, a mão esquerda disforme de comprimento sobre o peito, os braços mal delineados e uma evidência notória dos ombros tufados, quase como dragonas. No reverso, para além da concha em grande plano, motivo principal da invenção de Sadeler, tudo o resto é difuso e de difícil leitura. Porventura o mais importante, as estrelas, motivo que mais impressiona autores modernos que atribuem a este desenho o desejo expresso do rei, têm defeito grave na gravação e são quase imperceptíveis. Comparando com medalhas da mesma época (século XVII) da coleção do Museu Casa da Moeda e com outras mostradas da XVII Exposição, executadas por artistas italianos identificados no Catálogo, e mesmo a preto e branco é notória a falta de qualidade do traço e da gravação. O que nos leva a supor ter sido a de D. Sebastião aberta por algum artista menor, ou de menos à vontade na gravação de medalhas.

O último conjunto até ao século XVII, que inclui D. Sebastião, mas também D. António é da autoria de Giovanni Palazzi (1643-1712), na obra *Aquila Austriaca*, de 1679. A imagem baseia-se em Johann Jacob Luck, mas o texto para explicar a concha é de Typot, citado em margem. Mesmo assim, o desenho do rei apresenta diferenças: igualmente à direita, mas com um aspecto mais próximo de Frans Huys de 1561 e de traço mais perfeito. Pode considerar-se, no entanto, outra versão deste mesmo anverso da medalha, que Palazzi não menciona como tal, limitando-se ao que lhe interessava, a justificação histórica:

Sebastião concebeu a melhor esperança de que podia não apenas devolver a perdida Fez ao reino, mas que ele próprio podia aumentar as suas possessões, com aquele tratado, como fica evidente nas medalhas que se seguem. Tem igualmente uma concha, de modo que quando a Lua cresce aumenta, e quando mingua diminui: fica com uma cor castanha com o céu nublado e brilha com a claridade da manhã. Assim, como testemunha Plínio, ele tinha uma relação maior com o Céu do que com o mar. Muitos ficaram perturbados com a nobre

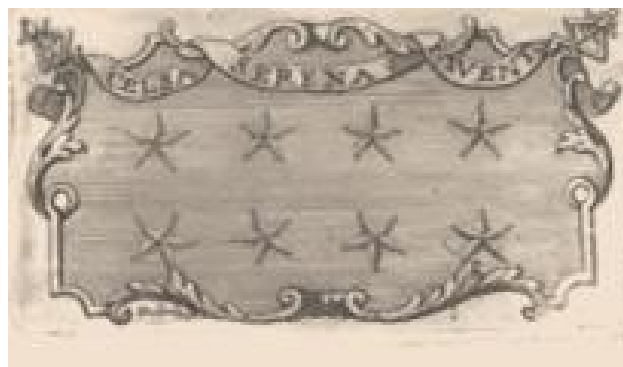
morte de Sebastião.[16]

Depois de uma segunda edição em 1666 dos *Symbola divina et humana* de Sadeler/Typot que reproduz o mesmo desenho, mas com realização gráfica diferente, e desta *Aquila Austriaca* de Palazzi, só no século XX voltam a aparecer impressas as duas faces da medalha, tal como Johann Jacob Luck as encomendou a Friedrich Brentel. Em 1861, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes,[17] que repete o erro de Pedro de Faria e Sousa, que por sua vez, acredita em Sadeler/Typot e que, curiosamente, diz que D. Sebastião segura na mão direita uma bolsa, quando na realidade se trata de luvas. Quase um século depois, Henrique Lafuente Ferrari, em 1941, dá-a erroneamente como reprodução invertida da gravura de Frans Huys, impressa por Hieronymus Cock, de 1561, mas usa a litografia de Lopes Fernandes[18] E Annemarie Jordan volta a reproduzir a mesma imagem, agora a partir de Lafuente Ferrari, cuja obra cita, confunde a gravura impressa por Cock com a publicada por Johann Jacob Luck e aventa a hipótese inverosímil de ser de Francisco de Holanda, cópia perdida de um original de Cristóvão de Moraes e de ser a gravura copiada da medalha, o que, na realidade, é exactamente o contrário.[19] Ernesto Soares, em 1950, chama *medalha* à gravura de Luck, mas não conheceu a medalha física.[20]



Há uma curiosa descrição num pequeno apontamento na

revista *O Ocidente* (1884) também a dever em parte à imaginação de Sadeler/Typot. Sob o título *Divisas adoptadas pelos Reis de Portugal*, o autor, Silva Pereira, limita-se a copiar do Tomo IV da *História Genealógica*, onde Caetano de Sousa descreve os Selos tirados dos Diplomas originais, a descrição do primeiro Selo da lista e acrescenta-lhe o Timbre do rei referido, que transcreve da mesma *História Genealógica*, divulgando assim só meia verdade.^[21]



• • • •

7.

Outro mistério é o lema, que nesta “empresa” sempre surgiu, desde a sua invenção em 1601, até à reprodução de Palazzi, em 1679, em conjugação com a *pictura* e a *subscriptio*. Só a partir de Pedro de Faria e Sousa, em 1680, se destacou e passou a estar só, alterado para CELSA SERENA FAVENT e assim tem vindo a ser aceite como “empresa” de D. Sebastião. Do desenho de Sadeler, Faria e Sousa apenas aproveitou as estrelas, que deixaram de representar o Septentrião ou a Ursa Maior, em número de sete, mas sobreviveram unicamente como *estrelas*, informação que terá dado a Pedro Perret, e, talvez por motivo de preenchimento estético na gravura ou desconhecimento do próprio simbolismo, passaram a oito, alinhadas em duas colunas horizontais, a mesma disposição que Debrie adoptou na *História Genealógica* de António Caetano de Sousa, em 1737.

Desde então, o lema surge citado por diferentes autores que o utilizam para caracterizar D. Sebastião, na qualidade não de *Desejado*, mas de *Encoberto*, atribuindo esse devir já inscrito na personalidade do monarca reinante, que o teria levado a escolher tão impressiva frase e mandado cunhar medalha, havendo até data estipulada para comemorar esse momento da adopção da empresa, que teria sido em 1570. Citado, sim, mas nunca traduzido, aceite no original pelo argumento da *subscriptio* dos editores.

Se os outros lemas, mesmo parecendo aberrantes para os destinatários^[22] são de tradução relativamente fácil, e, de certo modo até, passíveis de compreensão depois de lido o argumento, curiosamente a de D. Sebastião – CELSA SERENA FAVENT – pelo seu hermetismo e a composição dos três elementos do conjunto, dois nomes e o verbo latinos, terá gerado a dificuldade de tradução.

A interpretação do seu sentido feita logo no argumento dos seus autores, centra-se mais na imagem do que na letra do lema, como se viu atrás. Nomeadamente em Typot, Neugebauer e Palazzi. A primeira tentativa para a sua interpretação precisa data de 1664, na obra do jesuíta alemão Jacob Masen (1606-1681), *Speculum imaginum veritatis occultæ, exhibens symbola, emblemata, hieroglyphica, ænigmata: SERENA CELSA FAVENT, ou seja, crescer em prol de algo superior. Rei Sebastião, aquele peixinho representa os fiéis seguidores do Rei, que desfrutarão juntos do seu crescimento*^[23] E na glosa: *Incrementum bonorum a Deo est* (O aumento dos bens vem de Deus). Depois disso, sem nenhuma referência para tradução em Pedro de Faria e Sousa e em António Caetano de Sousa, a interpretação mais recente centra-se sobretudo na imagem, valorizando um significado de pendor esotérico, associando a *concha* (*concepção*) às *águas e à lua*, simbolizando o *berço daquele que nasce segunda vez* (*ressuscitado*). No caso vertente, o *peixe* (*Cristo*) ou *Cristão* (*D. Sebastião*) favorecido pelos Céus e por eles guiado ou *predestinado*.^[24] O que, espantosamente, atribui ao rei português a premonição de que, apesar de ungido pelo Altíssimo (*Celsa*) no milagroso nascimento (*Serena*) – tópico já enunciado pelos contemporâneos por outros motivos mais óbvios – ele próprio, ao atribuir-se esta divisa, antevia a morte na batalha que ansiava travar e, morrendo, se transformaria em rei redivivo (*favent*), mas encoberto... Mas há outros exemplos de interpretação que, como vimos, se baseiam em algo que não se pode valorizar como dado historicamente comprovado. Luís de Almeida Braga (1886-1970), fundador da revista *Alma Portuguesa* (1913) onde cunhou a expressão *Integralismo Lusitano*, adoptou a letra da “empresa” como *ex-libris*, assumindo o seu significado associado a D. Sebastião.

Depois da apresentação das obras que mostram e explicam o Símbolo de D. Sebastião no conjunto de outros *Reges Portugallia*, é possível agora estabelecer o

que é matéria espúria e mero motivo didáctico e que gerou um engano, mas, ao mesmo tempo, uma atribuição esotérica, mais ligada ao sebastianismo do que propriamente ao rei.

8.

Não é suficientemente probatório afirmar que a empresa atribuída a D. Sebastião, aparecida e materializada trinta e um anos depois da data que lhe é dada como tendo sido criada, tenha estatuto de falsidade. A posteridade da publicação da imagem confirmaria até a anterioridade do facto da sua existência. Outro tanto não se pode aceitar que uma criação expressa do rei, conhecendo-se a sua personalidade voluntariosa, tenha sido obnubilada e nunca tenha tido qualquer citação pelos vários cronistas que se abeiraram da história do reinado de D. Sebastião. Até porque, como já vimos, ela está figurada tendo como objectivo a fervorosa motivação que o guiou nos últimos anos de reinado. Além disso, numa empresa escolhida expressamente pelo rei, teria de constar, pelo menos, uma seta, que, essa sim, está intimamente ligada à sua devoção e desejo expresso de a ter como relíquia.

A própria finalidade das colectâneas de Símbolos explicitada pelos autores, afasta a credibilidade histórica, a não ser no programa também declarado por desenhadores e comentadores: o de divulgar e dar a conhecer a história a partir de imagens das mencionadas personagens, em clave laudatória, concomitantemente com a transmissão de conceitos morais e pedagógicos.

Relativamente aos reis portugueses é evidente, já que estão incluídos no conjunto monarcas da primeira dinastia, dos quais não consta historicamente nenhuma empresa ou divisa, a não ser, por exegese posterior, o divulgado *In Hoc Signo Vincas*, da mitografia do rei fundador e que alguns sucessores adoptaram. Dos monarcas da segunda dinastia, bastaria a Typot comentar a partir das divisas inscritas nos túmulos da Batalha e, no limite, até a de Alcobaça, no caso de D. Pedro I no túmulo de Inês de Castro (*Até a fim do Mundo*), se Sadeler delas tivesse tido conhecimento, e a partir daí criasse a sua própria *pictura*. Mas não foi esse o caso.

De D. Sebastião, à parte a sua ligação ao santo de onde retira o nome, que o levou a instituir a Ordem da Frecha, assim modernamente nomeada e abusivamente

ressuscitada, não se conhece empresa ou divisa que definissem um seu desejo íntimo, elevado e hermético, para além do fulgor guerreiro que o caracterizava. Não deixa, por isso de ser motivo de perplexidade, que a usá-las, nenhum autor que escreveu a crónica do reinado, nada refira sobre tão importante dado cavaleiresco, complemento da heráldica clássica em linguagem encriptada, da parte de quem desejava ser cavaleiro de Cristo e é considerado pelos historiadores o *último rei cavaleiro*, pela sua actuação como monarca guerreiro. A isto se acrescenta a evidência de nada constar nos três autores fundamentais para a exegese do rei, a saber, Barbosa Machado no século XVIII, Queirós Veloso no século XX e Maria Augusta Lima Cruz no século XXI. Nem o "hagiógrafo" Antero de Figueiredo disso dá sinal, em 1924, data da primeira das nove edições de *D. Sebastião, Rei de Portugal*, mesmo que seja um lema poético e suficientemente misterioso para acrescentar à lista da beatificação.



Biblioteca Nacional Austríaca

Assim, mesmo aceitando que os símbolos valem pela sua difusão, e neste particular se podem aproximar da definição de mito (cite-se, a propósito, o verso estafado de Pessoa: *o mito é o nada que é tudo*), é de descartar a ligação da divisa CELSA SERENA FAVENT ao rei D. Sebastião, ao mesmo tempo que qualquer análise

esotérica sobre a “empresa” do Desejado/Encoberto é abusiva, sendo que muitas outras interpretações – mesmo a partir de textos históricos – continuam a ser possíveis, tal a riqueza e complexidade de um reinado e de um monarca que originou grossa cópia de textos e outras tantas interrogações.



[1] Para mais pormenores, veja-se Brenda Yasmin Degger, *Historia Natural* “Em busca da linguagem universal: Os Livros de Emblemas dos séculos XVI e XVII”. História e Cultura. Paraná: Universidade Federal do Paraná, Vol. 12, nº 2, Dez. 2023, pp. 85-103.

[2] Marcelino de Pisa, *Moralis Encyclopædia id est Sententiarum omnium Chorus*. Lyon: Laurent Anisson, 1656: *Accipe Augustinum. Humana caro, qua erat peccato obnoxia, ides mortua, carni eins munda unita, incorporata, vnion cum illo effecta, vivit de spiritu eius, sicut corpus de suo spiritu; qui verò non est de corpore Christi, non vivit de spiritu Christi. Habes et corpus, et Spiritum et Symbolum quod maximè quadrat constellationi Spicæ Virginis, et aura Favoniae. Aevo superiore Sebastianus rex lusitaniæ, bellum illaturus Mauris, inussit hoc Symbolum labaro suo: scilicet pinxit stellas quasi coëuntes in vnium asterismum, seu imaginem cæleste hæc autem stellæ plus solito radiantes, aliquod omen propitium indicabant, hoc titulo. CELSA SERENA FAVENT. Hoc Symbolo animequior esto, accedens ad altare. Illic est Spica Virginis sydus maximè rutilum et coruscum. Perge securus hoc sydere tibi illucente, aderit Favonius: nam CELSA SERENA FAVENTI sed memor esto Sancta dari Sanctis tantùm, et negari fontibus, unde hæc sit sententia: Panis vivus fit sanis divus, malis est lethalis, qui aliis est vitalis.* (p. 246).

[3] Jacob Typot, *Symbola divina & humana*: - *Utere fruiere, non contemplare modo. Nam si paulo penitius introspexeris; videbis, non tam oculos, quam animum pasci, quod magnis illis viris propositum est: qui arguta brevitate, ingentia volumina superant. Ita animum totum corripiunt, at fugatis errorum tenebris, vera pietate, solita virtute imbuunt. Igitur non commendo tibi, quæ prima facie arrident tibi: et per oculos mentem sincero amore subeunt, placere enim non possunt, non animis ingenuis suapte natura* (Ad Lectorem).

[4] Alciato, 1534, p. 4 (Tradução de Filipa Araújo, “*Verba significant, res significantur*”: a recepção dos Emblemata de Alciato na produção literária do Barroco em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Tese de Doutoramento.)

[5] Jacob Typot, *Symbola divina & humana*: - *Non me fefellit meum, de sententia tua, iudicium. Ita ubertim distrahuntur Symbola, quæ ego contraxi, et quasi in acervum, tanto studio atque sollicitudine coacervavi. Sed quod multisint, qui, que vident, scire cupiant; nec habeant, quem percudentur semper; inservitum est, non paucorum, sed omnium commodis atque honesto desiderio. Revocato enim sub incudem operi Isagogem adunxi, sempre habeas, cum Mysteriis Mystagogum: et me simul intelligas, benevolentia studiosiorem esse, quam quæstus mei.* (Candido Lectori, f. 3).

[6] Esta atribuição de Sadeler/Typot a D. Manuel é, pelo menos, abusiva, pois em 1522, o rei Carlos I de Espanha, outorgava a Sebastião Elcano o uso de um brasão de armas com a mesma divisa, em recompensa pela primeira viagem de circum-navegação.

[7] Jacques Typoets, *Symbola divina & humana pontificum, imperatorum regum*, Praga: Aegidius Sadeler excudit, Vol. 2, 1601.

Concharum generis Pinna est Plinio, imo Aristoteli, ex quo penè describit. Nascitur in limosis, subrecta semper: nec unquam sine Comitæ quem alibi Pinnotherem, Plinio. Sed Concham video: et custodem ab hac forma differentem ac quasi deformem. Verùm enim verò si Cancer hîc, sive squilla, sic enim à Cicerone non tantum Plinio appellatur, cibi causa, societatem inquit, cum Concha, dapis. cujus partem auferat, aflectator. Et Sebastianus Rex Portugallie non cibi, sed aliqua caussa, fœdus icit cum Regulo Fessæ prófugo. Hoc ego conjicio ex Hieroglypto: cujus gratia, ista recencebam ex veterum commentariis. Cum nec me, nec ullum fallat, amicitiam ab Aristotele distingui; & Principes civitatesque in foedere, utilitatem sequi. Sed non semper alios fallimus, fî quando voluptatem aut utilitatem in concilium adhibemus. Multò sæpius ipsi nos. Hinc Tragicus ille exitus belli. Septentrionem vides. A Luna Conchas impleri, & exinaniri nemo ignorat. Quod si scisset Rex juvenis, boni ominis caussa plenam Lunam deferripsisset. Nunc dum crescere potentia, et proferre imperium vult, vitam cum regno amisit. Video enim, quod et boni ominis caussa crescentem Lunam exhibeat. Nec ita illa serena et celsa favebat consiliis; ut conatis lucidus Cometes adversabatur, p. 114.

- [8] Para descobrir Neugebauer veja-se Cirilo García Román, “Las glosas de los *Symbola Heroica* de Salomon Neugebauer: I. Perfil biográfico y literário”. *JANUS*, 8 (2019), pp. 148-171. <http://www.janusdigital.es/articulo.htm?id=125>
- [9] Salomon Neugebauer, *Selectorum Symbolorum Heroicorum Centuria Gemina Enotata Atque enodata*. Frankfurt: M. Lukas Jennis, 1619: *Concha marina erecta, in cuius infima parte piscis conclusus, supra concham vero Luna existit cum stellis adscripta gnoma symbolica: SERENIS CELSA FAVENT. Faustiominis argumentu est, quo cum luna augescente regni quoque aumentum videtur praesagire Rex iuvenis, qui dum proferre imperium vellet, vitam cum regno amisit. Symbolum inde forte natum, quod prodente illo naturalis hystoriae, scriptore acutissimo conchæ maior sit cæli societas, quam maris, inde nubilum trahi colorem, aut pro claritate matutina, serenum: a deo enim cælo gaudent, ut Sole rubescant, candoremque; perdant, ut corpus humanum*, pp. 149-150.
- [10] Pedro de Faria e Sousa que aceitou os lemas de Sadeler/Typot, não ousou profanar os de D. Manuel e de D. João II e conservou o *Spera in Deo*, do primeiro e o *Pela Lei e Pela Grei*, do segundo, com as correspondentes imagens. Caetano de Sousa que repetiu Faria e Sousa, só salvou a divisa de D. João II, mas traduziu-a: *Pro Lege Pro Grege*, com o mesmo pelicano a alimentar as crias.
- [11] No frontispício se diz expressamente *F. B. sculpsit*.
- [12] Johann Jacob Luck, *Sylloge numismatum elegantiorum quæ diversi Imp. Reg. Prin. Comit. Respublicæ diversas ob causas ab anno 1500 ad annum usque 1600 cudi fecerunt, historica narratione illustrata*, Argentinae: typis Reppianis 1620, p. 270.
- [13] Informação retirada do catálogo da Sokol Books (<https://sokol.co.uk/stock/luck-johann-jacob/>)
- [14] Para informação sobre estes autores, veja-se obra de Michael Bryan, *Dictionary of painters and engravers, biographical and critical*. New edition, revised and enlarged, edited by Robert Edmund Graves, B. A. of the British Museum. Londres: George Bell and Sons, 1886.
- [15] Os *Descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento*. Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Casa dos Bicos, Lisboa, 1983, p. 187.
- [16] Giovanni Palazzi, *Palazzi, Giovanni: Aquila Austriaca, subqua imperatores Austriaci ab Alberto II Honorifico usque ad Ferdinandum III e IV Occidentis imperatorem L. elogiis, hieroglyphicis, numismatibus*. Pars II. Veneza: Andrea Poletto, 1679: *Sebastianus conceperat, ut nó modò profugum Fessæ Regulum in regnum reduceret, sed et ipse hoc foedere res suas as augeter, ut ex nummis patet sequentibus. Est squilla seu cancri maritimi ingenium, ut cibi causa societatem ineat cum concha, dapis, cuius partem auferat, assectator. Habet itidem hoc concha, ut cum Luna crescente crescat, deficiente, imminuat: fuscum contrahat colorem coelo nubilo: nitescat cum claritate matutina. Unde, teste Plinio, maior ei cum Coelo, quàm cum mari cognatio. Post generosam Sebastiani mortem, plurimi turbarunt*, p 54.
- [17] Manuel Bernardo Lopes Fernandes, *Memória das medalhas e condecorações portuguesas e das estrangeiras com relação a Portugal*. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1861, estampa 4, descrição, p. 10.
- [18] Henrique Lafuente Ferrari, *Iconografia Lusitana*. Madrid, 1947, nº 498, descrição, p. 143, Gravura XIX.
- [19] Annemarie Jordan, *Retrato de Corte em Portugal. O legado de António Moro*. Lisboa: Quetzal, 1994 p. 170. V. igualmente Vitor Amaral de Oliveira, *Imagens de D. Sebastião*, Lisboa: Scribe, 2025, pp. 296-299.
- [20] Ernesto Soares, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, Tomo III, Lisboa: I. A. C, 1950, p. 309, nº 2920-E
- [21] Silva Pereira, “Divisas adoptadas pelos reis de Portugal”. *O Ocidente* (XVIII, 556). Lisboa, 1 Jun. 1884, p. 131: *Os nossos reis, infantes e grandes senhores usaram de emblemas nas suas armas e nos seus selos como se vê no Tomo IV da História Genealógica da Casa Real, e em outros antigos cronistas lusitanos* (refere-se evidentemente a Pedro de Faria e Sousa).
- [22] Como exemplo, veja-se a atribuída a D. Henrique, o cardeal rei: *Uber et Tuber* (Fecundo e Fértil).
- [23] Jacobus Masenius, *Speculum imaginum veritatis occultæ, exhibens symbola, emblemata, hieroglyphica, ænigmata*, Colónia: Kinchius, 1664: *Concha piscis, dictus pinna, cum pisciculo Pinnothere indiviso comite, quem Concha alit. Luna in coelo cum stellis pauculis; sed accrescens, cum qua et Conchæ accrescent: Inscript, SERENA CELSA FAVENT, id est, crescam superis faventibus. Sebastianus Rex, pisciculus ille fidos Regis asseclas denotat, eius simul incremento fruturos*, p. 504.
- [24] Manuel Gandra, *Hagiografia de D. Sebastião - de desejado a encoberto*. 3ª ed. Mafra: ed. do autor e Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica, 2004, p. 304.

* Investigador do [Centro de Estudos de Comunicação e Cultura \(CECC\)](#) da Universidade Católica Portuguesa.



Presença

Memória de Camões, memória viva
Do Vate que cantou a Pátria amada
E a quis em verso heróico celebrada
De métrica solene e rima altiva

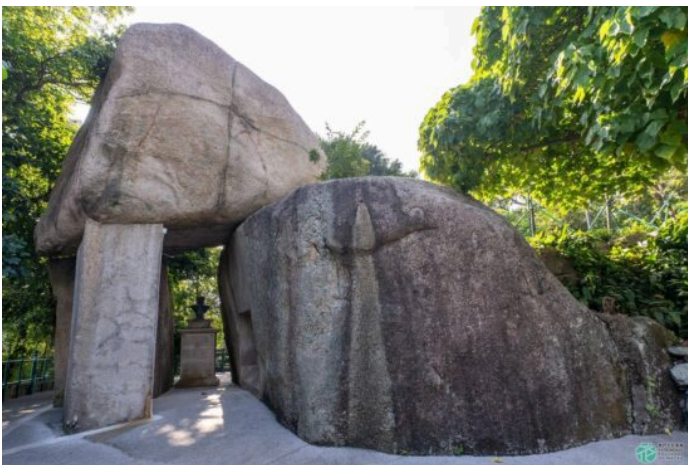
Esta Gruta, qual lenda sugestiva
Da passagem na China enfeitçada
Do Português, em gesta memorada,
É do feito invulgar nota impressiva.

Extinguiu-se o Império, todavia
Não se extinguiu a chama que irradia
Com fulgência de efeito universal.

Memória de Camões, da Lusa Gente,
Este local sagrado, sarça ardente,
É presença em Macau de Portugal!

Macau, 10 de Junho de 1999

Pinho Neno



Gruta de Camões





Apresentação das “Figuras de Jade” *

António Aresta **

Estamos todos aqui reunidos e congregados para falar da identidade cultural de Macau e de um alargado conjunto de personalidades, as Figuras de Jade, cuja vida e obra recuperamos do esquecimento.

Por vezes, do mais atroz esquecimento.

E o local onde nos encontramos é emblemático e simbólico, um vistoso palácio cuja história nos remete para os combates pela liberdade e pela restauração da independência de Portugal.

Mas não ficou parado no tempo, abriu-se descomplexadamente à modernidade irrequieta que está atenta a todas as derivas da natureza humana.

Lembro estas palavras de Albino Forjaz de Sampaio [1884-1949], um grande escritor e amigo de Camilo Pessanha : “Lisboa esqueceu há muito que do seu Tejo saíram as armadas que conquistaram, descobriram, povoaram de ocidentalismo esse oriente longínquo”.

Esse ocidentalismo eram os valores magnos de uma Europa latina e cristã, empreendedora e corajosa, cuja decadência se ficou a dever a este problema estrutural, exemplarmente apontado por Aquilino Ribeiro [1885-1963]: “O império decaía desde que do reino

deixaram de mandar as três coisas sacramentais – verdade, espadas largas e portugueses de ouro” [Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, p. 42].

Ontem como hoje, esse parece ser o nosso problema ou o nosso fado.

Nas Figuras de Jade, procuramos fixar o retrato espiritual dos portugueses no extremo oriente dentro da moldura do diálogo entre os povos e as civilizações.

A opacidade em relação às coisas de Macau deve fazer parte dos mistérios que rodeiam o Oriente, ao mesmo tempo que alimentam um orientalismo ignorante e romântico.

As Figuras de Jade são pessoas singulares, portuguesas e de outras nacionalidades, por vezes instituições com pessoas dentro, cujo contributo foi decisivo para a edificação da fisionomia espiritual, mental, cultural, estética e política de Macau, valorando a memória do que fomos e do que somos, projectando o que valem num presente e num futuro de contrastes e de diferenças.

A história cultural de Macau tece-se com o fio colorido que une todas estas vidas, com propósitos e

circunstâncias que nos surpreendem repetidamente.

Dizia Vergílio Ferreira [1916-1996] que “a história do homem é a das suas utopias, ou seja, a da sua permanente insatisfação. Mas toda a utopia paga a factura que a vida lhe apresenta, ou seja, a que lhe apresenta a realidade” [*Pensar*, 1992, p. 50].

E perante todas as inúmeras condicionantes, que a sociedade e o mundo nos colocam, ainda mantemos a liberdade de agir, a liberdade de pensar e de contraditar e a liberdade de intervir no meio onde nos movimentamos.

Stefan Zweig [1881-1942], austríaco de origem judaica, é uma figura luminosa da cultura europeia, e hoje injustamente esquecida, fez uma notável conferência em Roma, em 1932, onde dissertou sobre “A Desintoxicação Moral da Europa”, no intervalo entre as duas primeiras guerras mundiais.

A desintoxicação moral é importante como profilaxia para muitos dos males que nos afligem, desde a governança do país até às relações internacionais, sem esquecer a dicotomia guerra e paz que hoje nos preocupa e condiciona.

A cultura necessita de ter um respaldo no ser humano e no seu universo de valores onde a arte, a ciência e as humanidades se conjugam para tornar o mundo melhor.

Nós vivemos imersos numa conjuntura social e política de grande complexidade, cujas ideologias tendem a apagar a memória substantiva da história. Da nossa História.

E com a guerra na Europa, assistimos a uma continuada banalização do mal, para utilizar um conceito muito caro a Hannah Arendt, que desequilibra o direito internacional, ameaça a paz e a solidariedade entre as potências e tende a apagar o universo axiológico que nos ilumina.

E não há dúvida de que necessitamos de um renovado programa de desintoxicação moral, de que nos falava Stefan Zweig.

Ao estudarmos o legado de figuras tão díspares e misteriosas [a título de exemplo, Lourenço Marques, José Vicente Jorge, Leôncio Ferreira, Albano Magalhães, Pedro Nolasco da Silva, Régis Gervaix, José Gomes da Silva, Manuel Teixeira, João Milner, José da Costa Nunes, Deolinda da Conceição, Carlos Estorninho, Joaquim Guerra] percebemos melhor os motivos pelos quais Macau sempre se afirmou como uma cidade cosmopolita onde a coexistência de povos, de religiões e de culturas, com amplas liberdades, sempre foi a sua

maior riqueza e um polo de atracção regional e internacional.



Camões



E sem esquecer Luís de Camões, Bocage e Camilo Pessanha, três figuras que estão no panteão da literatura nacional, que viveram em Macau.

Esta investigação metódica ambiciona valorizar a identidade cultural de Macau e é centrada em pessoas singulares, cabendo ainda uma certa problematização mobilizadora de saberes da filosofia, da história das mentalidades e do quotidiano, da religião ou da psicologia, sem esquecer os lances da biografia e da história literária.

No fundo é um pequeno e honesto esforço para pensar Macau.

O fascínio pela história cultural e política de Macau resulta de uma plataforma antropológica onde a busca de sentido se faz interpelando os mistérios das relações entre os povos e entre as civilizações, no exíguo perímetro do Território.

E o tempo do conhecimento parece que traz resignação perante as conflitualidades e as derivas ideológicas.

A visão desafiadora é o movimento seguinte.

A moldura teórica gizada para pensar e entender Macau,

fora da habitual narrativa historiográfica, tem dívidas a saldar com Manuel da Silva Mendes, Carlos Montalto de Jesus, Charles Boxer, Austin Coates e Luís Gonzaga Gomes, cujos 50 anos da sua morte estamos a evocar.

São dívidas que eu não sei se serei capaz de saldar.

São autores independentes com profissões divergentes, todos com obra nem sempre devidamente estimada, lida ou reeditada pelos contemporâneos.

Une-os um indisfarçável amor a Macau, à sua história e cultura, com um trabalho porfiado e sério, com uma escrita elegante que nos conduz à descoberta de conexões argumentativas só acessíveis a inteligências superiores.

São figuras incontornáveis para se compreender as errâncias da história do Território em função de uma China enquanto sujeito metaproblemático.



Sessão da Apresentação da obra *Figuras de Jade*



As **Figuras de Jade – os portugueses no extremo oriente**, foram na sua esmagadora maioria publicadas no diário matutino, *Jornal Tribuna de Macau*, cabendo-me agradecer aos seus directores, José Rocha Diniz e Sérgio Terra, o bom acolhimento que lhes foram dispensando ao longo dos anos.

A publicação em livro ficou a dever-se à generosidade e visão estratégica do Instituto Internacional de Macau, que é o maior editor em Macau, que as integrou numa prestigiada colecção ‘Suma Oriental’, que conta com mais de quarenta títulos já editados.

O meu agradecimento é devido a José Lobo do Amaral e a Jorge Rangel, presidente do Instituto Internacional de Macau desde 1999, também ele uma Figura de Jade e autor de *Falar de Nós*, uma série monumental com vinte

volumes já editados. Dificilmente poderemos falar de Macau sem os consultar.

As **Figuras de Jade – os portugueses no extremo oriente** que hoje aqui apresentamos ostentam estes indicadores :

Volume I , 2014, com 39 Figuras , prefácio de José Rocha Diniz.

Volume II, 2018, com 33 Figuras, prefácio de Ana Costa Lopes.

Vol. III, 2021, com 43 Figuras, prefácio de José Valle de Figueiredo.

Vol. IV, 2025, com 48 Figuras, prefácio de Celina Veiga de Oliveira.

No prelo está o Volume V, com 53 Figuras, prefácio de António José Queiroz, para ser também apresentado no Dia de Portugal, deste ano de 2026.

Até ao momento presente foram apresentadas, estudadas e divulgadas 216 personalidades, sem dúvida, uma gota de água em tamanho oceano.

O volume VI está em preparação.

Se me fosse perguntado qual destas 216 Figuras de Jade eu poderia considerar a primeira entre todas, sem hesitação eu escolheria um homem que veio do Minho para Macau.

Estou a falar de Manuel da Silva Mendes [1867-1931].

No meu entendimento, o rosto português da figura cultural de Macau é Manuel da Silva Mendes.

Quando aportou a Macau em 1901, já era o autor de uma obra seminal, *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, publicada em 1896 [e reeditada em 2006].

Manuel da Silva Mendes é uma figura ímpar : pelo *ethos* emergente da sua omnipresença cultural e cívica, pela sua obra filosófica, estética e sinológica, pela sua requintada faceta de colecionador de obras de arte, ou ainda como professor e reitor do Liceu, vereador do Leal Senado ou como advogado.

Não falando da sua casa apalaçada, de *tai pan*, que mandou erigir na colina da Guia. O seu nome também está na toponímia local.

Recordo que em parceria com Rogério Beltrão Coelho, coordenei a Obra Completa, justamente intitulada *Manuel da Silva Mendes – Memória e Pensamento*, em 3 volumes, com mais de 1600 páginas.



Figuras de Jade



É uma personalidade que se impõe por si própria e está no centro de uma constelação axiológica que liga os

valores luso-chineses e sino-portugueses e que a encartada lusitana *docta ignorantia* manifesta dificuldade em ler para compreender.

No meu ponto de vista, Manuel da Silva Mendes representa o expoente máximo da *intelligentzia* portuguesa expatriada, um misto de sensibilidade, de entendimento, de espiritualidade e de racionalismo e também de amor a essa entidade mítica que é Macau, onde tantas personalidades de exceção tiveram a sorte de viver ao longo dos séculos.

Para terminar, vou citar um fragmento de um ensaio da professora da Universidade de Xangai, Sofia Minfen Zhang, dedicado às **Figuras de Jade – os portugueses no extremo oriente** :

“Num tempo em que ainda ecoam discursos sobre o conflito entre civilizações, o espírito das ‘figuras de jade’ revela-se mais precioso do que nunca : ensina-nos que a fusão cultural não implica assimilação nem perda de identidade, e que o diálogo entre civilizações é sempre uma escultura inacabada. Cada pessoa que, no meio das diferenças, permanece fiel à sua essência e conserva a suavidade inclusiva mesmo no confronto é, em essência, uma ‘figura de jade’ do nosso tempo”.



*Conferência proferida no dia 7 de Abril de 2026 no Palácio da Independência.

**Professor e investigador.



Camões e o Tratado das Alcáçovas*

João Palmeiro **

A celebração dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões apresenta-se como o momento ideal para lançar uma nota de memória que cruze a produção literária do Poeta com as consequências Tratado das Alcáçovas (1479).

A ideia inicial partiu da linha de investigação de vários professores da Universidade de Coimbra, que têm procurado datar o nascimento de Camões através das referências astronómicas presentes na sua obra, nomeadamente em *Os Lusíadas*. Esta abordagem permite-nos olhar para o Tratado das Alcáçovas não apenas como um acordo diplomático, mas como o criador de um longo hiato temporal de estabilidade geopolítica (1479–1640) que propiciou uma extraordinária evolução científica em Portugal. Foi este período que permitiu a fixação e criação de universidades (Coimbra e Évora), o desenvolvimento da astronomia e o estabelecimento da tipografia como ferramenta de afirmação real e difusão do saber.

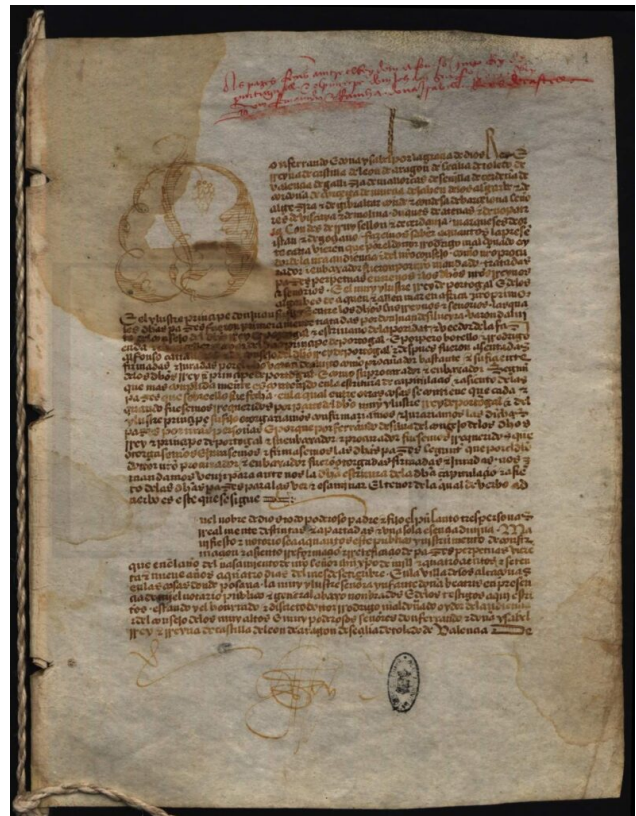
Sem estas condições estruturais, a viagem de Vasco da Gama — cuja preparação começou ainda no reinado de D. João II, após a chegada de Colombo às Américas, ainda sob a vigência de Alcáçovas — teria sido impossível. O conhecimento náutico necessário não foi, seguramente, improvisado nos escassos dois anos que mediaram entre o Tratado de Tordesilhas e a partida para a Índia (ou nos cinco anos que antecederam a viagem de Pedro Álvares Cabral). Esta visão é reforçada pelos trabalhos de Gago Coutinho — aquando da preparação da travessia aérea do Atlântico Sul, quase 450 anos mais tarde —, que expuseram a polémica em torno da navegação de cabotagem *versus* os conhecimentos científicos secretos de pilotagem que os portugueses deteriam no último quartel do século XV.

Paralelamente, o Tratado das Alcáçovas abriu as portas à introdução da tipografia em Portugal. Embora antes do tratado já existissem impressores no reino (nomeadamente no Algarve e certamente devido quer a proximidade de comunidades árabes, quer pela atração do centro náutico de Lagos), estes eram de matriz judaica, trabalhavam isolados e publicavam quase exclusivamente em hebraico.

Foi já em 1496 que Abraão Zacuto, astrónomo e astrólogo judeu nascido em Salamanca, publicou em Leiria, na oficina de Abraão de Ortas, as suas tabelas numéricas (*Almanach Perpetuum*). Estas tabelas revolucionaram o astrolábio e viabilizaram, em tempo recorde, as viagens à Índia e ao Brasil, melhor dito, a passagem da cabotagem à navegação no mar alto.

Esta perspetiva oferece uma abordagem inovadora e mais esclarecida ao tantas vezes esquecido e menorizado Tratado das Alcáçovas. Abre inúmeras possibilidades de análise sobre os anos em que este esteve em vigor, sobre o que do tratado de Alcáçovas se perpetuou nas cláusulas de Tordesilhas e sobre a própria organização e gestão dos empreendimentos marítimos.

Adicionalmente, projeta uma linha de investigação oportuna para 2029, ano em que se comemoram os 550 anos do tratado das Alcáçovas e os 500 anos do tratado de Saragoça que pôs fim a questão das Molucas e das Filipinas e que virou a última página do tratado de 1479 no longínquo Pacífico. E da chegada da tipografia a Portugal determinante para a erudição de Camões, dado que a maioria dos impressores que aqui se estabeleceram passou primeiro por Castela — alguns por Sevilha e Cádiz, os outros grandes focos do conhecimento náutico peninsular.



Ratificação do Tratado de Alcáçovas feita e assinada por D. Fernando e D. Isabel, reis de Castela, Leão e Aragão, e entregue a Fernando da Silva para a dar ao Rei e ao Príncipe de Portugal (acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

O enigma da erudição Camoniana

Nos múltiplos programas comemorativos do centenário camoniano (estendidos até 2026 pelo Governo português), quer institucionais quer privados, propõem-se variados enfoques à biografia do Poeta (incluindo as consequências físicas da perda de um olho), a sua obra lírica e épica, e o impacto das viagens nos seus escritos. Contudo, subsiste a lacuna sobre onde (no duplo sentido da localidade e do acervo informativo) aprendeu Camões o que demonstrou saber a nível científico, mitológico e cartográfico? Quem foram os seus mestres? Que livros consultou?

Nas biografias recentes de Camões (como as de Isabel Rio Novo ou de Carlos Maria Bobone, editadas em 2024), descreve-se detalhadamente o quotidiano de uma criança e de um jovem da mesma época, mas, no que toca ao acesso efetivo ao conhecimento, subsistem apenas as tradicionais referências a uma provável passagem pela Universidade de Coimbra. Inferir que o Poeta memorizou e decorou tamanha densidade de dados científicos para os utilizar, anos mais tarde e em condições frequentemente adversas, exige um hiato explicativo que talvez só a existência de um bloco de notas ou diário pessoal pudesse resolver.

Como terá entrado em Portugal esse acervo promotor das ideias humanistas e científicas que Camões consultou em Coimbra(?) e como terá sido o seu acesso aos livros no Oriente (na Índia e em Malaca) ou durante os longos períodos de embarque?

A resposta reside na rede de contactos europeus da Coroa. Em 1494, trinta anos antes do nascimento de Camões, o médico, humanista e cartógrafo alemão Jerónimo Münzer (*Hieronymus Monetarius*) foi recebido por D. João II em Évora. Nesse périplo, conheceu Cataldo Parisio Sículo — considerado o introdutor do Humanismo em Portugal — e o seu pupilo D. Jorge de Lencastre (filho natural do monarca), elogiando-os mais tarde no seu *Itinerarium*. D. Jorge impressionou vivamente Münzer pela sua fluência em latim. Em 1497, Cataldo recebeu uma pensão real e contou com o mecenato da aristocracia, designadamente de D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real e conde de Alcoutim.

Se formos ao âmago da questão, teremos de considerar que o primeiro genuíno renascentista português na literatura foi Luís Vaz de Camões. Como precisa Carlos Manuel Valentim:

«Em Portugal o Humanismo foi introduzido por mestres italianos: Mateus Pisano, Estêvão de Nápoles e Cataldo Parisio Sículo [...]. Este Humanismo é de início

essencialmente literário, aparecendo relacionado com o poder político e cultural do rei/Estado.»

A isto importaria acrescentar que a componente científica do Humanismo entrou no país através das tabelas do almanaque de Abraão Zacuto, um precioso auxiliar da navegação.

Foi Cataldo Sículo quem introduziu em Portugal o latim «pagão», a linguagem dos humanistas do *Quattrocento* e *Cinquecento*, substancialmente diferente do latim eclesiástico medieval. As epístolas de Cataldo ensinaram aos portugueses a eloquência *à la mode*, os maneirismos e as elegantes figuras retóricas deste novo latim, visando o “falar polidamente”. Cataldo introduziu, fundamentalmente, as «boas maneiras» e a retórica do Renascimento.



Cataldo Parisio Sículo

Quando os intelectuais italianos, a começar por Petrarca (o Pai do Humanismo), recuperaram os autores clássicos, iniciaram um sincretismo que combinava Platão ou Cícero com as ciências exatas e a política moderna. Os *Provérbios* faziam parte do ensino corrente do latim e, além da gramática, transmitiam conselhos

práticos de governação. Na obra *Epistolae II*, duas cartas dirigidas a D. Jorge de Lencastre aludem ao uso prático dos *Proverbia* de Cataldo. Outra missiva, dirigida ao príncipe herdeiro D. Afonso, refere-se a uma Estilística

Latina oferecida por Cataldo, publicada mais tarde por Manuel Saraiva Barreto sob o título *Uma Ars Eloquentiae dos Primórdios do Humanismo em Portugal* (Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1982).

Geopolítica, tipografia e fim do élan

Estas pistas — a estrutura do ensino, o acesso aos impressos e a disseminação do saber nas rotas ultramarinas do século XVI — atestam que o Tratado das Alcáçovas foi determinante para a Expansão, mas também para Camões quer pela forma como pelo conteúdo dos seus escritos. Ao criar estabilidade ibérica, viabilizou o investimento financeiro da Coroa (sobretudo com D. Manuel I), da nobreza e do clero na fieração de tipógrafos e na importação de conhecimento.

Camões, apesar do seu temperamento belicoso e da flutuação na qualidade das edições da época — que exigiam uma rara dedicação à leitura — colheu os frutos deste processo.

O impacto deste poder do impresso estende-se à análise geopolítica do Atlântico e à posterior organização das nações sul-americanas sob a égide de Alcáçovas e Tordesilhas. Contudo, no Pacífico e no Índico, a lógica delimitadora norte/sul de Alcáçovas parece, de acordo com o tratado de Saragoça, ter persistido na prática, face às posteriores incursões holandesas, francesas e inglesas. Curiosamente, a primeira missão internacional não-ibérica a usar a rota do Gama foi alemã, logo no início do século XVI, impulsionada pela presença de impressores germânicos em Lisboa, gerando avultadas receitas em taxas para a coroa manuelina.

Se estivéssemos no campo da ficção histórica, ao estilo de Dan Brown, a erudição de Camões e o seu acesso a este conhecimento secreto serviriam de mote para uma saga em que o saber substitui o acaso, e onde as alianças

geopolíticas sustentam o brilho de Portugal na Europa e no mundo.

Infelizmente, o obscurantismo sebastianista que se seguiu conduziu o país a um século XVIII cinzento e a um declínio cultural nos séculos seguintes.

A exaustão dos cofres públicos e privados, anterior à chegada do ouro e da prata do Brasil, quebrou a nossa supremacia marítima. Perdemos o *élan* com a perda da independência e com o esforço da guerra terrestre contra Castela. Ironicamente, os quase duzentos anos de permanência no Oriente tinham desenvolvido sobremaneira as artes da guerra naval e da ocupação fortificada — a outra face da história que Camões tão magistralmente imortalizou n'*Os Lusíadas*.

Compreender como Camões (e outros contemporâneos) acedeu à vasta bagagem científica e humanística que demonstra possuir exige ir além do mero reconhecimento do seu génio. O Poeta teve de aprender e teve de ter acesso às fontes. Sem o enquadramento gerado pelo Tratado das Alcáçovas, esse acesso teria sido historicamente inviável. Alcáçovas abriu as portas ao conhecimento e à sua divulgação; resta-nos continuar a investigar como Luís Vaz de Camões cruzou essa porta e foi capaz de escrever, mesmo sob as mais duras provações e sofrimentos. E, talvez não tenha sido só ele, abrindo porta a uma nova visão dos séculos XVI e XVII (e XVIII até ao terramoto). E# do papel efetivo e verdadeiro dos pensadores estrangeirados que antecedem as pálidas luzes portuguesas.



* Texto escrito em 18 julho de 2024, em Alcáçovas.

** Produtor cultural especializado na história do tratado das Alcáçovas.



Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa entregue a Eng.º Armando Martins *

General Alexandre de Sousa Pinto **

Por força do regulamento do prémio Aboim Sande Lemos, como presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, fui, no corrente ano, o presidente do júri do Prémio.

Este Prémio foi instituído em 1987 pelo sócio Exmo. Senhor Coronel Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, com um carácter perpétuo e anual, destinando-se a galardoar *“pessoas singulares ou colectivas, cujas obras notáveis e originais, no âmbito das Ciências Humanas, Artes e Feitos Excepcionais ou das Ciências da Natureza, Técnicas e Tecnologias, em anos alternados, contribuam ou hajam contribuído, de forma significativa para o robustecimento da identidade da imagem cultural portuguesa e afirmação de Portugal como país livre e independente”*.

O Prémio, desde então, com apenas duas excepções – 2005 e 2020 – tem sido anualmente atribuído verificando-se sinteticamente que o foi a trinta e uma

pessoas singulares – 3 militares, 1 padre, 1 poeta, 1 arquitecto, 1 atleta, 1 actor, 4 músicos e 18 professores doutores – e a nove pessoas colectivas sendo um estrangeiro – o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.





No corrente ano, o júri do prémio relativo ao ano de 2025 a recair no âmbito das **Artes e Feitos Excepcionais**, decidiu por unanimidade atribuí-lo ao Exmo. Senhor Engenheiro Armando Gertrudes Martins, cuja vida é certamente conhecida de muitos de V.^{as} Ex.^{as}, mas que não posso deixar de sintetizar, referindo:

- Nasceu em Penamacor a 22 de Março de 1949 é casado e pai de dois filhos;

- Aos 14 anos vem estudar para Lisboa, licenciando-se em 1973 no Instituto Superior Técnico como Engenheiro Mecânico;

- Face à paralisação da economia portuguesa que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, decidiu partir para o Brasil, onde se manteve durante cerca de seis anos, ali tendo colaborado numa prestigiada empresa de produção de equipamentos metálicos para as indústrias extrativa e cimenteira;

- Os rendimentos familiares e os resultantes do seu próprio trabalho permitiram-lhe realizar os primeiros investimentos em imóveis que determinaram o seu lançamento como promotor imobiliário de que resultou o nascimento do Grupo Fibeira;

- O Atrium Saldanha, centro comercial no centro de Lisboa, projectado pelos arquitectos João Paciência e Ricardo Bofill, que recebeu os prémios Valmor e o Municipal de Arquitectura em 2001, será, talvez, a obra mais emblemática da actividade imobiliária do Grupo Fibeira;

- Paralelamente, a partir dos seus 18 anos, iniciou-se como colecionador de arte ao adquirir umas serigrafias a um amigo; aos 25 anos, na véspera do 25 de Abril de 1974, comprou a sua primeira obra original, uma pintura de Rogério Ribeiro, que se mantém hoje na sua coleção particular – uma das melhores colecções de arte de Portugal – que integra mais de 600 obras de arte contemporânea, que vão dos finais do século XIX, com obras no naturalismo, e se estende até ao final da década de 80 do século XX com as várias gerações do modernismo; reúne obras-primas e os principais artistas portugueses desses períodos, nomeadamente, José Malhoa, João Vaz, Almada Negreiros, Amadeu de Souza Cardoso, Falcão Trigoso, Sousa Pinto, Eduardo Viana, Guilherme Santa-Rita, António Dacosta, D'Assumpção, Cruzeiro Seixas, Vieira da Silva, José de Guimarães, Jorge Martins, Costa Pinheiro, Júlio Pomar, Pinto Coelho, Pedro Calapez, Noronha da Costa, Palolo, Lourdes Castro, Menez, Nikias Skapinakis, René Bértholo, Carlos Botelho, António Areal, Alfredo Keil, Julião Sarmiento, Júlio Resende, João Hogan, Eduardo Nery, Nadir Afonso, Paula Rego, Cargaleiro ou Pedro

Cabrita Reis entre muitos outros.

- No campo da sua actividade imobiliária comprou o Palácio do Correio-Mor, em Loures, e, em 2007, o Palácio Ribeira Grande, na Rua da Junqueira em Lisboa e é este último que decide restaurar por forma inovadora, ali encontrando maneira de juntar um museu onde instalar grande parte da sua colecção e um hotel que seja motor de financiamento e de sustentação da autonomia do projecto. Nasce o **MACAM**, Museu de Arte Contemporânea Armando Martins, instalado num excelente hotel de cinco estrelas em plena Lisboa.

Abro aqui um parenteses para lembrar que o Palácio Ribeira Grande tem a sua origem quando, na década de

30 do século XVIII, os 4.^{os} Condes da Ribeira Grande

compram aos 4.^{os} Marqueses de Niza a propriedade que estes ali tinham. É a partir de então que nele ocorrem acontecimentos mais ou menos marcantes da História de Portugal. Lembro, por exemplo, que com o terramoto de 1755 os palácios dos Távoras e dos Ribeira Grande em plena baixa lisboeta ruíram completamente e ficaram em escombros; ambas as famílias salvando-se por milagre, acolheram-se às suas casas de campo, os Távoras para o Campo Pequeno, aonde hoje está o palácio Galveias biblioteca municipal, e os Ribeira Grande para a Junqueira; as réplicas atingiram as proximidades do Campo Pequeno mas não a Junqueira e é assim que os Ribeira Grande montam nos seus jardins da Junqueira tendas onde acolhem os parentes Távora, Alorna e Atouguia para se instalarem enquanto não se encontravam soluções definitivas. Lembro também que, na sequência do processo dos Távoras, o Marquês de Pombal encerrou no Forte da Junqueira, a poucos metros do palácio, todos os que não tendo sido assassinados no patíbulo de Belém, entre eles o então conde da Ribeira Grande, cuja família, ali a alguns passos, só soube da sua morte quando, 18 anos depois, morto D. José e exilado o Marquês, os portões do forte foram abertos e ele de lá não saiu por ter morrido anos antes no cativeiro. As fachadas que hoje se veem são o resultado das grandes obras efectuadas em 1812 aquando do casamento do 7.^o conde da Ribeira Grande. A sua vivencia nos finais do século XIX e princípios do XX pode ser consultada em diferentes obras que referem as actividades políticas e sociais que ali tiveram lugar quando lá estiveram instalados colégios privados – o Colégio Arriaga e, depois, o Colégio Novo de Portugal – e membros da Família Ribeira Grande, nomeadamente o Dramaturgo D. João da Camara, até que em 1940 todo o palácio foi alugado ao Estado para ali instalar o Liceu D. João de Castro, primeiro, a que se seguiu o Rainha D. Leonor e o Rainha D. Amélia depois, situação que se manteve até há pouco, quando foi adquirido pelo nosso Eng Armando Martins em estado deplorável, consequência de anos de obras e estragos que a

transformação interior para o adaptar a uma função completamente diferente obrigaram e ao uso por milhares de crianças e adolescentes durante muitas décadas.

- Em 2018 a Fundación Arco, instituição dedicada à promoção, investigação e divulgação da arte contemporânea distingue-o com o prémio “A” para o colecionismo.

- A APOM – Associação Portuguesa de Museologia, em 2021, atribuiu-lhe o prémio de Colecionador da APOM pelo projecto de criação de um museu privado para tornar pública a sua colecção.

- Em 10 de Junho de 2025 foi agraciado com o grau de grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

- Em 22 de Março de 2026 a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, em nome do Governo, atribuiu-lhe a medalha de Mérito Cultural reconhecendo um percurso de mais de cinco décadas dedicado à promoção da arte e à criação do MACAM, sublinhando o impacto público de um projecto privado que reforçou a oferta cultural da capital, reunindo cerca de 600 obras de artistas portugueses e internacionais, reconhecendo não apenas a dimensão da colecção, mas sobretudo a visão, a determinação e a generosidade com que o colecionador tem dinamizado e fortalecido o nosso ecossistema cultural.

Este mais que sintético curriculum é a prova mais do que suficiente de que o Eng Armando Martins, reconhecido pelo seu trabalho como investidor imobiliário e também

pela sua importante actividade de promoção da cultura artística, com mais de 600 obras de arte colecionadas e, ainda, pelo seu espírito inquieto, empreendedor e a sua capacidade de sonhar nos garante que continuará a desenvolver projectos que por vezes o conduzem para fora da sua zona de conforto, de que o seu gosto pela arte é exemplo.



O júri do **Prémio Aboim Sande Lemos** não teve quaisquer dúvidas de que o Eng Armando Martins é, no campo das **Artes e Feitos Excepcionais**, um exemplo a apontar e a merecer que o Prémio lhe fosse atribuído.



* Discurso proferido na Cerimónias comemorativas do dia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (26 de Maio de 2026).

** Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.



Este tempo chama-nos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal, a acreditar em Portugal *

José Ribeiro e Castro **

Viva Portugal! Viva Portugal, que festeja 847 anos do reconhecimento papal da sua independência pela bula Manifestis Probatum de 23 de Maio de 1179.

Viva a Sociedade Histórica da Independência de Portugal! Viva a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que faz 165 anos do seu arranque em 24 de Maio de 1861, então chamada Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640.

Quando estudei Economia Política na universidade, aprendi que o curto prazo corresponde ao período de um ano, o médio prazo ao de um a cinco anos e o longo prazo ao de cinco a dez anos.

Longo prazo

Mas, bem vistas as coisas, pode considerar-se que cinco ou dez anos são verdadeiro longo prazo? Não me parece. Dez anos são praticamente um instante. Apenas dois mandatos presidenciais, algo que, entre nós, até se tornou uma rotina. E isto dificilmente pode ser assimilado como longo prazo.

“ *Longo prazo, a sério, são vinte e cinco, cinquenta, cem anos.* ”

Isso, sim, é um horizonte temporal capaz de suscitar admiração, grandes interrogações, mobilizar vontades colectivas e inspirar esforços prolongados de geração em geração.

Por isso, sempre me fascinou a capacidade da cultura chinesa para pensar em horizontes temporais muito mais amplos do que aqueles a que nós, ocidentais, estamos habituados.

A China possui essa extraordinária aptidão para projectar processos históricos para décadas ou mesmo séculos. Temos disso um exemplo admirável no acordo de transição de Macau. Foi concebido para durar cinquenta anos. Há um ano, 2025, celebrou-se precisamente a primeira metade desse período iniciado em Dezembro de 1999. É impressionante a forma como a China soube pensar e construir uma transição com a duração de meio século, cinco décadas, e transmitir-nos também essa visão, que partilhámos.

Já antes sucedera algo semelhante com Hong Kong. No final do século XIX, após as Guerras do Ópio, o Reino Unido impôs à China os chamados tratados desiguais e obteve, para os Novos Territórios de Hong Kong, um

regime de arrendamento por noventa e nove anos, formalizado na Convenção de 1898. É extraordinário pensar que um acordo internacional sobre vastos territórios tenha sido celebrado para durar quase um século e perceber a visão estratégica e a capacidade de antecipação que isso implicava.

Apesar de não reconhecer legitimidade aos tratados desiguais, a China acatou sempre aquela Convenção. E, quando o prazo começou a aproximar-se do fim, o sino tocou para os britânicos. O Reino Unido compreendeu que a continuidade da sua presença em Hong Kong se tornava inviável sem os Novos Territórios, que representavam a maior parte da área e das infra-estruturas essenciais do território, que crescera muito. Procurou encontrar soluções de continuidade, mas a China recusou qualquer prolongamento do arrendamento. E foi precisamente o vencimento daquele prazo, fixado noventa e nove anos antes, que conduziu à transferência de soberania sobre Hong Kong, em 1997, sem guerra nem conflito armado, através apenas de um processo diplomático negociado entre os dois Estados.

Pouco depois, ali ao lado, em circunstâncias historicamente distintas, mas enquadradas na mesma lógica de recuperação da plena soberania chinesa, ocorreu também a transferência da administração de Macau para a República Popular da China, no fim de 1999.

Tudo isto demonstra como um instrumento jurídico celebrado um século antes, em 1898 — ainda que num quadro de profunda desigualdade entre as partes —, acabou por ser o gatilho da mudança para Hong Kong. E, reflexamente, para Macau também. A relação de forças do final do século XX já não era a do final do século XIX. E a diplomacia pacífica consumou aquela transformação histórica.

Longo 900 anos: celebração híbrida – tanto o início, como o percurso

Também nós, em Portugal, somos chamados a pensar em horizontes largos quando olhamos para a celebração dos novecentos anos da nossa nacionalidade. Temos de nos habituar a pôr a nossa História em perspectiva. Larga, ampla, inteira. Por isso, definimos um ciclo comemorativo alargado, iniciado em 2025, com os novecentos anos da investidura cavaleiresca de D. Afonso Henriques, na catedral de Zamora, e que culminará em 2085, evocando os novecentos anos da sua morte, em Coimbra.



Recriação da investidura do infante D. Afonso Henriques na Catedral de Zamora no Domingo de Pentecostes.



Esta perspectiva permite-nos compreender com maior realismo o que foi a fundação de Portugal, no século XII. E como não aconteceu num único dia, nem sequer num só ano. Foi um processo histórico prolongado, marcado por etapas sucessivas que a historiografia foi identificando e valorizando: a investidura de D. Afonso Henriques como cavaleiro, em 1125; a Batalha de S. Mamede, em Guimarães, em 1128; a proclamação régia após Ourique, em 1139; a conferência de Zamora, em 1143; e a bula *Manifestis Probatum*, de 1179, pela qual o Papa Alexandre III reconheceu formalmente Portugal como reino independente e D. Afonso Henriques e seus herdeiros como reis. Ao mesmo tempo, tudo foi progressivamente plantado pelo território por centenas de forais dos primeiros reis, instrumento de construção da nacionalidade, de que celebraremos os primeiros sessenta, que chamamos “Forais da Fundação, Municípios de Portugal”, que estão a celebrar também 900 anos.

Com foco final em 2085, em vez de no imediato, o ciclo largo ajuda-nos a compreender e a assimilar as etapas

por que nos fizemos portugueses, bem como, nessa janela temporal de sessenta anos, a vastidão da nossa História portuguesa, cerzida ao longo de nove séculos e por seus desafios e oportunidades, num todo coerente e bem cozido.

“ Celebrar os novecentos anos de Portugal desta forma significa pôr em evidência a profundidade histórica da nossa nacionalidade.

Significa compreender que pertencemos a uma das mais antigas nações da Europa e do mundo, com continuidade política e fronteiras estáveis há séculos. Isto não é para calar, nem para esconder. Isto deve ser motivo de legítimo orgulho colectivo. E como precisamos deste brio.

Este modelo de comemoração híbrido (tanto o início, como o percurso) já está a andar. Não foi só no Pentecostes de 2025, para abrir em Zamora o ciclo largo de comemorações dos nossos nove séculos. Celebrámos também, em 2025, o sétimo centenário da morte de D. Dinis. Assinalámos igualmente os quinhentos anos da morte da Rainha D. Leonor. E continuamos a celebrar os quinhentos anos do nascimento de Luís Vaz de Camões, por diversas sessões neste Palácio e pelo apoio determinado ao projecto do Professor Manuel Mota — iniciado há quase um século pelo seu avô, o Almirante Artur Mota — para criar uma edição monumental d’*Os Lusíadas*, com as 1102 estrofes escritas à mão e assinadas por 1102 personalidades portuguesas. Grande visão de longo prazo teve o Almirante Artur Mota. E não é chinês; apenas um grande português com grande visão, tal como o seu neto também.

Celebrámos D. Dinis porque o seu reinado foi decisivo para a definição de Portugal. Podemos dizer que também foi um “fundador”. Será, aliás, uma figura central no futuro Museu da Independência que estamos a preparar. Foi o primeiro rei da primeira dinastia que já não precisou de expandir territorialmente o reino para engrandecer o país. Em vez disso, aplicou uma visão ampla, estratégica e profundamente moderna sobre o futuro de Portugal.



Comemorações dos 700 anos da morte de D. Dinis na capela do Paço Real, dedicada a São Miguel, no castelo de S. Jorge, em Lisboa.



Não tendo sido um conquistador, foi ele quem consolidou definitivamente a fronteira oriental portuguesa através do Tratado de Alcanizes, assinado com Castela em 1297 — tratado que continua a definir uma das mais antigas fronteiras políticas estáveis da Europa.

Foi ainda D. Dinis quem fixou o uso do português como língua oficial, nos documentos régios e administrativos, substituindo progressivamente o latim. Percebeu que ter língua própria seria instrumento fundamental de afirmação da nacionalidade portuguesa. Essa língua viajaria, depois, pelo mundo, com os Descobrimentos, criando em todos os continentes polos de cultura

lusófona.

D. Dinis fundou a Universidade portuguesa. E fundou a Marinha, incentivou o desenvolvimento naval, a administração económica, a agricultura e a plantação do Pinhal de Leiria, tradicionalmente associado à preparação de madeira para a construção naval dos séculos posteriores.

É um rei extraordinário. Um rei que os portugueses precisam de conhecer cada vez melhor, porque representa um exemplo admirável de construção paciente, inteligente e duradoura do futuro nacional.

Em 2025, também a Rainha D. Leonor mereceu a nossa especial atenção, pelo seu trabalho pioneiro na área social, como fundadora das Misericórdias, começando pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 1498. Profundamente inovadora para o seu tempo, esta nova forma de organização da assistência social, difundiu-se pelo país e pelos territórios da expansão portuguesa, deixando marcas em vários continentes e nas comunidades lusófonas.

Integrámos também, neste grande abraço dos novecentos anos de Portugal, acontecimentos recentes da nossa história contemporânea. Foi o caso da evocação dos cinquenta anos do 25 de Novembro de 1975, data decisiva para a estabilização democrática do país e para a consolidação do regime de liberdade, pluralismo político e Estado de Direito constitucional que viria a afirmar-se plenamente com a Constituição de 1976. E, nesta altura, apresentamos a sequência histórica com o ciclo “50 anos da fundação democrática da democracia”, exaltando o ciclo eleitoral completo de 1976.

900 anos: fonte de energia, inspiração e confiança

“ Portugal está hoje muito precisado de energia moral, de inspiração e de confiança em si próprio.

Precisa de combater o negativismo, o conformismo e o sentimento de inferioridade que tantas vezes se instala entre nós. Precisa de líderes que nos inspirem. Precisa de recuperar ambição, capacidade de iniciativa e confiança no futuro.

Ora, o sopro regular das comemorações dos novecentos anos pode desempenhar esse papel. Pode ser uma fonte contínua de inspiração colectiva. Não se trata de viver permanentemente em festa. As grandes celebrações ocorrerão nos momentos correspondentes às respectivas efemérides. Mas, entre esses marcos, a vida nacional prosseguirá naturalmente, animada pela consciência segura da antiguidade do nosso país e pela auto-estima que dela pode nascer e se enraizará nas pessoas e nas instituições. Um Portugal apaixonado por si!

Um país que perde a memória de si próprio acaba por perder também a confiança, a ambição e até a vontade de

construir. Pelo contrário, um país que conhece a sua História, que reconhece o esforço acumulado de tantas gerações que o edificaram, ganha outra firmeza, outra serenidade e outra capacidade de enfrentar as dificuldades do presente.



Logotipo Portugal 900 Anos.



Nós somos herdeiros de nove séculos de independência política, de continuidade nacional, de resistência, de criação cultural e de expansão universal. Poucos povos no mundo podem olhar para trás e reconhecer um

Líderes que inspirem vontade de acreditar

Os países também vivem da imagem que fazem de si próprios e das alianças sólidas, de respeito mútuo, que constroem. Nenhuma nação progride quando se habitua ao desencanto, ao cepticismo permanente ou ao rebaixamento sistemático da sua própria condição histórica. Um país que se agacha acaba por ser montado. Um país que se vende acaba por ser comprado. Nunca esqueçamos o rei Filipe II de Castela: “Herdei-o, comprei-o e conquistei-o!” Falava de Portugal 1580.

Portugal precisa, hoje, de recuperar confiança. Confiança na sua cultura, na sua língua, na sua capacidade criadora, na sua juventude, na sua posição no mundo. Precisa de voltar a pensar em horizontes largos. Precisa de voltar a acreditar que é capaz de realizar obra duradoura. Precisa de ver largo, de olhar para diante, para daqui a cinquenta ou sessenta anos.

Uma nação com nove séculos de História não pode

percurso histórico tão longo e tão singular.

Mas esta herança não deve servir para alimentar nostalgias estereis. A História só honra verdadeiramente os que sabem transformá-la em responsabilidade. Celebrar os noventa e cinco anos de Portugal deve significar exactamente isso: transformar memória em energia, tradição em inspiração e antiguidade em confiança no futuro.

Quando evocamos D. Afonso Henriques, D. Dinis, a Rainha D. Leonor, Camões e tantas outras figuras e outros momentos da nossa História, não estamos apenas a olhar para trás. Estamos a erguer e a afirmar exemplos de coragem, visão e perseverança. Estamos a recordar que Portugal nunca se fez pequeno quando teve consciência clara de si próprio.

É por isso que estas comemorações serão mais do que um mero calendário de efemérides. Serão um amplo exercício colectivo de consciência nacional. Uma oportunidade para reaprendermos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal e a acreditar em Portugal.

pensar pequeno. Não pode resignar-se ao declínio, nem aceitar uma existência sem ambição. Um povo que atravessou tantos séculos de provações e soube sempre permanecer livre tem o dever de olhar o futuro com coragem e esperança.

“ Um país que celebra a sua independência não se entretém a perdê-la.

É este o sentido mais profundo das comemorações dos noventa e cinco anos de Portugal: recordar-nos que pertencemos a uma longa corrente histórica que nos antecede e continuará depois de nós; que recebemos um país construído ao longo de gerações; e que temos a obrigação moral de o entregar mais forte, mais confiante e mais digno àqueles que virão a seguir.

“ Viva Portugal!

*Viva a Sociedade Histórica da
Independência de Portugal!*



Castelo de Guimarães



* Discurso proferido nas Cerimónias Comemorativas do 847.º Aniversário do reconhecimento da Independência de Portugal e do 165.º Aniversário da Sociedade Histórica.

** Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal



Que país queremos ser perante o mar? *

Carlos Papafina **

“Ler é como caminhar sobre os ombros de um gigante.” Li esta frase há muitos anos, escrita no caderno de uma criança de treze anos.
E lembro-me de ter ficado em silêncio.

Porque naquele instante percebi uma coisa profundamente desconfortável: apesar dos livros lidos, das viagens, das guerras testemunhadas, das histórias recolhidas ao longo da vida... talvez eu ainda não tivesse verdadeiramente aprendido a ler.

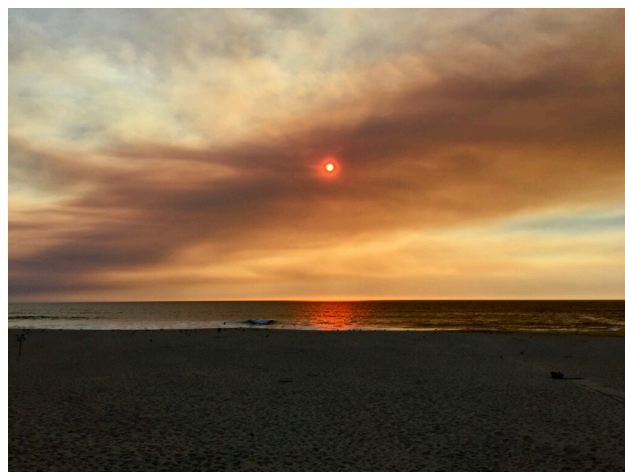
Aprender a ler não é apenas decifrar palavras.

É aprender a escutar o sofrimento dos homens, a memória dos povos, o silêncio dos lugares e aquilo que o tempo tenta apagar.

Talvez por isso tenha escrito o livro "O Mar Onde Nos Lemos". Porque um país também se lê.

Um povo também se lê.

E o mar - esse grande livro aberto da nossa história - continua ainda hoje à espera de quem o saiba escutar.



Praia da Torreira, Murtosa (Agosto 2016)



Senhor Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal,

Senhoras e Senhores,

Caros amigos,

Receber este prémio é, para mim, mais do que uma distinção literária. É um momento de profunda responsabilidade perante a memória de um país e perante todos aqueles que, ao longo dos séculos, fizeram do mar não apenas caminho, mas destino.

Vivemos num tempo estranho. Um tempo em que o ruído substitui frequentemente o pensamento, em que a velocidade ameaça destruir a memória, e em que os povos começam lentamente a esquecer quem são, de onde vêm e aquilo que os uniu. Talvez por isso tenha sentido necessidade de escrever O Mar Onde Nos Lemos.

Não para celebrar nostalgicamente um império desaparecido. Não para repetir velhos discursos de grandeza. Mas para tentar compreender aquilo que o oceano ainda nos diz sobre nós próprios.

Porque Portugal não nasceu apenas da terra. Portugal nasceu do horizonte.

Nasceu da coragem de homens simples que olharam o desconhecido e decidiram avançar. Nasceu de pescadores anónimos, de mulheres que ficaram à espera nas praias, de marinheiros que morreram sem sepultura, de povos que se encontraram, se misturaram, se feriram e se transformaram mutuamente através do mar.

O oceano foi a nossa primeira estrada global. Mas foi também o nosso primeiro espelho moral.

Nele existe tudo aquilo que somos: a coragem e o erro, a descoberta e a violência, a fé e a ambição, a poesia e a tragédia.



Serra de Arrábida, Setúbal (Julho 2021)



E talvez seja precisamente por isso que o mar continua a ser tão importante no século XXI.

Quando hoje olhamos o Atlântico, já não vemos apenas rotas comerciais ou fronteiras geopolíticas. Vemos alterações climáticas, sobrepesca, migrações humanas, disputas energéticas e novos equilíbrios mundiais. O oceano voltou ao centro da história. E Portugal, inevitavelmente, também.

Mas há uma pergunta que devemos ter coragem de fazer:

Que país queremos ser perante o mar?

Um país pequeno, resignado à periferia da Europa?

Ou uma nação capaz de voltar a pensar o oceano como espaço de conhecimento, cultura, ciência, língua e encontro entre civilizações?

Eu acredito profundamente na segunda hipótese.

Acredito que Portugal tem ainda uma responsabilidade histórica e cultural no mundo lusófono. Não uma responsabilidade de domínio- esse tempo terminou-, mas uma responsabilidade de diálogo, memória e construção comum.

A Lusofonia não pode viver apenas de cimeiras diplomáticas ou discursos protocolares. Tem de viver através da

cultura, da ciência, da literatura, do cinema, da juventude, do mar e da capacidade de sonharmos em conjunto.

Porque aquilo que verdadeiramente une os povos não é o poder. É a memória partilhada.

E é essa memória que procurei escrever neste livro.

Ao longo destas páginas falei de Camões e de Sophia, de pescadores portugueses e de saveiros brasileiros, da morna cabo-verdiana e das pirogas moçambicanas, dos fantasmas, da escravatura e das mulheres que ficaram eternamente à espera do regresso dos homens do mar.

Porque o oceano não separa apenas continentes.

O oceano guarda vozes.

E talvez escrever seja precisamente isso: tentar escutar aquilo que o tempo quase apagou.



Carlos Papafina no uso da palavra.



Quero agradecer profundamente à Sociedade Histórica da Independência de Portugal por esta distinção, que recebo com enorme honra e emoção: Num tempo em que tantas vezes se despreza a memória histórica, instituições como esta continuam a lembrar-nos que um país sem memória é um país sem futuro.

Agradeço também a todos aqueles que, ao longo da minha vida, me ensinaram a olhar o mundo com inquietação, humildade e espanto- desde os homens do campo e do mar até aos livros, às viagens, ao jornalismo e ao silêncio dos lugares esquecidos.

E permitam-me terminar com uma convicção muito pessoal.

Talvez Portugal nunca volte a ser um império. E ainda bem.

Mas pode voltar a ser uma consciência.

Uma consciência atlântica. Uma consciência cultural.

Uma consciência humana voltada para o mar, para o conhecimento e para o encontro entre povos.

Se conseguirmos isso, então o oceano continuará a escrever-nos numa só página.

Muito obrigado.



* Texto da intervenção de Carlos Papafina nas Cerimónias Comemorativas do dia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (26 de Maio de 2026).

** Jornalista e vencedor do Prémio Mares Lusofonia.



Memórias de um tempo em rutura: um testemunho pessoal

Luís de Almeida Sampaio *

Escrevo estas linhas após mais de quatro décadas de carreira diplomática ao serviço de Portugal — incluindo funções como Embaixador na Alemanha e junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte— portanto já numa fase da vida que permite a serenidade e distância que só o tempo oferece, mas também com a responsabilidade de memória que o presente exige.

O que aqui relato não é apenas um percurso pessoal: é o reflexo de um Portugal em turbulenta transformação,

num dos períodos mais intensos da sua história contemporânea. Quando nas minhas aulas ou conferências relato o testemunho que aqui deixo constato a incredulidade e a estupefacção da minha audiência mais jovem e leio nas suas expressões: “como é possível que isto tenha acontecido em Portugal ?!”.

Com efeito, eu tinha apenas 17 anos quando, em pleno “Verão Quente” de 1975, no contexto do chamado “Processo Revolucionário em Curso” (PREC),

fui detido por razões exclusivamente políticas. A minha “culpa” era simples: participar ativamente na fundação da Juventude Centrista (JC) no Porto, a estrutura juvenil do CDS, e defender uma visão de Portugal assente na moderação, no pluralismo e no respeito pelo Estado de direito — o que constituía uma ameaça ao ímpeto revolucionário.



Liceu António Nobre



Claro que jamais esquecerei o momento da minha detenção pela Polícia Militar no pátio de recreio do então Liceu António Nobre perante o olhar atónito dos meus colegas. Fui conduzido à prisão de Custóias, onde permaneci vários dias em isolamento, incomunicável, sem culpa formada, num ambiente de surreal ansiedade difícil de descrever. A minha detenção, como consta do mandato de captura de que guardo cópia, fora ordenada pelo COPCON, então liderado por Otelio Saraiva de Carvalho, e a sua execução entregue ao seu representante no norte do país Eurico Corvacho.



Pintura mural em 1975.



A experiência da prisão marcou-me profundamente. Não apenas pelas condições em que ocorreu, mas pelo que de facto simbolizava: era o retrato perfeito de um país em deriva revolucionária de esquerda, onde a liberdade recém-conquistada coexistia com práticas que a negavam. Procurei sempre compreender aquele momento no seu contexto, para além da minha circunstância pessoal, integrando-o numa leitura mais ampla da nossa história coletiva.

Fui libertado antes de outros (alguns militantes do CDS como eu e outros, que eu nunca conheci, que não pertenciam ao CDS) que permaneceram detidos por mais tempo do que eu em Custóias. A minha libertação deveu-se à intervenção de Diogo Freitas do Amaral, então presidente do CDS, que me conhecia bem. Julguei, na altura, que esse momento marcaria o fim de um episódio difícil. Infelizmente não foi assim. A minha libertação foi usada contra mim por adversários internos no seio da Juventude Centrista e do próprio CDS, que fizeram circular o rumor de que eu teria “denunciado” outros detidos. Tratava-se, claro, de uma difamação infame e sem escrúpulos mas, como em geral acontece, uma acusação infundada e a suspeita que gera, bastou para ferir a minha reputação.

Esse episódio foi um dos mais dolorosos da minha vida. Não apenas pelo ataque pessoal, mas por ter vindo de “dentro” — do espaço político que eu próprio ajudara a construir no Porto, como fundador da Juventude Centrista e primeiro presidente da sua Comissão Distrital. Sei bem quem me difamou, a quem, evidentemente, já perdooi há muito tempo. Perante aquele clima, para mim insuportável, tomei a decisão de me afastar do CDS e a JC do Porto, pondo fim ao que muito provavelmente teria sido uma longa carreira política. Foi uma decisão muito difícil, mas foi a necessária para preservar a minha integridade pessoal.

Contudo, nunca abdiquei dos valores que me tinham levado à intervenção política. Ao longo de mais de 40 anos de carreira diplomática, procurei sempre servir Portugal com base nesses princípios: bom senso, moderação, sentido de Estado, respeito pelas instituições democráticas e compromisso inabalável com a defesa da liberdade.

Apesar de ter abandonado a JC do Porto, logo em 1976, voltei publicamente a estes acontecimentos através de uma entrevista ao jornal *O Diabo*, fundado por Vera Lagoa. Nessa altura, defendi uma vez mais a necessidade de ultrapassar os excessos do período revolucionário e de consolidar uma democracia pluralista e estável.

Recentemente, e já depois de ter concluído a minha carreira diplomática, senti que era tempo de fadar ainda mais sentido a este ciclo hermenêutico e refiliei-me no CDS — não por nostalgia, mas por coerência uma vez que, apesar de todas as vicissitudes, nunca deixei de me rever nos seus valores fundadores.

Hoje, ao olhar para trás, vejo — naturalmente com mais clareza do que quando tinha 17 anos — o meu percurso como parte de uma história maior: a de um país que, apesar das suas divisões e momentos de rutura, conseguiu afirmar a democracia. Se este testemunho tiver alguma utilidade, será porventura a de lembrar que a liberdade não é apenas conquistada no momento efémero de uma revolução — é construída com determinação e tempo, sempre defendida com denodo e, muitas vezes, sofrida com dignidade.



Estabelecimento Prisional de Custóias, localizado em Matosinhos.

* Embaixador



O 25 de Novembro de 1975*

General Alexandre de Sousa Pinto**

Antecedentes

Regressado da Guiné em 29 de Setembro de 1974 caí em Lisboa ainda de madrugada, em pleno rescaldo de uma outra data memorável do chamado PREC (Processo Revolucionário Em Curso) – o 28 de Setembro de 1974 – a manifestação da maioria silenciosa que determinou a definitiva transformação do golpe de estado de 25 de Abril em uma revolução de cariz comunista. Apercebi-me de que qualquer coisa se passava quando o táxi que

tomara em Lisboa (aeroporto de Figo Maduro) para me levar a casa dos meus sogros em Paço de Arcos, onde a minha Mulher e os meus Filhos estavam instalados, ao chegarmos à zona do Estado Nacional onde então acabava a autoestrada, fomos mandados parar por um grupo de marinheiros fuzileiros e civis todos armados e começaram a exigir ao motorista informações sobre o destino e a finalidade da viagem. A decisão da minha

vinda no avião militar daquele dia foi tomada à última da hora embarcando, tal como estava, fardado com farda de serviço interno e sem que eu tivesse tempo sequer para avisar a família da minha chegada. Desconhecendo completamente a existência da dita manifestação e a oposição que os «progressistas» lhe faziam não me passava pela cabeça que aquilo fosse possível e imediatamente interrompi o motorista dirigindo-me aos marinheiros presentes esclarecendo-os que não admitia tais atitudes. A farda com galões de capitão e o ar com que a eles me dirigi devem tê-los convencido que estava ali alguém com capacidade de decisão, talvez um capitão do MFA e, imediatamente, fizeram recuar toda a gente e deram ordem ao motorista para seguir viagem. Depois de ultrapassados, o motorista virou-se ligeiramente para trás dizendo-me com ar satisfeito: *afinal ainda há neste país alguém que manda*. Só depois de entrar em casa percebi no que tinha estado metido e do que se estava vivendo. No dia seguinte, espantado e preocupado, assisti na televisão à declaração do General Spínola anunciando a sua demissão de Presidente da República por considerar esgotadas as suas próprias diligências para que o País seguisse o rumo de uma democracia ocidental.



A presença de forças militares nas ruas de Lisboa - 25 de Novembro de 1975.



Os militares quando terminavam as comissões no Ultramar para que tinham sido nomeados tinham direito ao gozo de alguns dias de licença. Na Guiné eu tinha trabalhado muito de perto com o governador e comandante-chefe, Brigadeiro Carlos Fabião, que tinha feito um notável trabalho para a transição de poder entre as Nossas Forças e as do PAIGC. Ainda durante o período de férias recebo um telefonema da Guiné em que o Brigadeiro Fabião me informava que tinha sido nomeado, ainda pelo Gen Spínola, para CEME, cargo de que tomaria posse logo que regressasse a Lisboa na primeira quinzena de Outubro, e que me queria com ele como ajudante-de-campo pelo que me pedia que me apresentasse no EME para, de imediato, entrar em

funções e, como tal, não me apresentasse no RPM, na Ajuda, como estava previsto. E assim comecei imediatamente a preparar-me e a preparar-lhe o caminho para, logo que se apresentasse, o que aconteceu, julgo, a 14 de Outubro. Entre esta data e 25 de Novembro de 1975 acompanhei o General Fabião em todas as suas actividades como CEME e membro da JSN e ainda, mais tarde, como membro do Conselho da Revolução. Fabião reuniu consigo um grupo de oficiais que com ele tinham trabalhado na Guiné formando, assim, uma equipa coesa e em que todos se conheciam bem. Assisti a todas as reuniões da Assembleia do Exército de que inicialmente fazia parte por direito próprio, como membro da Comissão do MFA da Guiné, e depois do 11 de Março de 1975 (outra data importante do PREC), apenas como ajudante do CEME, sem direito a intervir, portanto, pois passaram a ser membros apenas os oficiais eleitos pelas respectivas unidades.

Nos finais de Fevereiro de 1975 a 5ª Divisão do EMGFA informou o General Fabião que convinha passar por lá pois tinham informações importantes confidenciais para lhe transmitir. Eu acompanhei-o ao edifício do Grão-Pará na Rua Castilho e ali assisti então a uma reunião em que se falou das informações que tinham sido recebidas de diversos serviços secretos estrangeiros, nomeadamente de Espanha, sobre a possibilidade de se estar a tramar um golpe contra revolucionário das forças de direita, capitaneado pelo General Spínola, com base na reacção a uma imaginada matança da Páscoa. Os pormenores eram muitos e vi todos eles reproduzidos com exatidão no dia 11 de Março, em que todos assistimos aos aviões que sobrevoaram o RALIS e aos paraquedistas que para ele avançavam mas que depararam com uma legião de jornalistas e operadores de tv que, devidamente alertados, ali se encontravam como por puro acaso. Tudo me leva a crer que se tratou na realidade de uma operação muitíssimo bem planeada em que os ditos spinolistas caíram; lembro-me, por exemplo, que o golpe foi atribuído a Spínola mas sei que este foi arrancado da cama para ser levado para Tancos sem que antes tivesse ouvido falar na dita matança. Penso, ainda hoje, que se tratou de um golpe magistral da esquerda para liquidar a direita. É a partir daqui que as máscaras caíram e ninguém teve dúvidas que se estava a tentar levar Portugal para uma ditadura do proletariado ou, no mínimo, para um socialismo comunista. Este facto teve a vantagem de se ficar com a ideia de que seria necessário conseguir o inverso, ou seja, estarmos bem preparados para, numa saída que mais tarde ou mais cedo a esquerda tentaria, lhe podermos, com eficácia, fazer frente.

A primeira tentativa dos «vencedores» foi adiar *sine die* as eleições para a Assembleia Constitucional, marcada para 11 de Abril de 2025, um mês mais tarde. Na noite do

próprio dia 11 realizou-se uma designada «Assembleia Selvagem» a que compareceram oficiais, sargentos e praças, alguns armados, que dela não faziam parte e na qual se exigia a pena de morte na forca para os elementos considerados culpados do golpe contra revolucionário. Na mesa sentava-se o PR, General Costa Gomes, que presidia, e outros elementos da Comissão do MFA. Lembro as discussões acaloradíssimas que se desenvolveram até altas horas da madrugada. Discussões que estiveram muito próximas de vias de facto, nomeadamente entre o Vasco Lourenço, moderado, e o Coronel Art Varela Gomes, membro comunista da já referida 5ª Divisão do EMGFA. Nesta reunião conseguiu-se calar os partidários da condenação à morte dos autores do golpe e manter sem alteração a data das eleições mas, em contrapartida, dela saiu a decisão de nacionalizar a banca e os seguros, de institucionalizar o MFA e de criar um Conselho da Revolução que passava a ser o decisor ao mais alto nível militar e político. A data de 11 de Março de 1975 parecia ser o início de uma República Democrática do tipo das «democracias» de Cuba, da Alemanha Oriental e de tantas outras. No entanto, os resultados das eleições deram um forte alento à fortíssima percentagem de democratas (cerca de 80%) face à diminuta percentagem dos progressistas (12% do PCP e 4 a 5% da extrema esquerda). Percebeu-se, então, porque os progressistas não queriam as eleições e eram seguidos pela diminuta percentagem de militares que com eles alinhavam .



General Alexandre de Sousa Pinto a proferir a conferência "O 25 de Novembro de 1975"

• • •

Entretanto, os que rodeavam o General Fabião e que com ele tinham trabalhado na Guiné começaram a estranhar algumas das posições que ele ia tomando e que nos pareciam completamente anti natura. Conhecendo-o bem, decidimos abordá-lo questionando o que se passava e dizendo-lhe que nos parecia estar a sofrer qualquer

chantagem que o obrigava a dizer ou fazer o que nos pareciam actos de outro e não dele. Queríamos saber de onde partia essa chantagem para procurarmos resolver a questão. Sempre respondeu que estávamos equivocados e que aceitava poder ter cometido alguns erros mas que continuava a ser o mesmo militar e o mesmo homem.

Com o passar do tempo, no entanto, tais situações não só aumentaram como se tornaram por vezes bastante graves em nossa opinião.

Estas situações iam surgindo enquanto no País, nomeadamente em Lisboa, iam sucedendo diariamente as mais impensáveis atitudes de militares e civis denunciando uma completa anarquia na ausência de quem as impedisse ou, até, por vezes, instigadas por quem as devia impedir.

Assim, se foram as águas separando no campo militar. Surgem os conselheiros da revolução, ditos moderados, em oposição aos ditos progressistas. O Fabião que conhecíamos devia estar do lado dos moderados, no entanto, várias vezes ficou do lado dos progressistas o que me levou a escrever-lhe uma carta, fazendo um resumo dos acontecimentos e dizendo-lhe expressamente que «... *Nestas condições penso, meu general, não dever continuar a ser seu ajudante-de-campo...*» a qual não mereceu resposta até que, logo a 27, escrevi nova carta analisando o que se passara no Conselho do Exército do dia 24 e na Assembleia do MFA de 25 e as posições que, em ambas as ocasiões, foram defendidas pelo CEME, carta essa onde terminava dizendo que « *peço ao meu general que dispense os meus serviços como seu ajudante-de-campo e me autorize a entrar no gozo de licença disciplinar para poder reflectir em tudo isto*», obtendo como reacção do CEME o dizer-me que eu estava perturbado e, por isso, me dispensava durante uns tempos para depois me apresentar de novo ao serviço. Fui para o Porto, levando comigo exemplares do chamado «Documento dos Nove» com a missão de os fazer chegar às unidades do Norte, ainda antes de ele ver a luz da ribalta em 7 de Agosto.

Instalando-me em casa dos meus pais, para ali convoquei elementos das ditas unidades e pedi ao então comandante da PSP do Porto – Major Artur da Mota Freitas – que discretamente montasse uma segurança à casa no decorrer das várias reuniões que lá tiveram lugar e às quais compareceu, vindo expressamente de Lisboa, um dos «nove», o Capitão Sousa e Castro, membro do Conselho da Revolução e presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Destas reuniões resultaram não só o conhecimento do completo apoio das unidades do Norte aos «Nove» mas também a decisão de, em data previamente combinada, todas as unidades declararem que se recusavam a obedecer ao comandante da RMN.

Brigadeiro Eurico Corvacho, membro destacado dos progressistas e, ao que parece, do PCP, para passarem à dependência do comandante da RMC, outro dos «Nove», o Brigadeiro Franco Xarais. O Brigadeiro Corvacho passava, assim, a ter na sua dependência o QG e alguns Órgãos dos Serviços, pois em termos operacionais nada lhe restava para executar, fosse que acção fosse, situação que se manteve até, mais tarde, see exonerado da função e substituído pelo Brigadeiro Pires Veloso.



Assistência no Auditório do Centro da Juventude de Braga.



Quando regresssei a Lisboa e me apresentei, o CEME recusou dispensar os meus serviços, o que só consigo perceber pela vontade que tinha de continuar rodeado por aqueles que sempre o tinham ajudado e que lhe permitiam continuar a pensar ser o Fabião moderado que fora e que agora parecia ter deixado de ser. Eu, pelo meu lado deixei de ter cuidado com o que dizia e fazia na sua frente e, por vezes, na frente de terceiros, isto é, mostrava-me declaradamente do outro lado da barricada, mantendo contactos estreitos com o grupo moderado.

Entretanto, em semi-clandestinidade, um grupo de oficiais preparava a reacção militar para quando algum incidente justificasse, se fizesse uma intervenção militar para restaurar os princípios do exercício da autoridade legítima e, assim, devolver o caminho para uma democracia ocidental à normalidade institucional. Este grupo, depois designado por Grupo Militar, em ligação com o Grupo Político, baseado nos «Nove», era constituído por oficiais prestigiados como Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Garcia dos Santos, Rocha Vieira, Monteiro Pereira, Gabriel Teixeira, Loureiro dos Santos, Silvestre Martins, José Pimentel e José Barroco, tendo ainda a colaboração de outros como Jaime Neves (RCmds), Sousa e Castro (CEP), Pinto Ramalho, Pizarat Correia (RMS), Franco Xarais (RMC) e Pires Veloso (RMN). Numa reunião entre os dois grupos em Julho de 1975 foi decidido que Ramalho Eanes seria o

coordenador do Grupo Militar. Um grupo mais restrito é encarregado de elaborar o Plano de Operações, o que se fez em múltiplas reuniões, a última das quais na própria noite de 24/25 de Novembro.

Marco importante foi também a manifestação organizada pelo PS de Mário Soares na Fonte Luminosa (Alameda de D. Afonso Henriques), em 19 de Junho, com a presença de duas a três centenas de milhares de pessoas, demonstrando que mesmo na mobilização de rua era possível igualar ou largamente ultrapassar o PCP. Com tudo isto em movimento, numa reunião da Assembleia do MFA realizada em Tancos, é posto em causa o Vasco Gonçalves, primeiro ministro, dando-lhe por alternativa a chefia do EMGFA ou a Direcção do IAEM, fechado desde o 25 de Abril mas que se pretendia reabrir. Mantendo-se acesa a oposição, é o próprio que, face à situação, declara ir para casa.

Cai o governo. Em 19 de Setembro é nomeado primeiro ministro o até então CEMA, Almirante Pinheiro de Azevedo, que forma um novo governo, mais moderado mas ainda com membros do PCP. Esta vitória da direita, mesmo pífia, é fortemente contestada pela esquerda que monta um cerco ao Palácio de S. Bento, onde funcionava a Assembleia Constituinte, impedindo os deputados de sair durante dois dias, com excepção, já a desoras, dos que ali representavam o PCP. Pinheiro de Azevedo declara que «está farto porque não gosto de ser detido», anunciando que o governo entra em greve até que a legalidade esteja reposta. É chamado o RCmds para acabar com o cerco, o que ele cumpre com grande facilidade levando até que uma frente constituída por deficientes contra a qual o pessoal Comando avançou, antes que estes a atingissem, largassem as cadeiras de rodas e fugissem a bom fugir correndo desalmadamente à frente dos elementos dos Comandos. Tudo isto hoje parece hilariante mas, na altura, nada era para rir. Pensou-se então na «comuna de Lisboa» seguindo os deputados, o governo e outras autoridade para o Norte, considerando-se que a partir de Rio Maior estariam reunidas as condições para se poder cumprir o que a cada um competia fazer. Não foi necessário fazê-lo.

Dois episódios vem a propósito lembrá-los agora. O primeiro sucedeu quando o General Costa Gomes foi em visita de Estado a vários países da Cortina de Ferro, ficando o Almirante Pinheiro de Azevedo interinamente como PR e o Gen Fabião como CEMGFA. As forças políticas mais à direita organizaram no Porto uma manifestação dita apartidária de apoio à democracia ocidental que se pretendia e convidaram para a ela presidir o Almirante Pinheiro de Azevedo que, de imediato, aceitou mas que desafiou o General Fabião a com ele comparecer. Fomos para o Porto ao início da tarde em avião militar e, de Pedras Rubras, seguimos

directos para a Câmara Municipal, onde fomos recebidos pelo Governador Civil e pelo Administrador da Câmara mas também pelos chefes dos partidos PS (Mário Soares), PPD (Sá Carneiro) e CDS (Freitas do Amaral). Frente à Câmara, toda a Av. dos Aliados estava repleta, afirmando-se estarem ali reunidos um milhão de pessoas, sem cartazes partidários. Quando convidados a dirigirmo-nos às varandas levantou-se a questão de que se a manifestação era partidária os chefes dos partidos não deveriam aparecer. O Almirante defendia a sua presença e o General recusava essa possibilidade; para não prolongar a discussão, os três chefes partidários aceitaram ficar nos passos perdidos da Câmara. Não sei como, talvez propositadamente, toda a discussão fora transmitida pelos altifalantes e ouvida pela multidão. Chegados à varanda levantou-se um coro de um milhão de pessoas a assobiarem não se conseguindo calá-las até que o Almirante deu ordem para os políticos avançarem para a varanda, só então se calaram os assobios. Próximo de mim encontrava-se o meu camarada de curso e bom amigo, Capitão D. Luís Pereira Coutinho que era o comandante do EPM do Norte; perguntei-lhe se tinha gente suficiente para, à saída, proteger o carro do Fabião porque admitia que o insultassem e tivessem outras atitudes mais vigorosas. A porta principal da CMP dá para uma plataforma com acesso por duas rampas. Os carros para as entidades subiam por um lado e desciam pelo outro; no primeiro carro segui o Almirante com o seu ajudante e o Governador Civil; no segundo, rodeado por PM, o Fabião comigo e o Administrador da Câmara; a multidão, concentrada no final da rampa, abriu alas para passar o carro do Almirante e, fechando-se logo, impedindo a passagem do carro do Fabião que não conseguia andar senão empurrando com cuidado a multidão que aos pontapés e murros, por entre os elementos da PM, deixaram o carro num estado deplorável. Ultrapassado o obstáculo, num silêncio sepulcral, fomos directos para Pedras Rubras e só quando, a pé, nos dirigíamos para o avião o Fabião me perguntou se tinha sido eu a mandar a PM proteger o carro, disse-lhe que sim e ele agradeceu-me, não sem que eu lhe tivesse respondido que o fizera mais para me defender a mim, que não era o culpado da fúria que animara a multidão.

O segundo episódio sucede também no Porto, quando os SUV causam uma completa anarquia no Regimento da Serra do Pilar e no CICA, revindicando não me lembro o quê. Pires Veloso conseguiu meter na ordem o CICA mas vendo-se em dificuldades com a Serra do Pilar pede ao CEME que lá vá falar aos militares, acalmando-os. Lá fomos até ao Porto. Na Serra do Pilar perante uma turba

multa que não estava sequer em formatura, o Fabião não só não ajudou Pires Veloso como terá até agravado a situação. A RMN conhecia-me desde que em minha casa se tinha trabalhado para a saída de Corvacho e a posse de Pires Veloso, e faziam-me gestos e esgares para que lhes explicasse o que se passava, e que não tinha explicação possível.

O PCP continha-se por não querer que fosse o que fosse pudesse impedir a independência de Angola com a entrega do território ao MPLA, movimento de cariz comunista, apoiado militarmente por Cuba que para lá enviou um contingente grande de tropas e armas. A independência prevista para a primeira quinzena de Novembro dava-nos uma certa garantia que o que quer que fosse feito, se esperaria por essa data para só depois ser executada.

Já na segunda quinzena vão ao EME falar com o CEME o comandante^[1] e o «mandante»^[2] do RALIS. Iam propor que no Juramento de Bandeira a realizar a 21 se usasse uma nova fórmula de juramento mais consentânea com o caminho para o socialismo que se pretendia para Portugal. O texto regulamentar era substituído por um «juro estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador» dito com o braço estendido com o punho fechado. Fabião proibiu terminantemente tal alteração. Nós tínhamos ligações com militares do Regimento e sabíamos o que por lá se fazia e se dizia, pelo que avisei o Fabião que não iria ser cumprida a sua ordem. Disse-me que tinha a certeza que ela seria cumprida. No dia aprazado, quando se levantou para ir presidir à cerimónia e me avisou para o acompanhar, eu recusei-me a fazê-lo, dizendo-lhe que tinha dados que me garantiam que o que ele proibira ia realizar-se e eu não queria assistir à sua completa desautorização, nem à vergonha do Exército Português que isso representaria; se queria ajudante sugeri-lhe que levasse o meu adjunto, o Asp Of Mil Pedro Cardoso Pinto que, muitíssimo contrariado, lá foi. Obviamente mantive-me em ligação com a minha gente no Regimento e confirmei o que tinha previsto, o juramento foi feito conforme fora proposto e fora proibido. No regresso, depois do que se tinha passado, quando o interpelei, teve a «lata» de me responder que não tinha visto bem o sucedido porque estava em contraluz. Provavelmente o sol também lhe afectara o ouvido e não ouviu o que ali, na sua frente, fora jurado. Os 170 recrutas tiveram que, após o 25 de Novembro, com Eanes como CEME, que renovar o juramento com a fórmula regulamentar porque o que fora usado naquela cerimónia foi considerado nulo e sem qualquer valor.

O 25 de Novembro de 1975

Em 24 de Novembro reuniu-se o Conselho da Revolução, reunião que se previa ser demorada e conflituosa porque da agenda fazia parte, entre outros assuntos, a exoneração de Otelo Saraiva de Carvalho da função de Comandante da Região Militar de Lisboa e a nomeação de Vasco Correia Lourenço para o substituir. Já lá para o fim da tarde fez-se um intervalo e o Otelo, conversando comigo, disse-me que se iria depois tratar da sua exoneração mas que não havia em Portugal quem tivesse força para o fazer.

Respondi-lhe que estava muito enganado porque havia muito boa gente capaz de o fazer, só não sabia se alguém dentro da sala de reunião o faria. Ora foi mesmo na sequência desse intervalo que, já noite, ele foi realmente exonerado e substituído pelo Vasco Lourenço. Penso, mas não tenho absoluta certeza, que o Fabião esteve do lado do Otelo na discussão porque também de lá saiu demitido. Não demorou muito que tal notícia fosse divulgada no exterior e tenha dado o mote para a saída de Tancos dos Paraquedistas o que, já noite feita, chegaram ao Palácio de Belém. Na pesquisa de informações não se perdeu muito tempo porque elas começaram a fluir para Belém muito rapidamente.

Referi atrás que uma última reunião do grupo encarregado de elaborar o Plano de Operações, com este já pronto, estava a revê-lo quando, às primeiras horas de 25, os paraquedistas da Base Escola de Tancos tomam o Comando da 1ª Região Aérea, em Monsanto, e prendem o seu comandante e conselheiro da revolução, General Pinho Freire, que deixaram fechado no quarto mas com acesso ao telefone que lá se encontrava, o que lhe permitiu, preso, contactar Belém e os seus comandos subordinados. Simultaneamente, são ocupadas por eles as Bases Aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo. Esta acção, que formalmente se destinava a ser a resposta à recente decisão do CEMFA, General Morais Silva, de mandar passar à disponibilidade cerca de mil dos seus camaradas da Base Escola de Tancos, ficando, assim, a Força Aérea sem poder utilizar os meios aéreos nas suas mãos; estupefactos ficaram por em nenhuma delas encontrarem, como pensavam, quaisquer aviões que, oportunamente e sem dar nas vistas, tinham recebido ordem para se deslocarem para a Base de Cortegaça em Ovar, muito a Norte, cuja segurança era garantida por forças de Pires Veloso comandante da RMN. Além dos «Paras», estavam preparadas para alinhar na sublevação, entre outras unidades, o RALIS, a EPAM, o RAC, os RIQueluz e de Abrantes, a EPA e, na Marinha, os Fuzileiros. Havia também embarcações da Armada preparadas para saírem para o mar. Tratava-se do golpe

da esquerda militar que, apoiada pela esquerda e extrema-esquerda civil, se previa estar a ser planeado para quando Angola estivesse nas mãos do MPLA.

Nessa manhã, muito cedo ainda, Ramalho Eanes convoca para o edifício do EMGFA, onde tinha um gabinete, o Grupo Militar e pedem para ser recebidos pelo PR, deslocando-se imediatamente para Belém Eanes com Rocha Vieira. Pretendiam conseguir o apoio presidencial para o Plano de Operações, legitimando a resposta à insurreição dos paraquedistas. Enquanto o PR os não recebia juntaram-se-lhes Loureiro dos Santos e José Pimentel e acabaram recebidos numa sala onde já se encontravam alguns elementos dos «Nove», entre eles, Melo Antunes e Vasco Lourenço e, na cabeceira da mesa, Costa Gomes. Melo Antunes declara haver uma resposta preparada para a situação complicada em curso e passa a palavra a Eanes, que faz uma síntese dos acontecimentos e dá conta dos planos para lhes fazer frente, pondo-o a par da correlação de forças e do potencial que detinha para reagir. Melo Antunes acrescenta que já não é tempo para negociar e garante a perfeita sintonia entre o Grupo Militar e o Político. O PR dá finalmente luz verde ao Grupo Militar e assina diversas ordens para as unidades passarem à sua dependência directa como CEMGFA, retirando, assim, o comando do Exército a Fabião e do COPCON a Otelo.

Os oficiais dividem-se, então, pelo Regimento de Comandos na Amadora e o Palácio de Belém. No primeiro estão Eanes, Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Monteiro Pereira, Aurélio Trindade e Firmino Miguel. No segundo ficam Vasco Lourenço, Rocha Vieira, Loureiro dos Santos, José Pimentel, Aventino Teixeira, Valença Pinto e eu próprio, que me deixei ficar não acompanhando Fabião quando este se retirara de Belém. Ia fazendo o que me pediam entre contactos com as unidades e receber os respectivos comandantes revoltosos quando estes se apresentavam em Belém à ordem do CEMGFA. Lembro que alguns, apavorados, perguntavam se os iríamos liquidar. Pensavam que os trataríamos como eles quiseram tratar os que em 11 de Março tinham tentado o golpe.

Muito em síntese, o dia 25 passa-se com a resolução das acções dos paraquedistas com os Comandos de Jaime Neves, em Monsanto, e outras unidades nas restantes BA e também com a difusão de ordens do GEMGFA que mandavam apresentar em Belém Comandantes de Unidades apoiantes dos revoltosos. Na RTP, ocupada pela EPAM, Duran Clemente fazia a apologia do socialismo e pedia o apoio popular às acções militares

das unidades revoltadas mas foi transferida a emissão para os estúdios do Porto e a prelecção foi substituída por um filme de Danny Kaye para gáudio dos assistentes. Paralelamente, conversas com partidos políticos iam dando conta do que era possível fazer-se para que a população civil nos apoiasse ou, no caso do PCP, eles não apoiassem, como estava planeado, os revoltados, o que se foi conseguindo. No RPM, no RALIS, na EPAM e no COPCON, mais renitentes, fizeram-se plenários para decidir se cumpriam ou não as ordens do CEMGFA. Na manhã do dia 26 o RPM continuava irredutível e tinha barricado a calçada da Ajuda, pelo que foi dada ordem ao RCmds para avançar a fim de impor a rendição da PM. Com Jaime Neves no comando, a coluna é atacada a partir do RC7 e do RPM, unidades da calçada situadas frente a frente, matando dois elementos dos Comandos e estes reagem, morrendo um alferes da EPAM que lá se encontrava em solidariedade com o RPM, cujo comando percebe que não tem força para a defesa e rende-se, recebendo ordens para a equipa de comando, Campos Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa se apresentarem ao CEMGFA no Palácio de Belém, onde eu próprio os recebi e encaminhei. Costa Gomes manda que Jaime Neves ali se apresente também pois quer conhecer os pormenores da acção acabada de executar.



Elementos da Comissão para a Comemoração do 50.º aniversário do 25 de Novembro de 1975.

• • • •

Durante a tarde fui contactado, não me lembro por quem mas penso que talvez por Rocha Vieira, sendo informado que devia apresentar-me no RCmds, na Amadora, ao Tenente-Coronel Ramalho Eanes. Não sabia ao que ia, tanto mais que sabia bem quem era Ramalho Eanes mas nunca me tinha cruzado com ele em parte alguma; ele era de Infantaria, eu de Cavalaria, não tínhamos estado simultaneamente em funções com contactos próximos; a comissão de Eanes na Guiné tinha terminado

exactamente quando a minha começou. Frente a frente, foi-me dito que o PR/CEMGFA o tinha nomeado para CEME e que queria ter-me como ajudante-de-campo. Fiquei siderado! Que responder? Argumentei que não nos conhecíamos um ao outro, que tinha acabado de exercer a função com o CEME demitido e seria estranho continuar agora com o que o ia substituir, além de que eu era tido como demasiado frontal e ele não poderia contar comigo para lhe dar *améns* mas para lhe dar sempre e apenas a minha opinião quando pedida. Retorquiu-me que tinha sobre mim todas as informações de que precisava e que a minha frontalidade e certa irreverência era exactamente o que queria que o seu ajudante-de-campo tivesse. Fiquei sem argumentos, aceitei e julgo que as coisas correram bem pois me levou com ele para a Presidência da República quando em Abril de 76 foi eleito.

Pelas 20 horas, Rocha Vieira e Loureiro dos Santos fazem um ponto da situação ao Conselho da Revolução; Costa Gomes parece satisfeito por tudo ter corrido e acabado bem, mas é por eles alertado para o facto de que os paraquedistas ainda não se renderam e era preciso continuar. Ao cair da noite, na TV, Melo Antunes fez uma declaração política em que afirmou que «a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável», afirmação que fez quase cair o Carmo e a Trindade mas que provavelmente terá sido a responsável por acalmar os ânimos do PCP, exaltados pela derrota, evitando o que poderia vir a ser uma guerra civil. Foi possível a 27, através de um encontro de uma delegação da Base Escola de Paraquedistas com o PR e o CEMFA, encontrar os termos para a normalização da situação sem mais acções militares, nem derramamento de sangue.

Nos dias seguintes, o EME teve oportunidade de ouvir e conhecer as directivas do novo CEME que, imediatamente e em muito curto prazo, o tornou e a todo o Exército naquilo que sempre fora e que durante ano e meio tinha sido completamente esquecido. O número de detenções foi diminuto e atingiu essencialmente os militares no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar. Os que tinham sido presos em 11 de Março e ainda estavam presos sem culpa formada, foram libertados.

Não resisto a relatar um outro episódio deste período. Um Tenente Coronel libertado do Forte de Caxias foi a casa, fardou-se, dirigiu-se ao EME e pediu para ser recebido pelo CEME, à disposição de quem queria pôr-se a partir daquele momento. Recebido, ficou à conversa durante algum tempo e eu fui chamado sendo-me dito para o acompanhar ao bar para lhe oferecer um café. No EME, a meio da manhã, havia um pequeno intervalo que era aproveitado por militares e civis para beber ou comer qualquer coisa. Quando cheguei ao Bar ele estava com

bastante movimento, abri a porta para o Tenente Coronel passar e um Brigadeiro que estava ao balcão, vendo quem entrava, avançou para ele de braços abertos e com palavras de grande satisfação; o Tenente Coronel ficou estático e limitou-se a dizer que não falava a filhos da p...(SIC). O Brigadeiro era o coronel comandante do RIQueluz e o primeiro assinante da petição que pedia a forca para os alegados responsáveis pelo 11 de Março. O

silêncio que se fez naquele bar foi sepulcral e o Brigadeiro saiu cabisbaixo enquanto o Tenente Coronel bebia o seu café e era felicitado por quantos ali estavam e o admiravam.

O regresso à normalidade democrática demorou ainda algum tempo mas começou verdadeiramente em 25 de Novembro de 1975.



* Conferência proferida no âmbito das comemorações do 50.º aniversário do 25 de novembro de 1975.

** Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.



Atoleiros, a primeira grande vitória de D. Nuno Álvares Pereira *

Frederico Gonçalves Pereira**

Que este solo sagrado dos Atoleiros nos lembre sempre: somos pequenos, mas não somos fracos. Somos poucos, mas não estamos sós. Somos portugueses.

Paramos hoje aqui. Neste mesmo chão. Há 642 anos. Imaginem.

Era 6 de abril de 1384. O sol nascia sobre o Alentejo. Um homem jovem, de pouco mais de vinte anos, ajoelhava-se e beijava o solo. E depois, de espada na mão, enfrentava um gigante. Mas para entendermos este momento — este instante em que Portugal quase morreu e renasceu — temos de recuar. Recuar a um tempo de trevas, e conturbado.

O declínio do reino de Portugal com D. Fernando e D. Leonor Teles

Em 1367, subiu ao trono D. Fernando. O reino, à data da sua coroação, ainda respirava. Mas D. Fernando envolveu-se em guerras. Guerras perdidas com Castela. Três guerras. Três fracassos.

Deixou-se influenciar pela rainha, D. Leonor Teles, e pelos seus favoritos. E o País afundou. O tesouro régio esvaziou-se. A moeda desvalorizou. Os preços subiram. A fome entrou pelas portas das vilas. E depois veio a peste. O povo sofria.

Quando D. Fernando morreu, em 22 de outubro de 1383, não deixou herdeiro varão. Deixou apenas uma filha: D. Beatriz. E deixou um tratado. O Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril desse ano. O que dizia esse tratado?

Dizia que D. Beatriz casaria com D. Juan I de Castela.

O Conde Andeiro e o Mestre de Aviz

Nessa corte podre, havia um homem, um conde. O segundo conde de Ourém. Chamava-se João Fernandes Andeiro. Era galego. Fora o valido de D. Fernando. Diziam que era amante da rainha. Era hábil. Manobrava interesses. Tinha mãos de seda e dentes de lobo.

Mas havia outro homem. Um homem que não aceitava a submissão. Chamava-se D. João, Mestre da Ordem de Avis. Era filho bastardo de D. Pedro I. Meio-irmão de D. Fernando. Durante algum tempo hesitou.

Até que, no dia 6 de dezembro de 1383, entrou nos Paços da Rainha. E matou o Conde Andeiro. Com a sua própria mão.

A notícia correu como fogo em palha seca. Lisboa amotinou-se. O povo tomou as ruas. E proclamou o Mestre de Avis como “Regedor e Defensor do Reino”. Ouviram bem: foi o povo que o fez. Não os grandes senhores. O povo. Nas noites de dezembro, à luz de archotes, homens simples gritaram o nome de D. João. Porque sabiam que ele era a única barreira contra

A revolução de 1383

Porque é que o povo aderiu? Não era só medo de Castela, que os motivava. Era também fome. Era cansaço. Desde há anos, as colheitas falhavam. A Peste Negra ceifara famílias inteiras. As guerras com Castela tinham sugado o reino.

Dizia que, após a morte de D. Fernando, D. Leonor Teles seria regente até nascer um filho varão. E dizia que, quando esse filho completasse 14 anos, a Coroa de Portugal passaria para os descendentes do rei de Castela. A capital do Reino mudar-se-ia para Toledo.

Toledo! Não Lisboa. Não Coimbra. Toledo. Portugal deixaria de ser Portugal. Seria uma província. Um apêndice. A nobreza que apoiava D. Leonor via nisto a sua salvação. Mas o povo? O povo não. O povo murmurava.

Quando D. Leonor mandou apregoar pelas cidades — “Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz, nossa senhora!” — as gentes de Lisboa, Santarém, Elvas responderam com silêncio hostil. Não queriam. Não queriam um rei estrangeiro. Não queriam perder a liberdade.

Castela.



A Morte do Conde Andeiro – D. João, Mestre de Aviz (mais tarde, o rei D. João I) mata João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém. Pintura no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto

• • •

E os nobres? A alta nobreza tinha-se tornada composta por nobres castelhanos e galegos. A baixa nobreza, os filhos segundos e os bastardos — aqueles que não herdavam terras, ou que não estavam nas graças da corte — viam-se fechados em conventos ou ordens militares. Os Leitões, os Teixeira, os Carvalhos, os Pereiras — de

onde saiu Nuno Álvares Pereira — todos eles queriam um lugar no mundo. E viram no Mestre de Avis a sua esperança.

Mas a grande massa, a imensa maioria, era o povo das cidades. Lisboa aderiu na mesma noite de 6 de dezembro. Em janeiro, Almada e o Porto disseram sim. Em maio, Coimbra. No Alentejo, as populações assaltaram os castelos que pertenciam a D. Leonor. Beja, Portalegre, Estremoz, Évora — caíram para o Mestre. Há

Eis Nuno Álvares Pereira

E nesse momento, Deus deu a Portugal um presente. Um jovem nobre, filho segundo, saído da família Pereira. Chamava-se Nuno Álvares Pereira. Apresentou-se ao Mestre de Avis em dezembro de 1383. Tinha pouco mais de vinte anos. E pôs-se ao seu serviço.

O Mestre nomeou-o fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana. Com poder absoluto. Militar, económico, político. Tudo.

E Nuno partiu. Escolheu em Lisboa duzentos cavaleiros. Quarenta deles da alta nobreza. Juntou cerca de mil homens a pé. E marchou para sul. Vamos a Estremoz. Ali, no Rossio de São Braz, passou revista às tropas. Trezentos cavaleiros. Mil e cem homens a pé. Cem besteiros. No total, mil e quinhentos homens.



Estatua equestre de D. Nuno Álvares Pereira, junto ao Mosteiro da Batalha

E a notícia chegou: os castelhanos estavam no Crato. Eram cinco mil. Mil cavaleiros. Quatro mil peões. Os capitães de Nuno tremeram. Disseram-lhe que eram poucos, eles muitos. Disseram-lhe mais: que os seus dois irmãos combatiam na hoste invasora.

Nuno respondeu. E a resposta ficou para a história. Disse-lhes que ainda que estivesse lá seu próprio pai, combateria os castelhanos. Depois, virou-se para os seus

um facto extraordinário, que a História regista: não se conhece uma única população de uma povoação portuguesa que tenha aderido a El-Rey de Castela. Nem uma.

Os alcaides dos castelos, muitos deles, mantiveram-se fiéis a D. Beatriz.

Mas o povo? O povo estava do outro lado. O povo era de D. João.

homens. E fez um desafio. Apontou para um riacho. E disse-lhes que quem o quisesse seguir, que passasse para o outro lado. Quem o não quisesse que ficasse deste lado. E atravessou. A maioria atravessou com ele. Assim se fez um exército.

No dia 6 de abril, ao romper da aurora — seis da manhã — Nuno mandou tocar trombetas. Ouviu Missa. E partiu.

Chegou à Herdade dos Atoleiros. Dois quilómetros e meio a sul de Fronteira. Parou. Olhou o terreno. E tomou uma decisão genial. Escolheu uma ligeira elevação. À frente, uma ribeira: a ribeira das Águas Belas. Larga. Funda. Um fosso natural. Mas de longe, do lado de onde os castelhanos iriam chegar, não se via. Era uma armadilha.

Depois, fez o inédito na Península Ibérica. Mandou apear toda a cavalaria. Sim, os cavaleiros desceram dos cavalos. Porquê? Porque sabia que os seus poucos cavaleiros, não resistiriam ao choque dos esquadrões castelhanos. Transformou-os em infantaria. A vanguarda à frente. As alas nos lados. A retaguarda atrás. Homens a pé em todas as faces. E os besteiros? Colocou-os por detrás da vanguarda e nas alas.

Depois, mandou cravar as lanças no chão. Obliquamente. Apontadas para o inimigo. Cada lança segura por um braço firme. Formou-se uma frente cerrada. Um ouriço de aço. E no meio dos homens a pé, misturou cavaleiros de confiança. Com uma ordem cruel: se alguém tentasse fugir, que o matassem ali mesmo.

Depois, montado a cavalo, falou aos seus soldados. Disse-lhes quatro coisas. Que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria. Disse-lhes que era ali que serviam o Mestre de Avis. Que estavam a defender as suas famílias, casas e terras. E, por último, que se dispusessem a lutar não uma hora, mas o dia inteiro se fosse preciso.

Depois, desmontou. Beijou o solo. Pôs um capacete sem

viseira. Para que todos vissem o seu rosto. Pegou numa

longa lança. E foi para a vanguarda. Cumpriria a promessa: seria o primeiro a combater.

A batalha dos Atoleiros

Os castelhanos chegaram. Viram os portugueses. Poucos. A pé. Mal-armados. Riram.

Decidiram lançar-se em carga de cavalaria. Para mais depressa os esmagarem. Por volta do meio-dia, carregaram. Lanças compridas debaixo das axilas. A galope. Gritando: “Por Castela e por Santiago!” A terra tremia.

Mas a armadilha fechou-se. Os cavalos entraram no terreno argiloso. As patas afundaram. Cavalos a cair. Cavaleiros ao chão. Os que vinham atrás tropeçavam nos tombados. E então, os besteiros portugueses atiraram. Virotes choviam sobre os castelhanos. Os homens a pé lançavam pedras. Os que chegavam à frente espetavam-se nas lanças cravadas. Morriam ali. Os castelhanos recuaram. Reagruparam-se.

Lançaram um segundo ataque. Igualmente fracassado. Nesse segundo ataque, morreu o Mestre de Alcântara. Pero Gonçalves de Sevilha. Um golpe duro.

Terceiro ataque. Quarto ataque. Desta vez, contra as alas. Os castelhanos pensavam que os flancos seriam mais frágeis. Enganaram-se. As alas resistiram. Os besteiros não paravam de atirar. A infantaria castelhana também avançou. Quatro mil homens. Mas o terreno era o mesmo. As pedras e os virotes eram os mesmos. E a morte era a mesma.

Uma hora durou a batalha. Uma hora. Quatro ataques.

Gratidão, exemplo e identidade

No dia seguinte, Nuno foi a pé e descalço até Assumar. Agradecer a Santa Maria. Não era orgulho. Era gratidão. Sabia que a vitória não era só sua. E esta vitória mudou tudo.

Mudou a tática militar. Pela primeira vez na península ibérica, a cavalaria desmontou para enfrentar a cavalaria. Uma inovação.

Mudou a psicologia dos portugueses. Até Atoleiros, os castelhanos pareciam invencíveis. Depois de Atoleiros, os portugueses souberam que podiam vencer.

Mudou a psicologia dos castelhanos. Chegaram aqui soberbos. Saíram daqui humilhados. A partir daí, a campanha deixou de ser um passeio. Passou a ser um

Quando os castelhanos perceberam que não conseguiriam romper as linhas portuguesas, começaram a fugir.



Batalha dos Atoleiros, fresco de Jaime Martins Barata no Palácio da Justiça de Fronteira

Então, Nuno Álvares Pereira montou a cavalo. E ordenou a perseguição. Os cavaleiros portugueses, que haviam combatido a pé, subiram agora para os seus montantes. E partiram atrás do inimigo. Perseguiram-nos até cair a noite. Seis, sete quilómetros. Em direção a Monforte e ao Crato.

Os números são impressionantes. Do lado castelhana, morreram cerca de seiscentos homens. Doze por cento do seu exército. Do lado português? Quase nenhuma baixa. Quase nenhuma.

pesadelo.

Mas mais do que tudo, Atoleiros deu a Portugal uma consciência. Uma consciência nacional. Percebemos, ali, naquele dia, que éramos um povo. Não uma coleção de feudos. Não uma província de Castela. Um povo. Com fronteiras. Com vontade de ser livres.

Essa consciência nunca mais se perdeu. Chegou aos nossos dias. E ficará para o futuro. A Batalha dos Atoleiros foi o prenúncio de Aljubarrota. Foi a semente de tudo o que somos hoje.

Não nos limitemos a recordar. Tragamos esta lição para as nossas vidas. Nuno Álvares Pereira ensinou-nos que a inteligência vence a força bruta. Ensinou-nos que um

líder que combate ao lado dos seus soldados é imbatível. Ensinou-nos que a liberdade não se negocia. E ensinou-nos que Portugal — este país pequeno — só chegou até aqui porque houve homens e mulheres que disseram não. Que recusaram curvar-se. Que preferiram morrer em pé a viver de joelhos.

Honramos hoje a memória do Santo Condestável. Honramos os seus cavaleiros, os seus besteiros, os seus homens a pé. Honramos as gentes do Alentejo que acreditaram. Que assaltaram castelos. Que deram o que

tinham — o pão, o azeite, os filhos. E que venceram.

Que este solo sagrado dos Atoleiros nos lembre sempre: somos pequenos, mas não somos fracos. Somos poucos, mas não estamos sós.

Somos portugueses.

Viva Nuno Álvares Pereira! Viva a memória dos heróis dos Atoleiros!

Viva o Exército Português! Viva Portugal!



* Este artigo é a adaptação da alocução de carácter histórico proferida pelo Alferes Frederico Gonçalves Pereira, nas cerimónias militares de comemoração do 642.º aniversário da Batalha dos Atoleiros, que decorreram em Fronteira, no passado dia 6 de abril de 2026.

**Oficial do Exército. Chefe da Secção de História Militar da DHCM.



Assinalar os 642 anos da Batalha de Atoleiros é evocar um momento que ultrapassa a cronologia e entra no domínio da consciência coletiva *

Tenente-General João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro **

A verdade contextualizada à época, clamada pelo conhecido verso camoniano “não sofre o peito forte, usado à guerra, não ter amigo já a quem faça dano, e assim não tendo a quem vencer na terra, vai cometer as ondas do oceano”, embora referida ao resultado de uma crise que se transformou numa oportunidade - a epopeia lusitana de dar novos mundos ao mundo -, normalmente mais associada a outro relevantíssimo evento dessa determinação de identidade, começa aqui, no campo de Atoleiros, em Fronteira. A glória conseguida nesse dia, permitiu a sua confirmação em Aljubarrota e impulsionou outro evento, não longe daqui, em Valverde. Mas essa percepção de estabilidade conseguida na terra,

que remete para uma outra percepção de prioridade noutra tipo de espaços, parece constantemente contrariada por uma realidade que se vem revelando intemporal e que assume hoje, nova ou apenas adiada dinâmica. O que estamos a viver, percebido por alguns, é ainda diferente do que coletivamente estamos a entender. E o que recorrentemente tardamos em perceber, para além da necessidade de se estar sempre preparado em todos os domínios, é que os conflitos nascem, crescem, acontecem e terminam, envolvendo sempre dois focos interligados: as pessoas e a terra.



Painel de azulejos - Batalha dos Atoleiros



A terra porque é na terra onde vivem as pessoas e para onde todos os efeitos convergem, e as pessoas porque é a sua terra, a sua identidade e as suas pessoas que querem e têm que defender.

E assim regressamos ao que importa celebrar hoje: a identidade de um povo. Neste caso, a memória do que por ela foi feito e as lições que devemos aprender para que, respeitando esse legado, possamos sempre garanti-la.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Sr. António Velez Gomes,

Permita-me dar-lhe sentido testemunho do agradecimento do Exército pela intenção deste Município em querer manter viva a celebração de um dos momentos mais relevantes da nossa história coletiva e seguramente da história desta comunidade. Importa sublinhar que, para além deste vínculo especial entre o município de Fronteira e a Instituição Militar, a ligação entre as autarquias e o Exército, fruto da sua proximidade e facilidade relacional tantas vezes demonstradas nos momentos de maior necessidade, mas de uma forma geral no dia-a-dia, representa de forma singular, a elevação do serviço que, conjuntamente, procuramos prestar a Portugal e aos Portugueses.

Aproveito este ensejo para lhe desejar as maiores felicidades no exercício do seu mandato e para estender um cumprimento especial a todas as entidades autárquicas e municipais de Fronteira, e dos Municípios de Portalegre, Arronches, Alter do Chão e Cabeço de Vide, que nos quiseram dar a honra de se associar a esta cerimónia neste dia. Tendo pessoalmente ligações familiares muito próximas a esta região é com sincera alegria que os revejo e que assinalo o privilégio de os ter connosco, hoje.

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Cultura,

Sr. Dr. Alberto Santos,

A presença de V.Exa, que agradecemos, exponencia de forma indelével a relevância deste ato, porquanto sobreleva a relação única entre a nossa história e a nossa identidade cultural, área em que o Exército assume responsabilidades muito particulares uma vez que a sua história se confunde com a nossa história coletiva, seja pelas razões que aqui nos trazem hoje, seja pelo património cultural nacional à nossa guarda e que procuramos arduamente preservar e divulgar, num esforço que pretendemos seja cada vez mais participado, abrangente e motivador. Bem haja pela sua presença.

Exmo. Sr. Deputado, à Assembleia da República, Sr. Dr. João Lopes Aleixo,

Exmo. Sr. Diretor Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional, Drº Antonio José Morais Batista,

Exmo. Sr. Almirante António Maria Mendes Calado,

Exmo Sr. Presidente da Sociedade Histórica da Independência Nacional, Dr. José Ribeiro e Castro,

Exmas. Autoridades Políticas, Militares, Policiais, Religiosas, Humanitárias, Académicas e Culturais,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assinalar os 642 anos da Batalha de Atoleiros é evocar um momento que ultrapassa a cronologia e entra no domínio da consciência coletiva. Há factos históricos que recordamos e há outros momentos que moldam a nossa identidade. A Batalha de Atoleiros pertence a essa categoria maior; é um acontecimento que ajudou a afirmar Portugal, a consolidar a vontade nacional e a dar dimensão àquilo a que podemos chamar, sem excesso, a portugalidade.

Os grandes momentos da História têm esta singularidade. Inflamam as pessoas, porque lhes despertam coragem e pertença. Inflamam as instituições, porque lhes recordam a sua razão de existir. Inflamam as sociedades, porque as convocam para algo superior ao imediato. Quando um povo encontra um momento assim, não ganha apenas memória, ganha confiança e sentido.

Por vezes, esses momentos personificam-se. Em Atoleiros, personificam-se em Nuno Álvares Pereira. Nele encontramos não apenas o comandante vitorioso, mas a figura que une visão, firmeza e serviço. A sua liderança não foi apenas militar; foi moral e fundadora. A sua ação ajudou a demonstrar que a independência de Portugal não era uma abstração, era uma vontade concreta, capaz de se organizar, resistir e vencer.

Mas Atoleiros não é apenas a memória de um chefe extraordinário. É também a afirmação de um povo. É a demonstração de que a identidade nacional se constrói quando uma comunidade se reconhece numa causa comum e nela encontra a energia para permanecer leal a si própria. É por isso que esta batalha envolve e fala à alma portuguesa. E fala, de forma muito particular, a Fronteira. Esta terra não guarda apenas uma recordação: sustenta um legado. Ao preservar este lugar e ao celebrá-lo com dignidade e continuidade, Fronteira presta um serviço à memória nacional. O Município honra o passado e ajuda a projetá-lo no futuro. E essa é uma missão de elevado valor cívico e cultural.



Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros



O Exército Português honra-se profundamente deste momento. Honra-se porque reconhece em Atoleiros uma página matricial da sua história e da história nacional. Honra-se porque aqui revê valores que permanecem atuais: coragem, disciplina, comando, coesão e sentido de missão. E honra-se ainda porque sabe que a fidelidade ao passado só é verdadeira quando se traduz em responsabilidade perante o futuro.

Foi exatamente com esta intenção que iniciei esta intervenção, apelando à responsabilidade de compreender o mundo e os seus acontecimentos, ancorados na história, mas conscientes das suas evoluções e das responsabilidades que nos cabem.

É também por isso que, ao falarmos do Exército de hoje, devemos abordar o Exército que estamos a construir. A visão da Força Terrestre 2045 procura precisamente isso: um Exército moderno, tecnologicamente preparado, interoperável com os nossos aliados, mas absolutamente convocado para o essencial - servir Portugal, defender os portugueses e preservar a liberdade de decisão nacional. Modernizar não é romper com a herança; é torná-la operacional no presente e credível no futuro.



Desfile no dia 6 de Abril de 2026



Entre Atoleiros e o Exército 2045 há, assim, uma mesma linha de sentido: a vontade de preparar, com lucidez e coragem, a defesa da Pátria. Mudam os meios, mudam os contextos, mudam as formas de combater. Não mudam, porém, os fundamentos. Continua a ser necessário carácter, liderança, coesão, competência e a consciência clara de que Portugal exige instituições prontas, íntegras e confiáveis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemorar Atoleiros é reafirmar um vínculo entre momento e identidade, entre figura e exemplo, entre povo e destino, entre Fronteira e Portugal. É recordar que a Nação se constrói também por estes instantes fundadores, que permanecem vivos porque continuam a dizer-nos quem somos, como somos e o que nos cumpre honrar.

Ao Município de Fronteira, a minha saudação e reconhecimento. Ao seu povo, a minha estima. À memória de Nuno Álvares Pereira e dos que combateram em Atoleiros, a minha reverência. E a Portugal, como sempre, a inteira dedicação do Exército.

Viva Fronteira.

Viva a memória da Batalha de Atoleiros.

Viva Portugal.



* Discurso proferido nas Comemorações dos 642 anos da Batalha de Atoleiros.

** Vice-chefe do Estado-Maior do Exército.



«Honramos um país que soube afirmar-se, defender a independência quando esteve ameaçada, restaurá-la quando a perdeu e preservá-la ao longo dos séculos.» – no aniversário da Batalha dos Atoleiros *

Alberto Santos **

Reunimo-nos hoje em Fronteira para assinalar o aniversário da Batalha dos Atoleiros, um episódio maior da nossa história, travado a 6 de abril de 1384, neste chão

alentejano, e que permanece como um dos momentos mais intensos da afirmação portuguesa numa das mais importantes crises da nossa continuidade como país: a

crise de 1383-1385.

Evocamos, por isso, uma prova decisiva para o nosso futuro coletivo, que não se pode resumir a um mero combate, como muitos que tivemos ao longo da História.

Na verdade, houve momentos na vida de Portugal em que o nosso país teve de mostrar, no terreno e com o sacrifício da vida dos seus, que tinha de lutar para continuar a existir. Que não deixaria perder-se o esforço fundador daqueles que o ergueram. E Atoleiros foi um desses dias capitais da nossa jornada coletiva.

Portugal não nasceu todo de uma só vez. Foi sendo construído em etapas que puserem à prova o nosso desígnio nacional, por gerações que tiveram de afirmar o poder, de organizar o território, consolidar a legitimidade e defender a autonomia do Reino. Ao longo do Século XII, São Mamede, a primeira tarde portuguesa, abriu um caminho político. Zamora deu forma ao reconhecimento do Reino. A bula *Manifestis Probatum* reforçou a legitimidade régia no plano da cristandade ocidental. E, antes disso e depois disso, houve o longo processo da conquista do território aos mouros, com campanhas, cercos, avanços e recuos que foram dando corpo e sentido ao Reino.

Por isso, a independência portuguesa não nasceu do acaso, nem foi uma abstração jurídica suspensa no vazio. Foi uma realidade conquistada a duras penas, continuamente afirmada e territorialmente sustentada. É dessa sequência de coragem, inteligência e perseverança que nasce e se preserva o país que chegou até nós. E que soube resistir às provas mais duras da sua História. Talvez até contrariando muitas das circunstâncias que, ao longo dos séculos, poderiam ter impedido que chegássemos até aqui como país independente.

E é nesse arco largo da nossa História que Atoleiros deve ser compreendida. Aqui, em 1384, o que se jogava no campo de batalha era a continuidade de Portugal como reino autónomo, como vontade política própria, como comunidade capaz de decidir o seu destino. A batalha teve, por isso, um alcance muito superior à sua escala material. João Gouveia Monteiro escreveu que se tratou de um combate de enorme importância política, psicológica e militar, podendo ser considerado precursor - e mesmo antecipação estratégica - da vitória final, em Aljubarrota.

Há, aliás, uma relação profunda entre as duas batalhas. Atoleiros e Aljubarrota pertencem ao mesmo arco de resistência e afirmação nacional.



Foi também aqui que D. Nuno Álvares Pereira entrou definitivamente na História de Portugal. Com apenas vinte e quatro anos, comandando forças muito inferiores em número, demonstrou uma capacidade militar invulgar, associando coragem pessoal, disciplina estratégica e profundo sentido de serviço ao Reino. Em Atoleiros revelou-se o comandante que, no ano seguinte, haveria de conduzir os portugueses à vitória em Aljubarrota e de se tornar uma das figuras maiores da nossa História. Mas, acima de tudo, afirmou-se como alguém que colocou o destino coletivo acima do interesse próprio, numa das horas mais exigentes da independência nacional.

Aqui, revelou-se uma forma de combate marcada pela disciplina, pela técnica, pelo engenho e pela firmeza de comando; aqui percebeu-se que a superioridade do invasor não bastava para lhe garantir a vitória; aqui desfez-se a ideia da inevitabilidade do domínio castelhano. Atoleiros teve, neste sentido, um significado simbólico e vital que superou a mera vitória militar: foi uma verdadeira vitória moral. Deu confiança ao partido do Mestre de Avis, mostrou que os castelhanos não eram invencíveis e abriu caminho ao desfecho decisivo de 1385.

Ou seja, sem Atoleiros, talvez não houvesse Aljubarrota. E sem a vitória de Aljubarrota, Portugal poderia não ter conservado a sua independência naquela hora decisiva.

Se assim tivesse sido, a continuidade histórica, política e espiritual do Reino - agora República - teria ficado comprometida. Não teríamos tido a mesma liberdade de destino, nem a mesma trajetória própria, muito menos a mesma energia histórica que, mais tarde, havia de conduzir à expansão ultramarina e à epopeia dos Descobrimientos.

E sem essa continuidade portuguesa, sem essa autonomia preservada, não existiria sequer a matéria histórica que Camões haveria de transformar em monumento poético n'Os *Lusíadas*. Nem a língua que legamos ao mundo, a mais falada no hemisfério sul e das mais usadas no mundo. Nem a comunidade de povos e países que nela encontraram uma forma de comunicação, memória e futuro.

Não seríamos o mesmo país com voz própria, soberania própria e destino próprio. Poderíamos ter sido absorvidos pela lógica política peninsular dominada por Castela, perdendo a singularidade histórica que fez de Portugal uma nação distinta e duradoura.

Todos esses valores tornam-se ainda mais expressivos quando olhamos para a História portuguesa como uma história de duração. Portugal é um dos mais antigos Estados da Europa e um dos países europeus com fronteiras mais antigas e estáveis. Essa continuidade excepcional não caiu do céu. Foi sendo defendida em momentos cruciais. Em 1383-1385, como hoje evocamos, salvou-se a independência. Em 1580, perdeu-se a independência dinástica. Em 1640, restaurou-se a Coroa e reabriu-se um ciclo de soberania plena que teve de ser confirmado no campo de batalha. Mais tarde, nas invasões francesas, voltou a ser posta à prova a soberania do país, no território, nas instituições e na vida concreta das populações.



Tudo isto nos ensina que a independência é uma construção histórica que exige cuidado e atenção, pois, embora hoje vivamos protegidos por alianças e tratados internacionais, nada dispensa a vigilância das nações sobre o que são, o que defendem e o que querem continuar a ser.

Celebrar Atoleiros é, por isso, muito mais do que visitar uma vitória do passado. É antes perguntar o que significa, em cada tempo, servir Portugal. Naquele abril de 1384, esse serviço tomou a forma do combate, do risco físico, da resistência diante do invasor. Hoje, esse serviço exprime-se de outras formas: no trabalho das instituições, na lealdade ao interesse público, na coesão nacional e no cuidado com a memória coletiva. Está também na forma como preparamos o futuro sem perder a consciência do que recebemos. Está na entrega às novas gerações de um país mais justo, mais coeso e mais consciente do caminho percorrido para chegar até aqui. Está, por isso e igualmente, na transmissão às gerações mais novas da consciência de que um país não vive só do que produz ou do que administra, mas igualmente do que recorda, do que honra e do que decide não esquecer.



É neste ponto que quero deixar uma palavra sentida de reconhecimento ao Município de Fronteira. Porque mantém viva uma memória que pertence a todo o país. E

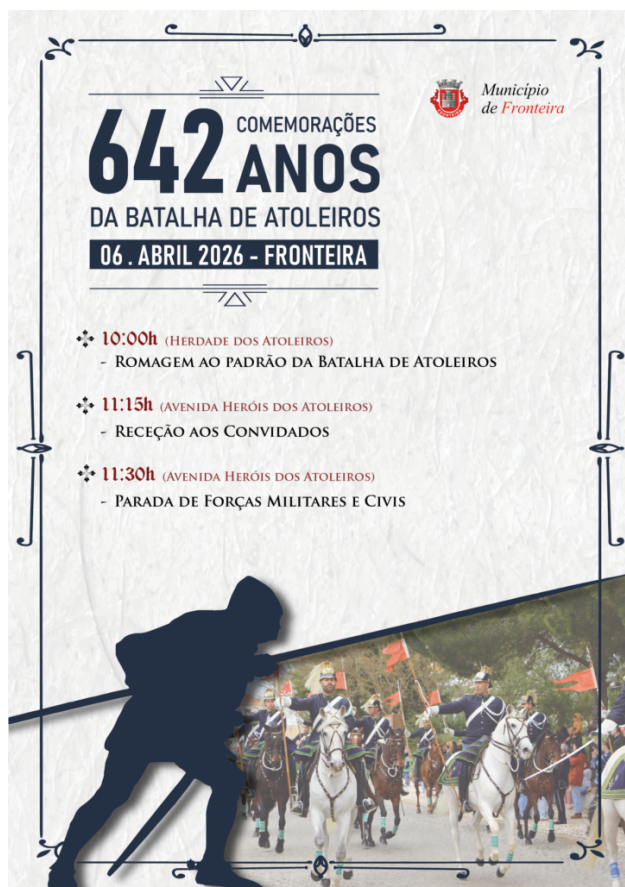
é também por isso que, em representação do Governo de Portugal, aqui me encontro hoje: para me associar aos fronteirenses e a todos os presentes na evocação de um dos momentos decisivos da nossa História.

Fronteira é guardiã desta memória nacional. Ano após ano, esta comunidade honra Atoleiros, conserva-lhe a presença, transmite-lhe o sentido, dá-lhe corpo cívico. E tem o mérito de compreender que esta memória vai para além do concelho e do Alentejo. Pertence a Portugal.

Fê-lo, aliás, também no plano das obras e das instituições, com o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, inaugurado em 2012, dando a esta memória um lugar de estudo, transmissão e visita. E viu o próprio Estado reconhecer, em 2023, a importância excepcional deste lugar, classificando o Terreiro da Batalha dos Atoleiros como Monumento Nacional. Nessa medida, o que este chão guarda não se esgota numa lembrança local, pois é uma verdadeira paisagem histórica da independência portuguesa.

E o facto de esta evocação coincidir com o feriado municipal exprime isso mesmo com grande simbolismo. Fronteira inscreve esta memória no coração da sua identidade cívica e, ao fazê-lo, presta um serviço ao país inteiro.

Quero também saudar todos os que tornam esta evocação possível e significativa: as autoridades municipais, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, as forças militares aqui presentes, as entidades civis, as escolas, as associações, os estudiosos, os cidadãos de Fronteira. Mas gostaria de saudar de modo particular as Forças Armadas, cuja presença nestas comemorações, e cujo trabalho de estudo, preservação e transmissão da nossa memória militar, têm sido decisivos para que esta evocação tenha verdade histórica, densidade institucional e dignidade nacional.



A memória coletiva só continua viva quando encontra quem a celebre com verdade, a explique com rigor e a entregue ao futuro com sentido de responsabilidade. Uma batalha esquecida torna-se numa ruína muda do nosso passado. Uma batalha lembrada com inteligência cívica continua a falar ao presente e dá sentido de pertença e reconhecimento às novas gerações.

A memória de Atoleiros é inseparável da figura de D. Nuno Álvares Pereira. Mais de seis séculos depois, o seu nome continua ligado à coragem, ao dever e ao serviço de Portugal.

E neste ano em que Portugal continua a assinalar oficialmente os 500 anos do nascimento de Luís de Camões, importa recordar a sua voz. Camões, o grande poeta da língua portuguesa, é também uma das mais altas expressões da consciência histórica do país.

Quando escreve, n'Os Lusíadas, “Esta é a ditosa pátria minha amada”, entrega-nos uma forma intensa de pertença. É que *pátria*, em Camões, não significa vaidade. É o vínculo, a memória, a fidelidade e o merecimento. Num lugar como este, em que recordamos uma das

horas em que Portugal teve de se confirmar a si próprio, esse verso ganha uma gravidade particular.

Atoleiros lembra-nos, pois, que os países se conservam quando, em horas difíceis, ainda que em inferioridade, há quem veja mais longe, quem resista melhor, quem se mantenha firme. Foi assim aqui. Foi assim noutras passagens decisivas da nossa História. E é essa lição que continua a valer. O passado não existe para ser repetido, mas para ser compreendido e para nos ajudar a enfrentar o nosso próprio tempo. E pede que estejamos, em cada momento, à altura do legado que recebemos.

Para terminar, permitam-me sublinhar que hoje, em Fronteira, honramos uma batalha memorável. Mas, principalmente, honramos uma sucessão de gerações que fizeram Portugal durar e chegar até aqui, cheio de vitalidade e de futuro. Uma nação antiga, livre e que

continua a encontrar razões para olhar o futuro com confiança.

Honramos um país que soube afirmar-se, defender a sua independência quando ela esteve ameaçada, restaurá-la quando a perdeu e preservá-la ao longo dos séculos. Honramos o valor da memória quando ela é guardada com sentido de dever. E honramos, também, esta terra, que todos os anos recorda ao país inteiro que houve aqui um dia em que Portugal, ao defender-se, se confirmou.

Assim, honrar Atoleiros é honrar a vontade de Portugal continuar a existir por si próprio, livre nas suas escolhas e fiel à sua identidade. É recordar aqueles que, em momentos decisivos, assumiram a responsabilidade de defender o país. E é compreender que cada geração recebe esse legado apenas por empréstimo, com o dever de o transmitir à seguinte. Muito obrigado.



* Discurso proferido nas comemorações do 642.º aniversário da Batalha dos Atoleiros, a 6 de Abril de 2026.

** Secretário de Estado da Cultura



A defesa de Portugal nas Guerras da Restauração 1640-1668

Augusto Moutinho Borges*

Luísa Machado Ferreira**

Nos inícios do século XVI, o rei D. Manuel I (1469-1521) quis saber o estado da arte sobre a defesa do reino, para o caso de eventual invasão castelhana, e mandou o seu escudeiro Duarte d'Armas desenhar, entre 1509 e 1510, as fortalezas ao longo da raia seca. É um documento que nos permite contextualizar o património amuralhado português, de sentir a grandeza e importância dos núcleos urbanos ao longo da raia e observar vivências do quotidiano. Grande parte dos castelos e cercas encontravam-se em razoável estado de conservação, para se defenderem de hipotéticos ataques, mas havia outros que necessitavam de rápidas intervenções pelo desgaste e ruína em que se encontravam, o que veio a acontecer em alguns casos.

Fatidicamente, o desaparecimento do jovem rei D. Sebastião (1554-1578), em 1578, provocou uma crise dinástica em Portugal, motivando a invasão do reino em 28 de julho de 1580 pelo exército espanhol. Após a ocupação ascendeu ao trono português o rei Filipe II de Espanha (1527-1598), seguido por mais dois monarcas com o mesmo nome, respetivamente Filipe I, II e III de Portugal. Durante a União Dinástica, entre 1580 a 1640, muitos castelos ao longo da raia deixaram de ser restaurados, entrando em ruína. A política unionista tinha como objetivo deixar cair os complexos amuralhados, evitando barreiras que dificultassem a entrada, em caso de rebelião, dos exércitos em Portugal. Durante sessenta anos, permitiu-se que muita pedra das cercas e castelos fosse reutilizadas em construções urbanas, prática que infelizmente perdurou no tempo e contribuiu para o desmantelamento defensivo.

O sistemático derrube de estruturas defensivas ao longo da raia era mesmo incentivado, o que levou a um esforço sobrenatural para repor as defesas a partir de 1641. No litoral deu-se o contrário, pois a costa poderia ser atacada por frotas inimigas, continuando-se com a construção de algumas fortalezas e fortes, designados à *moderna*.

Pelo deflagrar das Guerras da Aclamação, entre 1640-1668, desenvolveu-se uma estratégia defensiva na raia luso-espanhola e no litoral, através da construção de

uma rede de fortificações abaluartadas. Incidiam com relevância nas áreas geográficas de maior permeabilidade viária entre Espanha e Portugal, coincidindo com as cinco áreas naturais das invasões: no Minho, pela via de Santiago de Compostela e de Tui, entra-se por Valença do Minho, por Braga e Porto; pela Beira, desde Salamanca, Ciudad Rodrigo e Real Fuerte de la Concepción, passando a Almeida, a Pinhel, Trancoso e Guarda; desde Cáceres, seguia-se por Alcántara e Valencia de Alcántara acedendo-se a Marvão, a Castelo de Vide e Abrantes e, pela via de Mérida e de Badajoz, entra-se por Elvas, Estremoz e Évora. Estas linhas defensivas foram definidas ao longo dos séculos, tendo como apoios naturais o clima e a geografia.



Praça-forte de Elvas

As fortalezas abaluartadas constituem-se como um sistema militar defensivo entre os dois reinos na Península Ibérica, valorizados pelas técnicas pirobalísticas, a par da evolução dos métodos holandês, francês e italiano na arte de fortificar. As construções castrenses ainda hoje marcam o território de uma forma indelével, salientando-se na paisagem as altas torres de menagem medievais contornadas pelas muralhas abaluartadas, como em Estremoz. Por vezes as igrejas fortificadas integraram-se nos redutos amuralhados como apoio à defesa. Estas construções eram

fundamentais para ocupar militarmente o território, proporcionando ataques, impedindo avanços e retardando as invasões pela necessidade dos cercos, caso contrário os sitiados atacavam as retaguardas dos invasores colocando em perigo a sua marcha.

Quando se reforçou a defesa territorial, a partir de 1640, já se tinham definido três linhas defensivas pelos monarcas anteriores, quer para o litoral, quer para a raia seca. Na primeira linha ergueram-se castelos e centros urbanos para desgaste do invasor. Na segunda, desenvolveram-se centros fortificados de maior dimensão que os anteriores e que permitiam retardar os avanços dos exércitos. A terceira linha, mais para o interior, era constituída por grandes centros urbanos fortificados, com seus castelos e muralhas, dominando o território e dando apoio militar às duas primeiras linhas defensivas.

Foi, pois, nas primeiras linhas que se construíram, de forma rápida e massiva, novas cinturas amuralhadas à *moderna*, com capacidade de tiro de média e longa distância, pois eram as primeiras zonas de impacto contra os invasores, que vinham por terra e pelo Atlântico.

No interior português, privilegiou-se a entrada natural do Alentejo para construções abaluartadas, centradas no corredor fortificado entre Elvas e Évora. Nas restantes Províncias não se desenvolveram corredores amuralhados abaluartados, continuando a defesa a ser praticada pelos velhos castelos medievais. A construção e desenvolvimento das muralhas interferiu com a ocupação espacial. Em complemento natural da evolução estratégica, os centros defensivos viram, ao longo dos séculos, construírem-se equipamentos militares com múltiplas funções. Tinham como objetivo dar guarida aos soldados que se deslocavam para as praças-fortes e fortalezas, consolidando cidades e vilas com funções defensivas.

De forma a albergar os contingentes armados, construíram-se diversos equipamentos militares,

atraindo às povoações fortificadas um crescente número de assalariados que, profissional e economicamente, gravitam e vivem à sombra dos Regimentos. Nesta altura o exército português era formado por forças permanentes pagas e por forças milicianas, que eram chamadas em situações de perigo. As Ordenanças tinham os Terços pagos, formadas pelos filhos segundos de todas as classes, excluídos os filhos de viúvas e dos lavradores. Os Terços Auxiliares ou Milícias, incluíam todos os lavradores. Os homens casados só eram chamados em caso de guerra ou defesa da sua própria cidade, vila ou região.

O quotidiano nas praças-fortes era bastante trabalhoso e ocupado, mas também com tempos para o lúdico e convívio, proporcionando o crescente aumento de tabernas nos centros urbanos, com venda de comidas e bebidas, o que dinamizava a economia local, em parte proporcionado pela capacidade económica dos militares. No dia em que se recebia o *pré*, que era pago de três em três meses, havia grande animação entre os militares.



Praça-forte de Campo Maior, Porta de Santa Maria



As Guerras da Restauração e a defesa

Em 1 de dezembro de 1640 a nobreza portuguesa escolheu para rei de Portugal o duque de Bragança, futuro D. João IV (1604-1656). O advento das Guerras da Restauração transformou o passado defensivo, potenciando valores arquitetónicos e artísticos visíveis nas casas nobres dos militares que passaram a residir nas fortalezas, deixando as suas cortes de aldeia.

Durante a Dinastia de Avis (1385-1578) o poder local estava centralizado na fidalguia de solar e espada, passando agora a estar centrado nos militares e no

prestígio que traziam para defender o reino, sustentado por laços de camaradagem na defesa da Dinastia Nova e de Portugal com um rei natural.

De Norte a Sul de Portugal encontramos um variado conjunto de muralhas abaluartadas edificadas a partir desta altura, que atestam o esforço de guerra para perpetuar a autonomia portuguesa. É neste sentido que as fortificações, construídas a partir de 1641, constituem-se como elementos marcantes da humanização da paisagem, tanto no interior, ao longo da raia luso-

espanhola e no litoral, no Espaço Atlântico, no Brasil, em África, Oriente e na Oceânia.

Inicialmente, protegeram-se as cidades e vilas suscetíveis de serem ocupadas, como retaliação por parte dos espanhóis, incidindo nas seis áreas geográficas propícias às invasões terrestres, não só do lado português como também do lado espanhol.

No litoral o sistema defensivo foi desenvolvido de forma diferenciada. Delinearam-se linhas fortificadas com base numa grande praça-forte apoiada por fortalezas, de média construção, complementadas por fortes, fortins e redutos, de média e pequena elevação, mas o suficiente para impedir desembarques ao longo da costa e propiciar a ocupação e povoamento no litoral.



Praça-forte de Valença do Minho



Logo após a Aclamação, o rei D. João IV criou, em 5 de dezembro de 1640, o Conselho de Guerra e Junta das Fortificações, a quem competia tratar de todos os assuntos militares de máxima importância, como a organização do Exército e da Armada, do sistema defensivo e construção de fortificações. Competia-lhe ainda definir o número dos oficiais superiores, de nomear os governadores das Províncias e das fortalezas, assim como prover a disciplina e justiça de âmbito militar, fundamentais para gerir o equilíbrio entre os civis, os religiosos e os combatentes.

No caso específico da implementação e construção do sistema defensivo competia-lhes controlar os pagamentos das obras e ordenar a manutenção das fortificações, de planear o funcionamento das fundições para o fabrico de armas e munições, especialmente as que iriam dotar as muralhas com artilharia, de médio e de longo alcance.

Foi tudo bem planeado e estruturado, respondendo às melhores práticas operativas desenvolvidas na Europa, o que permitiu a rápida defesa do reino face ao poderio militar espanhol. Este exército encontrava-se redistribuído no controle das insurreições da Catalunha, da Andaluzia, de Portugal, da guerra nos Países Baixos a par dos conflitos com Inglaterra e França, o que permitiu aos portugueses estruturar a revolta dos nobres em vitórias nacionais.

Inicialmente construíram-se praças-fortes, que com o aumento de fortes aumentaram o poderio militar, tornando-se praças-de-guerra. Para a sua defesa, concentravam um vasto conjunto de soldados de infantaria, de cavalaria e artilharia, a par do reforço da logística com as fábricas de pão, os matadouros e hospitais militares. O corpo especializado dos engenheiros militares não era fixo, movimentando-se de Praça para Praça, de forma a acompanhar as obras necessárias em cada fortificação.

Na raia luso-espanhola houve necessidade de criar praças-fortes satélites, para grande defesa de um ponto geográfico de entrada natural entre Espanha e Portugal. Na Província do Minho centrou-se o poder em Valença do Minho. Lateralmente desenvolveram-se as fortificações de Caminha e de Vila Nova de Cerveira, a poente, e de Moção e Lindoso, a nascente, apoiadas por Ponte de Lima onde se construiu o Real Hospital Militar de Retaguarda.

No Alentejo a cidade de Elvas é a grande praça-de-guerra, apoiada a norte por Campo Maior e Ouguela, a sul por Juromenha e Olivença e no interior por Estremoz e Évora. Nas elevações à volta de Elvas foram construídos três fortes, que apoiavam a defesa e que, em caso de a cidade ser ocupada, constituíam redutos de ataque, porque estão ao alcance do tiro de peças de artilharia e que em fogo cruzado batiam as muralhas.

No litoral o sistema defensivo consistia na construção de praças-fortes, como em Caminha, em Peniche, Setúbal e Castro Marim, apoiadas por cidadelas, como em Cascais. As fortalezas de Viana do Castelo, da Póvoa de Varzim, Buarcos, Oeiras, da Bacia de Setúbal e Sagres, eram constituídas por grandes estruturas amuralhadas, que não rodeavam os centros urbanos, mas que, pela sua implantação estratégica, dificultavam o desembarque e protegiam os aglomerados populacionais. Ainda para controlar as enseadas, propícias aos desembarques dos invasores, foram construídos fortes ao longo de toda a costa, destacando-se a Linha Defensiva do Tejo, entre o Guincho, em Cascais, e o castelo de S. Jorge, em Lisboa. Este conjunto defensivo constitui-se como um dos melhores conjuntos mundiais para defender o território no século XVII, onde se tinha fixado a capital política de Portugal.

Nas margens do rio Tejo, as presenças físicas do complexo defensivo datam, com maior evidência, desde o século XII até ao século XX, ou seja, desde o início da nacionalidade até à atualidade. Os momentos identificativos destas estruturas percorrem o leque da arquitetura romana, árabe, medieval, época moderna e contemporânea. É com maior incidência que as Fortificações da Linha Defensiva do Tejo se desenvolveram com a construção da Torre de S. Vicente de Belém, em 1514, constituídas no presente por cerca de 25 fortificações, das cerca de 50 construções iniciais distribuídas nas margens direita e esquerda e no próprio rio Tejo.

No litoral, a par do conjunto edificado, ainda havia a Armada que vigiava a costa portuguesa desde o rio Minho ao rio Guadiana, apoiando a defesa quando necessário, pois Portugal tinha uma das melhores e bem equipadas Marinhas-de-Guerra da Europa. Na foz destes dois importantes rios, foram construídos fortes, no Norte o Forte da Ínsua e no Sul, o complexo de Castro Marim.



Praça-de-guerra de Castro Marim, baluarte e capela de Santo António

Esta preciosa ajuda, na defesa por terra e por mar, cruzando a linha de fogo das peças de artilharia, não podia ser utilizada no interior e ao longo da raia seca. Por este motivo os sistemas defensivos nas praças-fortes na fronteira luso-espanhola foram redobrados, como se constata nos terrenos envolventes às muralhas, pela extensão dos fossos secos, pela largura dos baluartes e das estacadas que rodeavam as linhas exteriores.

Associados à arte da guerra, deparamo-nos com a componente religiosa. As igrejas, as capelas, oratórios e nichos fazem parte do quotidiano das fortificações para poio espiritual aos militares. As construções civis, as residências régias, as casas dos governadores, os centros de produção, os fornos de cal para construção das

muralhas, as cisternas e outros equipamentos fazem parte do sistema militar que foram implementados nos centros urbanos.



Praça-de-guerra de Castro Marim, Forte de S. Sebastião

No litoral os portos de mar para embarque e desembarque de quem estava nas fortalezas, muitas vezes para fuga e vigia da costa e vias fluviais, era uma necessidade que se refinou com a necessidade defensiva. As fortificações marítimas prestavam auxílio às embarcações através da instalação de faróis, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz, prática que ainda subsiste com a presença de faróis em grande parte das fortalezas e fortes, realidade desnecessária na raia luso-espanhola.

O espectro defensivo não se circunscreve exclusivamente à arte castrense, mas envolve a componente cultural e patrimonial. A praça-de-guerra, que pela sua complexidade se constitui como a Cidade-fortaleza de Elvas, está classificado como Património da Humanidade-UNESCO, desde 2012, encontrando-se em avaliação para obter a mesma classificação as praças-fortes de Almeida, Marvão e Valença do Minho.

É, também, neste sentido que a excecionalidade das Fortificações da Linha Defensiva do Tejo, na sua totalidade classificadas como Monumento Nacional (MN) ou Imóvel de Interesse Público (IIP), revestem-se como um modelo para a arte de edificar e afirmar a presença de Portugal no mundo. Deste complexo sistema defensivo do Tejo destaca-se a Fortaleza de S. Julião da Barra, o *Escudo do Reino*, afeta ao Ministério da Defesa e que é detentora de vasto património arquitetónico e artístico, especialmente na área da azulejaria portuguesa, a par da Cidadela de Cascais.

As praças-de-guerra, as praças-fortes, fortalezas e fortes deixaram de serem elementos bélicos, que no passado foram edificados para a guerra e no presente estão a ser usados ao serviço da cultura, salvaguardando-se assim o património castrense.

O território como estaleiro

A construção das muralhas era um verdadeiro estaleiro necessitando de grande quantidade de mão de obra especializada, tal como no passado foram as catedrais, os conventos e igrejas, contribuindo para a fixação populacional onde se edificaram estes redutos defensivos.

As torres de menagem e as altas muralhas, exclusivamente de pedra, passaram a estar desprovidas de sentido defensivo. Por serem metralhadas à distância, as muralhas começaram a ser rebaixadas e serem bastante largas para levarem, em sobreposição, traveses em terra para amortecerem o impacto dos pelouros de pedra e das bombas em ferro.



Elvas, Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe



A sua construção dependia da implantação geográfica dos espaços urbanos, da capacidade de abastecimento em caso de cerco, de formas e distância de contato entre as fortificações limítrofes. As comunidades urbanas eram diferentes entre si, com povoados de grandes e de médias dimensões, sendo necessário projetarem-se e alinharem-se as construções defensivas por especialistas.

As fortalezas como elos identitários agregadores do passado e do futuro

Cada vez mais o património e identidade constituem-se como elementos agregadores entre a humanização dos espaços e a sua história, catapultando elementos arquitetónicos, artísticos e culturais para vincular o ser humano ao lugar de pertença. As heranças materiais são importantes, mas os legados imateriais potenciam outras e novas perspetivas para interligar o ser com a terra.

Foi da responsabilidade dos engenheiros militares os projetos, as construções e os levantamentos das fortalezas ao longo dos séculos XVII a XIX, sendo responsáveis pela grande variedade de fortificações, de equipamentos militares e de sistemas de canalização para captação de água. Por si só, uma construção e complexo militar abaluartado era a demonstração do poder real, perante um rei que assumiu a coroa portuguesa em 1640 e tinha de se afirmar perante os súbditos e os monarcas europeus.

Foi no Alentejo que se desenvolveu até ao limite o complexo sistema militar abaluartado. Centrava-se a defesa na grande praça-de-guerra de Elvas, contornada pelos Fortes da Graça, de Santa Luzia, de S. Domingos, S. Francisco, S. Pedro e Fortim de S. Mamede.

O poder militar tinha, naturalmente, que se sobrepor ao civil, obrigando a que na projeção defensiva das praças-fortes houvesse equilíbrio entre a população e os militares. Estes seriam sempre em maior número, de forma a que os habitantes não exercessem pressão sobre o governador, no caso de haver necessidade de capitulação das Praças na sequência dos cercos prolongados.

A documentação cartográfica existente é imensa, desde projetos de campanhas militares, como a de 1762, operada na sequência da Guerra dos Sete Anos, que ocupou diversas praças do Nordeste Transmontano e das Beiras. Outros mapas e desenhos de ataques, de invasões e de exercícios são elementos fundamentais para perceber a construção abaluartada em Portugal, quer no litoral, quer na raia, de que o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (DIE) e o Arquivo Histórico Militar (DHCM), são fiéis responsáveis pela sua salvaguarda, estando sempre disponíveis e colaboradores para os investigadores nacionais e estrangeiros.

No tempo e no espaço, em que cada vez mais as tendências globalizantes interrompem ciclos de perenidade, o património é a grande referência para preservar a identidade, não esquecendo sempre as ligações entre o imaterial e o material associados ao território. Muitas vezes os castelos, as fortalezas, as igrejas e os pelourinhos estabelecem estes laços de união, tornando-se elementos simbólicos para identificar

as origens e transpor aos outros a função cimeira de salvaguarda dos valores históricos.

O património castrense constitui-se como referência através dos tempos para todas as gerações, o que motiva, desde tenra idade, a saber olhar para estas construções como se fizessem parte integrante da vida familiar. Sem o sabermos e termos consciência, surge a função de agirmos como protetores destes espaços sagrados, que interferem com a forma como se vê e entende o património militar. De pessoal alarga-se ao coletivo e surge a consciencialização de que estes edifícios, tutelados pelo Estado ou empresas públicas, são estritamente seus, porque já o foram dos antepassados e continuam perenes com os jovens.



Almeida, Museu Histórico Militar, Sala das Invasões Francesas



Ao longo dos anos, principalmente após 1974, surgiram inúmeras Associações de Defesa do Património, a quem o País muito deve, porque foram fundamentais para alertar e pugnar pela salvaguarda de sítios, de conjuntos, de edifícios e espaços urbanos. Tinham os mesmos ideais que vinham da tradição das obras promovidas pela Direção-Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, empreitadas promovidas desde 1938, em grande parte nos castelos e nas fortalezas portuguesas. Cometeram-se erros aos olhos dos atuais preceitos de conservação e restauro, mas fizeram obra que chegou ao presente, incentivando o tal sentido de pertença, abanaram mentalidades sobre o valor patrimonial e identitário dos redutos e fomentaram a raiz de salvaguarda no coletivo.

Traçaram linhas programáticas para que as gerações futuras entendessem o seu património, com publicações temáticas para compreensão das obras em causa. Potenciaram visitas aos locais e abriram portas para que a cultura e o património sejam de todos e para todos. A crescente valorização patrimonial é reconhecida com a

classificação, por parte do Governo de Portugal e pela UNESCO, com as nomenclaturas de Monumento Nacional (MN), de Imóvel de Interesse Público (IIP) e de Imóvel de Interesse Municipal (IIM), acrescido desde a década de 1980 como Património Mundial ou da Humanidade, fortalecido ou não com Zona Especial de Proteção (ZEP), promovendo a conservação e precavendo cada vez mais atentados contra o património.

Os castelos e fortalezas, que durante tantos anos sofreram consequências pelos predadores locais e nacionais contra bens edificados, estão agora mais protegidos, porque se constituem símbolos ideológicos da nossa portugalidade, havendo consciência da população para a sua defesa, proteção e usufruto.

O despertar de consciências potenciou que nas Escolas se desenvolvessem Clubes de Património e Identidade, proporcionando aos jovens visões integralistas para explorarem novos conceitos para salvaguarda do passado edificado. Incentivaram e promovem as visitas culturais e patrimoniais para conhecer, *in situ*, os monumentos que nos representam, integrando-se no sistema de aprendizagem direto. Aqui sentimos os aromas dos espaços, vivenciamos o clima das regiões e pisamos caminhos e calçadas ancestrais, matérias que os livros e os média não conseguem proporcionar.

Cada vez mais a recriação de museus e centros interpretativos apelam aos sentidos e à compreensão das muralhas, dos edifícios e da história geradora de mil estórias para vivenciar e experienciar, cada um à sua maneira.

As praças-fortes, fortalezas e fortes constituem-se então como elos agregadores do passado rumo ao futuro, onde cada vez mais a sua recuperação, restauro e conservação é desenvolvida para uma reocupação com novas funções, dando vida às velhas construções defensivas, tanto no litoral como na raia luso-espanhola.

Numa sociedade onde tudo é cultura e o património se potencia como parte integrante da economia, a valorização do edificado defensivo da Restauração constitui-se como um potencial turístico, fundamental para robustecer a nossa identidade para as gerações futuras.

Os jovens de hoje vão ser os conservadores do património no futuro, com novas visões e preocupações quanto ao legado histórico destes monumentos, que representam o esforço dos ancestrais para que Portugal continue a ser o país com as fronteiras mais antigas da Europa.



Definição das fortificações abaluartadas em Portugal

Praças-de-guerra: Cidades com pré-existência de castelos e muralhas medievais, com forte implementação urbana protegidas com muralhas abaluartadas, de forma a constituírem-se como redutos defensivos onde coabitavam equipamentos militares, edifícios religiosos (ou não) e residências civis. Muitas vezes, na construção faseada, os equipamentos militares sobrepuseram-se aos imóveis existentes, fossem de carácter religioso ou civil, pois o que estava em primeiro era a valorização militar face a qualquer outro interesse arquitetónico. A praça-de-guerra era dotada de elementos fortificados para apoio à defesa, podendo ser fortes ou fortins.

Ex.: *Castelo de Vide, Castro Marim, Chaves, Elvas, Peniche.*

Praças-fortes: Cidades ou vilas com pré-existência de castelos e muralhas medievais, com forte implementação urbana que foram protegidas com muralhas abaluartadas, com os mesmos princípios das praças-de-guerra, mas eram fortificações isoladas sem apoio de fortes ou fortins.

Ex.: *Almeida, Marvão, Monção, Valença do Minho.*

Cidadelas: Fortificação de grande complexidade de serviços e equipamentos onde se alojavam apenas militares para depois irem ocupar os fortes e redutos na sua área de influência. Não era habitada por civis, podendo haver exceções para familiares do governador e oficiais.

Ex.: *Cidadela de Cascais.*

Fortalezas: Construção defensiva de grande complexidade onde a guarnição, constituída por grande número de artilheiros e infantas, permanecia durante todo o ano para defesa do litoral e da raia seca.

Ex.: *Santiago da Barra, Nossa Senhora da Conceição, São João Baptista, São Julião da Barra, Sagres.*

Fortes e Fortins: Pequena construção defensiva onde se encontrava um reduzido número de artilheiros e de infantas, que tinham por missão defender um espaço definido junto a uma praça-de-guerra ou uma enseada no litoral que, pelo cruzamento da linha de tiro com outro forte ou um navio, protegiam uma área mais vulnerável.

Ex.: *Ínsua, Nossa Senhora da Graça, Santa Catarina, Santa Luzia, S. Francisco Xavier, S. Jorge dos Oitavos, S. Sebastião, Santo António.*

Bibliografia

BARROCA, Mário, *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Inapa, 2001.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira, BARROS, Maria de Fátima Rombouts, RAMALHO, Margarida de Magalhães, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. S.l.: Quetzal, 2001.

BORGES, Augusto Moutinho e FERREIRA, Luísa Machado, *Viagem por Vilas e Aldeias Históricas de Portugal*. Madrid: Zinet, julho 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, *Castelos e Fortalezas do Litoral – Património e Identidade*. Lisboa: CTT Edições, 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, *Castelos e Fortalezas da Raia Luso-Espanhola – Património e Identidade*. Lisboa: CTT Edições, 2023.

BORGES, Augusto Moutinho e FERREIRA, Luísa Machado, *Viagem por Castelos de Portugal*. Madrid: Zinet, fevereiro 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, “Culto a Nossa Senhora da Conceição na arquitetura e nos equipamentos militares em Portugal”. In: *Padroeira de Portugal. Mulher, Mãe e Rainha: 375 anos da Coroação de Nossa Senhora da Conceição - Estudos*. Lisboa: Instituto da Padroeira de Portugal, 2023, pp. 277-310.

BORGES, Augusto Moutinho, *Azulejaria na Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: By the Book, 2021.

- BORGES, Augusto Moutinho, e CHAVES, Luís, *O Exército, São João de Deus e a Rainha Santa Isabel*. Lisboa: By the Book, 2020.
- BORGES, Augusto Moutinho, e PEREIRA, Pedro Teotónio, *Santo António e o Exército – Na História, Arte e Arquitetura Militar*. Lisboa: By the Book, 2019.
- BORGES, Augusto Moutinho, “O Estado de Conservação das Praças da Beira no ano de 1762 – Impactos de uma Invasão”. In: *XXI Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pp. 367-396.
- BORGES, Augusto Moutinho, “S. Francisco e St.º António na Toponímia e Arquitectura Militar em Portugal”. In: *III Congresso Internacional do Franciscanismo*. Madrid: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2009, pp. 411-422.
- BORGES, Augusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. (Prémio Defesa Nacional 2007).
- BORGES, Augusto Moutinho, “Miguel Luís Jacob, Um Engenheiro Militar na Praça de Almeida, 1759-1771”. In: *I Jornadas de Memória Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 247-301.
- BORGES, Augusto Moutinho, “O Exército Português e a Iconografia Religiosa, Toponímia, Santos Patronos, Irmandades, Confrarias e Capelas”. In: *Actas do XV Colóquio de História Militar «Portugal Militar»*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, II vols., 2006, pp. 727-753.
- BUCHO, Domingos, *Fortificações de Campo Maior – História, Arquitectura e Restauo*. Elvas: Região de Turismo de Portalegre, 2002.
- BUCHO, Domingos, *Cidade-Quartel Fronteira de Elvas e Suas Fortificações*. Lisboa: Colibri, 2015.
- BUCHO, Domingos, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*. Lisboa: Colibri, 2010.
- CALLIXTO, Carlos, “As fortificações marítimas do tempo da Restauração”. In: *Portugal no mundo: História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989, pp.207-220.
- CARDOSO, Pe. Luís, *Memórias Paroquiais do Reino de Portugal*. Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa, 1767.
- CARITA, Rui, CARDOSO, António Homem, *O Escudo do Reino – A Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 2007.
- CASTRO, João Baptista de *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, IV tomos, 1763.
- COUTINHO, Valdemar, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*. Faro: Algarve em Foco, 1997.
- DARMAS, Duarte, *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.
- DGEMN, *Monumentos de Sagres*. Lisboa: Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 100, 1960.
- FORTES, Manuel Azevedo, *O Engenheiro português*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 2 vol., 1728-1729.
- GARCIA, José Manuel, *A Magnífica Torre de Belém*. Lisboa: Verso da História, 2014.
- GASPAR, Diogo e BERGER, José Paulo, *Fortificação do Território – a segurança e defesa de Portugal do século XVII ao século XIX*. Lisboa: Museu da Presidência, 2013.
- GIL, Júlio e CABRITA, Augusto, *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1989.
- LIMA, Miguel Pedroso de *Muralhas e fortificações de Évora*. Lisboa: Argumentum, 2004.
- MENDES, António Rosa, *Castro Marim – baluarte defensivo do Algarve*. Castro Marim: CM Castro Marim, 2010.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra: Colibri, 1999. (Prémio Defesa Nacional 1999).
- MOREIRA, Luís Miguel, “Desenhar a Linha – A Fronteira Luso-galega do Alto Minho na Cartografia Militar Portuguesa dos Séculos XVII-XIX”. In: *Revista de Historiografia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, n.º 23, 2015, pp. 47-66.
- MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.
- MOREIRA, Rafael, “Do Rigor Teórico à Urgência Prática – A Arquitectura Militar”. In: *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, vol. 8, 1986, pp. 67-85.
- NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005. (Prémio Defesa Nacional 1990).
- PIMENTEL, Luís Serrão, *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello Impressor, 1680.
- RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Letra Livre, 2018.
- VALLA, Margarida, “As Praças-Fortes na fronteira do rio Minho – Caminha, Valença e Monção”. In: *4.º Congreso Internacional sobre Las Fortificaciones Y El Mar*. Madrid: Ayto. Alcala de Guadaira, 2008, pp. 303-312.
- Plantas da «GUERRA PACTO DE FAMÍLIA, 1762». PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-260001, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-270003, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-380001, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-380002.
- DIE-GEAEM, *Forte da Ínsua, Caminha, 1797*, Maximino José da Serra. PT-GEAEM-3655-I-3-37-51.

DIE-GEAEM, *Forte de S. João de Deus*, Bragança, século XVIII. PT-GEAEM-925-1-4A-8.
DIE-GEAEM, *Praça de Juromenha*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-1391-3-40-PP.
DIE-GEAEM, *Praça de Monção*, 1802, J. J. d'Almeida (Joaquim José de Almeida e Freitas). PT-GEAEM-3103-II-2-21-30.
DIE-GEAEM, *Praça de Valença do Minho*, 1777, José Champalimaud de Nussane. PT-GEAEM-2791-2A-25A-36.
DIE-GEAEM, *Praça de Almeida*, 1764, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-554-1-2-2-a. PT-GEAEM-554-1-2-2-c. PT-GEAEM-555-1-2-2-b. PT-GEAEM-556-1-2-2.
DIE-GEAEM, *Praça de Campo Maior*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-3771-2-17A-25.
DIE-GEAEM, *Forte da Graça, Elvas*, após 1762. PT-GEAEM-1618-1A-13-17.
DIE-GEAEM, *Praça de Elvas*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-1608-1A-14-19.

* Delegado da Sociedade Histórica da Independência de Portugal em Riba Côa, Academia Portuguesa da História, Comissão Portuguesa de História Militar.

** Agrupamento de Escola D. Dinis, Santo Tirso



Apontamentos históricos sobre o ‘Dia da Espiga’ – Tradição e Significado *

João Abel da Fonseca**

Quarenta dias (1) depois da Ressurreição, Jesus apareceu pela última vez aos seus discípulos, em Jerusalém, e levou-os ao Monte das Oliveiras. Depois de lhes ter renovado a promessa do Espírito Santo, ergueu as mãos ao céu e abençoou-os. Nesse instante começou a elevar-se no ar e não tardou que uma nuvem o escondesse dos olhos deles. Como estes continuaram a olhar, apareceram-lhes dois anjos a anunciar que Jesus voltaria do mesmo modo que o viram subir ao céu, sua morada eterna, onde ficou sentado à direita do Pai. Então, os discípulos deixaram o Monte das Oliveiras e regressaram a Jerusalém.

Cabe salientar que a Segunda vinda de Cristo, segundo advento ou parúsia (do grego παρουσία, «presença») é um termo usualmente empregado com a significação religiosa do regresso glorioso de Jesus Cristo, no fim dos tempos, para presidir ao Juízo Final, conforme as Escrituras. Quanto ao Domingo de Pentecostes, é a data móvel na Igreja Católica, celebrada 50 dias após o Domingo de Páscoa e 10 dias após a Ascensão de Jesus. A Ascensão não significa que Jesus desapareceu, mas que a sua humanidade entrou definitivamente na esfera da glória divina. Como Jesus subiu aos céus, os cristãos acreditam que Ele abriu o caminho para que a humanidade também participe da vida eterna.

O Dia da Ascensão é uma festa religiosa católica, móvel, celebrada em muitos concelhos de Portugal como dia feriado, e que, como já foi referido, ocorre 40 dias depois da Páscoa, sempre a uma quinta-feira. O Dia da Espiga, coincidente na data, nasceu do antigo ritual cristão da bênção dos primeiros frutos. No entanto, por ter ligação com o desabrochar da Natureza, esta tradição radica nos antigos costumes pagãos associados às festas em honra das deusas romanas Maia e Flora.

Maia era a deusa romana que dá nome ao mês de Maio (em latim, Maius), que lhe era consagrado, e personificava o crescimento, a terra e a fertilidade, ou

mais propriamente Maia Majestas, assimilada à ninfa grega Maia, a mais velha das sete Pléiades. Flora era a deusa romana das flores e da Primavera, homenageada durante os Ludi Floralia, um conjunto vibrante de jogos que ocorria entre o final de Abril e o início de Maio, simbolizando a renovação da vida. Também por esta altura se celebravam, anteriormente, na mitologia grega, as festividades em honra da deusa Clóris. O primeiro dia de Maio é chamado o Dia das Maias. Existe um pouco por todo o país, principalmente no meio rural, a tradição de enfeitar as janelas com giestas na noite de 30 de Abril para 1 de Maio. Esta tradição chama-se «as maias», «os maios» ou «a flor do maio» e é diferente consoante as regiões do país.

Também se diz «pôr as maias à porta». É uma tradição muito antiga, ligada à Primavera e aos rituais da agricultura. José Leite de Vasconcelos refere que a mais «antiga menção desta festa popular, festa evidentemente naturalística, posto mais ou menos desviada da sua significação primitiva, já pelo próprio Paganismo, já pelo Cristianismo, creio que se acha nestas linhas da Postura da câmara de Lisboa de 1385: “Outro sim estabelecemos que daqui em diante em esta Cidade e em seu termo não se cantem as Janeiras nem Maias, nem outro nenhum mês do ano”». Usam-se giestas porque são flores muito abundantes nesta altura do ano e porque como são amarelas representam a luz, a vida.

Muitas das tradições que foram adotadas pela Igreja Católica têm raízes pagãs, assimiladas para que os povos, entretanto convertidos ao Cristianismo, não se revoltassem pela perda daquelas festividades. No caso em apreço, surgiu em Portugal a denominada Lenda das Maias, sem fundamento nos Evangelhos. Quando Herodes enviou os soldados procurarem o Menino Jesus, para lhe tirar a vida, na sequência da fuga da Sagrada Família para o Egipto, em face de algumas informações recolhidas, aqueles marcaram com um ramo de giestas as portas das casas que lhes tinham sido indicadas como prováveis no acolhimento, para que mais tarde as

pudessem identificar ao longo das aldeias visitadas. Por intervenção divina, no dia seguinte, ao amanhecer, todas as portas das aldeias estavam adornadas com ramos de giesta florida. Sem saber qual porta correspondia ao Menino, os soldados não conseguiram cumprir a ordem e a Sagrada Família conseguiu fugir.



Bilhete-postal ilustrado dos anos 20 do século XX, reproduzindo ilustração de A. Rey Colaço.



Na tradição Celta a primeira noite de Maio celebrava a fertilidade da Terra, em que as populações pediam que a mãe Natureza lhes desse boas colheitas e bons frutos nesse ano. Era chamada a noite de Beltane, que significava «o fogo de Bel», dedicada ao deus que protegia a vida, altura em que eram realizados rituais de purificação pelo fogo.

Soltava-se o gado e as pessoas tinham a tradição de saltar uma fogueira para ter sorte no amor. Em Portugal, esta tradição ainda é praticada na noite de São João, quando se acendem fogueiras e, segundo a tradição popular, se deve saltar a fogueira para ter sorte no amor.

O Dia da Espiga, coincidindo com o Dia da Ascensão, foi feriado nacional em Portugal até 1952, tal como ainda hoje acontece em muitos concelhos, como feriado municipal. Na verdade, obrigada a abdicar de alguns feriados religiosos, a Igreja Católica aceitou «sacrificar» a Quinta-feira da Ascensão. Os concelhos que mantêm o feriado municipal são: em Alcanena, Alenquer, Almeirim, Alter do Chão, Alvito, Anadia, Ansião, Arraiolos, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Beja, Benavente, Cartaxo, Golegã, Loulé, Mafra, Marinha Grande, Mealhada, Melgaço, Monchique, Mortágua, Oliveira do Bairro, Salvaterra de Magos, Santa Comba Dão, Sobral de Monte Agraço, Torres Novas, Vidigueira e Vila Franca de Xira. Na Europa surge no calendário como feriado nacional na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia e Suíça.



Ascensão de Cristo, circa 1590, pelo pintor português de origem castelhana Fernão Gomes, obra que se destinou inicialmente a decorar uma capela da Sé do Funchal e se encontra actualmente no Museu de Arte Sacra do Funchal.



O Dia da Espiga (2) era também conhecido como o Dia da Hora (3), considerado «o dia mais santo do ano», um dia em que não se devia trabalhar. Era chamado o Dia da Hora porque havia uma hora, o meio-dia, em que se acreditava que tudo parava: «as águas dos ribeiros deixavam de correr, o leite não coalhava, o pão não levedava e as folhas se cruzavam».

Era nessa hora que se colhiam as plantas para compor o ramo da espiga e também se colhiam as ervas medicinais, que possuíam, segundo as tradições pagãs, propriedades curativas consideradas mágicas. A ideia de o Sol ao meio-dia simbolizar o «dia a parar» deriva do meio-dia solar verdadeiro, o momento em que o Sol atinge o seu zénite, o ponto mais alto no horizonte, É uma transição exacta: o Sol deixa de subir e começa a descer, criando a ilusão de um suspiro estático no tempo. Quando o Sol atinge o seu ponto de maior elevação no céu, cruza-se com o meridiano local. Como «ponto de paragem», a própria etimologia da palavra deriva do latim meridies, que significa «meio-dia» e também «sul», apontando para o instante em que a ascensão contínua cessa para dar lugar à descida, daí a relação com o terminus da ascensão de Jesus Cristo aos céus.

A cada uma das plantas (4) que integram o denominado ‘Ramo da Espiga’, que deverá ser atado usando os caules do cereal (5), está associado um significado, como voto de prosperidade para o lar:

1 Espiga – representa o pão através do conjunto das espigas de trigo, centeio ou aveia, sempre em número ímpar, mas podendo ser de uma ou mais espécies, é um elemento incontornável, obrigatório no ramo, simbolizando a fertilidade e a base de sustento das famílias, garantia perene de descendência e do seu bem-estar (6);

2 Malmequer – uma clássica alegoria de inocência, pureza e afectividade (7), representa, ainda, conforme a cor amarela ou branca, respectivamente, o ouro ou a prata, simbolizando a fortuna, a riqueza e a prosperidade;

3 Papoila – sendo a flor mais graciosa do ramo, é a primeira a murchar, pelo que representa a efemeridade, a fragilidade e a transitoriedade da vida, da beleza e da juventude, simbolizando o amor e a paixão que deve acompanhar a vida (8);

4 Oliveira – sendo uma das espécies arbóreas mais antigas e resistentes do mundo, com uma notável longevidade, podendo viver milhares de anos, representa, pela sua capacidade de regeneração, um verdadeiro símbolo histórico de resiliência. Com lugar cativo no ramo, acrescenta-lhe uma matriz divina ancestral, que remonta ao tempo do grande dilúvio.

Simboliza a paz, a luz, a sabedoria, a esperança, a reconciliação, a renovação e a harmonia, como desígnios universais (9);

5 Alecrim – com o seu aroma vigoroso, exemplo de planta resistente a longos períodos de seca e pragas, simboliza a saúde e a fortaleza física e espiritual (10);

6 Videira – representa o vinho, constituindo-se, também, num elemento indispensável no ramo. O pão e o vinho são os símbolos fundamentais da Última Ceia de Jesus, representando o seu corpo e o seu sangue. Na tradição cristã, formam a base do sacramento da Eucaristia. O corpo que foi repartido pela humanidade e o sangue que foi derramado para selar uma Nova Aliança e remir os pecados. Simboliza a alegria, a abundância e a comunhão com a Natureza (11);

7 Uma planta medicinal (12) – simbolizando a necessidade de se manter o corpo são.



A Fuga da Sagrada Família para o Egito, por Giotto (c. 1305-1306). Encontra-se na Capela dos Scrovegni de Pádua.

Importa ter presente que, na Eucaristia, o pão e o vinho simbolizam o sustento da vida, a doação total de Cristo e a união da comunidade. O pão representa o alimento essencial para a vida física, simbolizando Jesus como o «Pão da Vida» que nutre o espírito. Feito a partir de muitos grãos moídos que se unem numa só massa, simboliza a Igreja e a união de todos os fiéis num só Corpo. Na Última Ceia, Jesus partiu o pão, simbolizando

o seu próprio corpo que seria entregue e sacrificado pela humanidade. O vinho é símbolo de festa, alegria e celebração. Na Bíblia, representa a Nova Aliança selada por Deus com o seu povo. Produzido a partir de uvas esmagadas no lagar, simboliza o sangue derramado por Cristo na cruz e a sua paixão. Na liturgia, mistura-se uma gota de água ao vinho no cálice, simbolizando a união inseparável da divindade de Cristo com a humanidade dos fiéis.

Hoje em dia, nas grandes cidades, as pessoas já não se deslocam ao campo para colher o Ramo da Espiga, mas há quem os venda, tendo-os colhido e atado, fazendo negócio com a tradição. Em boa-hora, ajudando a preservá-la.



O Zé Povinho foi ao campo no Dia da Espiga. Ilustração de Bordalo Pinheiro para O António Maria, de 26/5/1881.



Adagiário popular português

«Água d'Ascensão, tira o vinho e dá o pão»
 «Água de Maio, pão tremês, não o percas nem o dês»
 «Chuvas da Ascensão bebem vinho e comem pão»
 «Chuvinha da Ascensão dá palhinha e dá pão»
 «Da Páscoa à Ascensão, quarenta dias vão»
 Guarda para Maio o pão tremês: não o comas nem o dês»
 «No Dia da Ascensão nem os passarinhos bolem nos ninhos»
 «O vento que soprar em Quinta-feira de Ascensão, soprará todo o Verão»
 «Por onde Maio passou, tudo espigou»
 «Quem tem trigo da Ascensão, todo o ano terá pão»
 «Quinta-feira da Ascensão, coalha a amêndoa e o pinhão»
 «Se chover em Quinta-feira de Ascensão, as pedrinhas darão pão»
 «Depois da Ascensão, nem salma nem sermão» (13)

Cancioneiro popular português

«Tudo vai colher ao campo
 Quinta-feira d'Ascensão,
 Trigo, papoila, oliveira.
 P'ra que Deus dê paz e pão» (14).

«Quinta-feira de Ascensão
 As flores têm virtudes,
 Quis amar teu coração,
 Fiz empenho, mas não pude» (15).

«Em Quinta-feira de Ascensão,
 Quem não come carne
 Não tem coração;
 Ou de ave de pena,
 Ou de rês pequena» (16).

«Se os passarinhos soubessem
 Quando é dia d'Ascensão,
 Nem subiam ao seu ninho,
 Nem punham o pé no chão» (17).

«Espiga de trigo amarela,
 Pão nosso de cada dia,
 Azeite, luz e candeia,
 Dá-nos, Senhor, alegria.

Malmequeres e papoilas,
 Com a haste de verde linho,
 Símbolo da nossa terra,
 Neste tão sagrado raminho».

«Ó quinta-feira da espiga,
 Dia de sol e de festa,
 Vamos todos para a leira,
 Ver o trigo que nos resta.

Canta o cuco lá no monte,
 A andorinha no telhado,
 O Dia da Espiga é lindo,
 Com o campo verde e dourado».

«No dia da Espiga bela,
 Vou ao campo colher o ramo.
 Trago a paz na verde rama,
 E o amor na minha janela».

«Quinta-feira de Ascensão,
 Manhãzinha de orvalho e luz.
 Espiga de trigo na mão,
 Em louvor ao Menino Jesus».



Ramos da Espiga à venda na Baixa de Lisboa.



Tradições e superstições populares portuguesas

I – Ir ao campo (18) no ‘Dia da Espiga’, por volta do meio-dia, colher seis tipos de plantas para compor o denominado ‘Ramo da Espiga’, como forma de se garantir ter um ano de fartura (19), fortuna, amor, paz, saúde e alegria. Importa salientar que o número de espigas deverá ser ímpar, por estarem associadas a antigos rituais mágicos e pagãos de sorte, proteção e fecundidade. Os números ímpares simbolizam o infinito, o crescimento e a renovação contínua, afastando a má sorte que tradicionalmente se atribuía aos números pares.

II – Para trazer sorte e prosperidade, e afastar os maus olhados, guardar o ‘Ramo da Espiga’ até ao mesmo dia do ano seguinte, atrás da porta principal da casa, pendurado «de cabeça para baixo», para afastar os espíritos maléficos (20). O Ramo da Espiga, seco, colhido no ano anterior, não deve ser deitado no lixo, mas sim queimado, e as cinzas enterradas, por ser considerado um símbolo sagrado e um amuleto de proteção do lar que absorveu as energias malfazejas durante o ano passado.

III – Guardar um pãozinho no Dia da Espiga (21) (Quinta-feira da Ascensão), simbolizando a fartura e a

abundância desejadas no ano vindouro. Acredita-se que, ao guardar um pão, de preferência junto ao Ramo da Espiga, este não criará bolor (22) durante todo o tempo, devendo então ser substituído, tal como o ramo, na festividade do ano seguinte. Comer o ‘pãozinho do Dia da Espiga’ do ano anterior, demolido em leite, é um antigo rito popular de frugalidade, gratidão e continuidade. Simboliza a transição entre colheitas, reforçando a crença de que nunca faltará alimento na casa. O significado deste costume assenta em três pilares: 1. Símbolo de abundância e veneração pelo sagrado – Comer o pão antigo, em vez de o deitar ao lixo, prova que não houve escassez no ano que passou e que o pão se manteve abençoado; 2. Evitar o desperdício e a má sorte – Na sabedoria popular, mormente no meio rural, deitar pão ao lixo era considerado um «pecado», ou um mau agouro. Demolhá-lo em leite é uma forma de o aproveitar, transformando algo duro num alimento reconfortante; 3. Ciclo da vida e renovação – O pão «velho» é comido precisamente no dia em que se benze e pendura o pão «novo» (Quinta-feira da Ascensão). Fecha-se um ciclo anual, no qual o pão «velho», ao dar lugar ao pão «novo», pereniza o sustento da família, dando as boas-vindas à nova colheita que se deseja abundante.

IV – Em dias de trovoadas, deve queimar-se alguma das espigas, alecrim, alfavaca ou rosmaninho do ramo, no fogo da lareira, para afastar os raios (23).

V – Chovendo na quinta-feira da Ascensão enquanto duram as preces da Hora, as novidades são pouco abundantes (24).

VI – Sobre o Dia da Espiga: Colhem-se espigas, folhas de oliveira, papoilas, malmequeres, para ter dinheiro e fartura todo o ano.

Crê-se que entre o meio-dia e a uma da tarde (a já referida Hora) as folhas de oliveira estão «entrecruzadas», e, como as Portas do Céu estão abertas, aguardando a chegada de Jesus Cristo na sua ascensão, quem neste dia morrer, durante aquele período, vai para o Céu (25).

VII – A gema do ovo que a galinha põe, durante a Hora, dá-se a quem deita sangue pela boca (26).

Antes de terminar, importa deixar um breve apontamento sobre a bibliografia mais usada neste bosquejo singelo.

Etnografia Portuguesa, de José Leite de Vasconcellos e **Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga e Festa do Leite**, de António Vermelho do Corral.

Aproveito a oportunidade para deixar um brevíssimo currículo do Senhor Professor António Vermelho do Corral, nosso muito eminente sócio, que se encontra entre nós.

Foi docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na Universidade Internacional, no Instituto Superior Politécnico Internacional e na Universidade Internacional da Figueira da Foz, onde lecionou cadeiras relacionadas com a Administração Ultramarina; Ciências Sociais e Políticas e Ciências Antropológicas e Etnológicas, constituindo-se uma autoridade nestas últimas ciências, com estudos que se toraram de referência, a nível nacional e internacional, fruto de inúmeros trabalhos de campo, realizados durante longos anos.

Ouvi ao Prof. Adriano Moreira referir-se-lhe como um seu amigo, um homem sábio, e um dos mais modestos com quem convivera no meio académico.

O saudoso sócio Prof. Jorge Borges de Macedo escreveu que: «[...] Não pode falar-se em ambiente cultural que protege os consagrados e esquece os primitivos ou que anda à procura dos primitivos e deixa fugir os indiscutíveis» (27).

Querido Prof. Vermelho do Corral, para si, que considero, e nisso estou muito bem acompanhado, um verdadeiro indiscutível, aceite esta homenagem que aqui lhe deixo, significando-lhe o profundo reconhecimento pela sua excelsa produção científica, e por me ter vindo a distinguir com a sua amizade, há mais de três décadas.

Bem-haja!

E agora, sim, termino, com uma das mais conhecidas máximas populares de proteção na cultura portuguesa, denominada «benzedura», referenciada e comentada por José Leite de Vasconcellos, que funciona como um pedido de bênção e um escudo contra a inveja, o «olho gordo» ou o «quebranto»:

«Que os bons olhos nos vejam, e os maus quebrados sejam».



O dinheiro como símbolo de riqueza. Moeda de 1 Escudo 'Espiga de trigo', KM597 (1969-1979). Palavras para quê, é uma moeda portuguesa!

• • • •



Bibliografia

Estudos

Cancioneiro Alentejano: Poesia Popular, recolha, pref., coment. e notas por SANTOS, Victor. Lisboa: Livraria Portugal, 1959.

Cantos Populares Portuguezes: Recolhidos da Tradição Oral, coord. PIRES, Antonio Thomaz, Vol. I. Elvas: Typ. Progresso, 1902.

CHAVES, Luís, **Páginas Folclóricas: A Canção do Trabalho**. Separata da revista *Lusitana*, Vol. XXVI. Porto: Tip. Imprensa Portuguesa, 1927.

CORRAL, António Vermelho do, **Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite**. Lisboa: Apenas Livros Lda., 2010 (2.ª ed.).

DELGADO, Manuel Joaquim, **A Etnografia e o Folclore no Baixo Alentejo (Aspectos vários. Curiosidades linguísticas. Comentário, recolha e notas do autor)**. Separata da revista *Ocidente*, Vols. LIV e LV. Lisboa: Tip. da Editorial Império, Lda., 1957/58, pp. 28 e 120.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, “A Quinta-feira de Ascensão em Portugal”. **Festividades Cíclicas em Portugal**, Coleção ‘Portugal de perto’, N.º 6. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (2.ª ed.), pp. 113-118. PEDROSO, Consiglieri, **Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos**, org., pref., e notas LEAL, João, Coleção ‘Portugal de perto’, N.º 16. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

PEIXOTO, Rocha, **Etnografia Portuguesa (Obra etnográfica completa)**, org., pref., e notas GONÇALVES, Flávio, Coleção ‘Portugal de perto’, N.º 20. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (2.ª ed.), pp. 51-56.

Tradições Populares Transtaganas, recolhidas por PIRES, Antonio Thomaz. Elvas: Tip. Moderna, 1927.

VASCONCELLOS, José Leite de, **Cancioneiro Popular Português**, coord. e introd. NUNES, Maria Arminda Zaluar, Vol. III. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983.

– **Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização**, org. GUERREIRO, Manuel Viegas, pref. RIBEIRO, Orlando, Vol. VIII. Lisboa: IN-CM, 1982.

– **Tradições Populares de Portugal**, org. e apresent. GUERREIRO, Manuel Viegas, Col. Temas Portugueses. Lisboa: IN-CM, 1986 (2.ª ed., rev. e aument.).

Documentos electrónicos (Webgrafia)

A história do Dia da Espiga. SAPO Blogs-gamepassion – *History Passion* [em linha a 09-05-2018, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://gamepassion.blogs.sapo.pt/a-historia-do-dia-da-espiga-20877>

Celebrar as épocas do ano – Dia da Espiga: a sua origem e significado. Blog *Sara & Felipa Educa_são* [em linha a 12-05-2021, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://www.educacao.org/post/dia-da-espiga-a-sua-origem-hist%C3%B3ria-e-significados>

Dia da Espiga – Conheça a história e o simbolismo desta data. Blog *Horto do Campo Grande* [em linha]. Lisboa: Horto do Campo Grande, 04-05-2026 [consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://hortodocampo grande.pt/flores/dia-da-espiga-conheca-a-historia-e-o-simbolismo-desta-data/>

MARTINS, Maria Helena – Saiba de onde vem a tradição das Maias. Blog SAPO [em linha a 01-05-2023, consult. 10-05-2026]. Disponível em

<https://sapo.pt/artigo/saiba-de-onde-vem-a-tradicao-das-maias-c720-68b1db4e2c46fb2396ebd15a>

MATOS, Hernâni – O Dia da Espiga (2.^a ed.). Blog *Do Tempo da Outra Senhora* [em linha a 01-06-2015, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com/2011/06/o-dia-da-espiga-2-edicao.html>

Por onde maio passou, tudo espigou – Um ramo de espigas, papoilas, malmequeres, oliveira, alecrim e videira. No Dia da Espiga, a tradição ainda é o que era. Mas será que a conhece mesmo? Blog *MY PLANET*, by The Navigator Company [em linha a 25-05-2022, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://myplanet.pt/dia-da-espiga/>

VIEIRA, Alice e MATEUS, Nelson – Hoje é Dia da Espiga. Quem é que ainda se lembra dessa tradição? (O Diário de uma Avó e de um Neto, um projeto do site Retratos Contados). *Revista VISÃO*, Opinião – Ponto de vista [em linha a 13-05-2021, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://visao.pt/opiniao/ponto-de-vista/diario-de-uma-avo-e-de-um-neto/2021-05-13-hoje-e-dia-da-espiga-quem-e-que-ainda-se-lembra-dessa-tradicao/>

Documentos audiovisuais (Vídeo)

Dia da Espiga – Uma tradição com especial ênfase no Concelho. Sítio da *Câmara Municipal da Vila do Cadaval*. [em linha, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jg-BGs43JFY>

Quem sabe o que é o Dia da Espiga? *RTPensina* [em linha, consult. 10-05-2026]. Disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/quem-sabe-o-que-e-o-dia-da-espiga/> Ramo da Espiga. Sítio de *LUZAZUL - banda de música popular portuguesa*. [vídeo oficial em linha, consult. 10-05-2026]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Ftx2hgw_yiI&list=RDFtx2hgw_yiI&start_radio=1

1. «O número quarenta expressa, na Bíblia, um símbolo de perfeição». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 5.
2. «No convento de S. Jerónimo, de freiras, em Viana do Alentejo, na quinta-feira da Ascensão, do meio-dia para a uma (chamado a Hora), quando se canta no coro, deitam-se para a igreja passarinhos (quase sempre andorinhas), com fitinhas encarnadas ao pescoço, e também rosas». *Etnografia Portuguesa*, 1982: 314.
3. «Em Gáfete e em Nisa, vão ao campo, na véspera, buscar espadanas e alecrim, e põem-nos em casa. No dia próprio, levam tudo isto à igreja, à missa, e na festa da Hora [...]». *Etnografia Portuguesa*, 1982: 313-314.
4. Há casos em que existe preponderância de plantas medicinais. «Em Faro, antes do nascer do Sol de quinta-feira da Ascensão, vão aos campos apanhar certas folhas e ervas [...]». *Etnografia Portuguesa*, 1982: 314.
5. «O molho ou ramo tem de ser amarrado. Deve sê-lo com as pontas, ou melhor, com os caules das ervas [ou das espigas] [...]». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 26.
6. «A espiga de trigo representa o pão-nosso de cada dia que o Senhor nos dá [...]». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 19.
7. «O terceiro significado prende-se com sentimentos de natureza afectiva, amorosa, passional [...]». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 24.
8. Uma vez colhida, a papoila demora pouco tempo antes de murchar, simbolizando também o sofrimento de quem se vê privado do seu ambiente natural. Vale recordar: *Quem não é para sofrer, não é para amar*.
9. Sobre o ramo de oliveira e Noé: «[...] simbolizando um pacto de paz estabelecido entre os Céus e a Terra [...]». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 21-22.
10. «Significa resistência, perseverança, união [...]». Adágio:
«Quem pelo alecrim passou e dele não colheu, / ou nunca teve amores ou deles se esqueceu».
Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite, 2010: 25-26.
11. «A ponta da videira [...] representa o vinho, o sangue de Cristo [...]». *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 23.
12. Referência às plantas medicinais: malva, diabelha, macela, etc. Discussão sobre o número sete como símbolo de perfeição. *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 32-35.
13. *Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga. Festa do Leite*, 2010: 5. Referência repetida aos adágios populares.
14. *Cancioneiro Alentejano*, 1959.
15. *Cancioneiro Popular Português*, 1983.
16. *O Positivismo*, 1881. Justificação popular para comer carne na Quinta-feira da Ascensão.

17. *Cantos Populares Portuguezes*, 1902.
18. Excerto do *Diário de Notícias*, 6 de Maio de 1875, sobre a colheita de espigas nos arredores de Lisboa. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 292.
19. «Na Columbeira, vão ao campo cortar espigas de trigo [...]». *Etnografia Portuguesa*, 1982: 306.
20. «[...] grande virtude contra a escassez dos cereais, contra as intrigas da vizinhança [...]». *Etnografia Portuguesa*, 1982: 291.
21. Costume do pão guardado de um ano para o outro na Quinta-feira da Espiga. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 313.
22. Crença de que o pão guardado neste dia não cria bolor. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 313.
23. Prece contra trovoadas: «Santa Bárbara se levantou, seus bentos pezinhos lavou [...]».
24. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 306.
25. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 306.
26. *Etnografia Portuguesa*, 1982: 314.
27. Jorge Borges de Macedo, *Dos leilões para a história da cultura*, 1989, pp. 3-8.

* Conferência proferida no dia 14 de Maio de 2026 na Sociedade Histórica da Independência de Portugal no âmbito das comemorações do dia da Espiga.

** Sócio de mérito da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e membro do Conselho Supremo; Sócio correspondente da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa; Académico correspondente da Academia Portuguesa da História; Membro emérito da Classe de História Marítima da Academia de Marinha; Sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde integra a Direcção, é director da Biblioteca e do Boletim; Membro correspondente da Academia Uruguaya de Historia Marítima y Fluvial e do Instituto Balear de la Historia.



Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal*

João José Brandão Ferreira**

I

DATA ESPECIAL DA NAÇÃO PORTUGUESA: 8 DE DEZEMBRO

“Salve, Nobre Padroeira,
Do povo teu protegido,
Entre todos escolhido,
Para povo do Senhor.
Ó glória da nossa Terra,
Que tens salvado mil vezes!
Enquanto houver Portugueses,
Tu serás o seu amor!”

Padre Francisco Malhão

Há datas que marcam a História dos povos.

É o caso do 8 de Dezembro de 1646.

Dia que, ao abrigo do artigo 3º da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 2004, é uma festa de guarda e feriado nacional de âmbito religioso, que coincidiu até há pouco tempo (e devia ter continuado) como “Dia da Mãe”.

Mas é muito mais do que isso.

O Culto Mariano corre paredes-meias com a História de Portugal desde o seu início. Maria, Mãe de Jesus, sempre teve um lugar especial no coração dos portugueses e não tem paralelo com outros povos. Por isso, tem toda a propriedade chamar ao país da extrema ocidental da Europa, a Terra de Santa Maria. E não é por acaso que a maioria das mulheres portuguesas tem o termo “Maria” no seu nome. O que, infelizmente tem vindo a ser maculado por modismos espúrios de Cátias, Tatianas e Vanesas...

Mas, também, qual a matriz cultural portuguesa que não tem vindo a ser maculada nas últimas quatro décadas? Segundo a tradição secular, após a Batalha de Aljubarrota, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira (São Nuno de Santa Maria), mandou construir a Igreja de Nossa Senhora do Castelo, em Vila Viçosa, consagrando o novo Templo a Nossa Senhora da Conceição, o primeiro construído em toda a Península Ibérica com este fim. Encomendou ainda, em Inglaterra, uma imagem em pedra da dita Senhora, para ser Venerada nessa igreja e onde ainda permanece.

O culto foi tomando raízes, com a fundação de muitas Irmandades, a mais antiga das quais é a da actual freguesia dos Anjos, em Lisboa, criada em 1589.

Mas o facto verdadeiramente notável (creio que único no mundo), que veio a ocorrer, foi a decisão do Rei, Senhor D. João IV, após ter apresentado (e sido aprovado) nas Cortes Gerais de 1645/1646 ter, por provisão régia de 25 de Março deste último ano, proclamado solenemente que Nossa Senhora da Conceição seria a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os seus territórios ultramarinos.

É mister recordar tal proclamação, que devia ser tida como estruturante da Nação Portuguesa e um dos nossos “segredos” de família: “... assentamos de tomar por padroeira de Nossos Reinos e Senhorios, a Santíssima Virgem, Nossa Senhora da Conceição, na forma dos Breves do Santo Padre Urbano VIII, obrigando-me a aceitar a confirmação da Santa Sé Apostólica e lhe ofereço em meu nome e do príncipe D. Theodósio, e de todos os meus descendentes, sucessores, reinos, senhorios e vassallos e Sua Santa Caza da Conceição esta em Vila Viçosa...”.

Nesse mesmo dia 25 de Março de 1646, foi realizada uma sessão solene de juramento na Capela Real dos Paços da Ribeira, onde participaram o Rei, o Príncipe herdeiro, os grandes da Nobreza, os representantes do povo e os cinco bispos presentes.

A Confirmação Papal levou, todavia, 25 anos a concretizar-se, devido a intrigas dos Reis Espanhóis, só vindo a acontecer em 1671, através de breve de Clemente X. Ou seja três anos após ter sido firmado o Tratado de Lisboa, de 1668, que punha termo a 28 longos anos de lutas e sacrifícios de todo o tipo, pela consolidação da nova Dinastia (herdeira ainda, de Nuno Álvares Pereira) e pelo fim da Coroa Dual Filipina, que restituía a Portugal, a sua total soberania debaixo de um Rei natural.

As razões que levaram a esta atitude do monarca português não estão, ainda hoje, completamente dilucidadas e percebidas.

A partir de então os reis portugueses nunca mais usaram Coroa e Ceptro permanecendo estes ao seu lado direito, em cima de uma almofada, em ocasiões solenes.

Deste modo a Imaculada Conceição de Maria, vingou em Portugal muito antes de a Igreja a assumir como dogma de Fé.

O Rei D. João V, em 1717, enviou uma circular à Universidade de Coimbra e a todos os prelados e colégios do Reino, recomendando-lhes a celebração anual da festa da Imaculada Conceição, nas suas Igrejas, em memória do juramento de D. João IV.

Em 6 de Fevereiro de 1818 – dia da sua Aclamação, no Rio de Janeiro – o Rei D. João VI, instituiu a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em preito do país, por ter sobrevivido, como reino Independente, às guerras napoleónicas.

O Rei era o grão-mestre desta nova ordem dinástica.

A República extinguiu a Ordem, como Ordem Militar, mas D. Manuel II e seus descendentes vêm continuando a usar as insígnias da mesma, a qual continua em vigor, estando os seus membros sempre presentes na grande peregrinação anual que se realiza no dia 8 de Dezembro, ao Santuário de Vila Viçosa, também conhecido por “Solar da Padroeira”.

Não foi este ano excepção, onde pude observar que a tradição está viva e recomenda-se.

Muito povo nas ruas, nas janelas – onde em muitas ainda se observa o bonito costume de colocar as melhores

colchas das famílias, nos varandins – e incorporados na procissão, que sai do Castelo, percorre várias artérias e o centro da vila e regressa à sua casa na igreja daquela vetusta fortaleza.

Atitude respeitosa de todos.

Quando a procissão passa pela grande praça que se abre para o Palácio dos Duques de Bragança, junta-se a ela uma coluna enorme de cavaleiros e charretes, com os seus trajes típicos portugueses, com os representantes da Cavalaria Portuguesa (neste caso do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz) que são oriundos de Olivença, terra cativa ...

II

A IMACULADA RAINHA DE PORTUGAL. PORTUGAL ONDE ESTÁS?

“Em Portugal se conservará sempre o dogma da Fé”. Assim se terá expressado Nossa Senhora aos Pastorinhos (Fátima, 1917).

A 8 de Dezembro, as cerimónias da Peregrinação Anual, Nacional ao Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, decorrem com inusitado brilho. Tal deve-se a um aumento sensível no número de “peregrinos”, à presença significativa da Instituição Militar de que se destaca a vinda do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro; do Comandante da Logística do Exército; a Banda do mesmo Ramo; o enquadramento da missa com honras militares, que incluiu uma guarda de honra ao altar por seis cadetes das Escolas Superiores Militares (dois da Armada, dois do Exército e dois da Força Aérea) e, sobretudo, pela extraordinária homilia de S. Excelência Reverendíssima o Arcebispo de Évora, D. Francisco José Senra Coelho, que presidiu à eucaristia da manhã (e que durou duas horas!), acolitado pelo Bispo de Castelo Branco/Portalegre.



Missa

Contei cerca de 200 cavaleiros e charretes.

Enquadramento religioso a preceito, não se vislumbrando, porém, qualquer bispo, provavelmente por o Arcebispo de Évora (a que pertence Vila Viçosa) ter estado na missa celebrada nessa manhã.

Eis a Peregrinação do 8 de Dezembro.

Valor histórico a preservar, tradição a manter, cerimónia a valorizar, enquadramento cívico e significado político-religioso a difundir, explicar e interiorizar.

A chave de tudo está na quadra do poeta Padre Malhão: “enquanto houver portugueses”...

Nesta missa cantada participaram, seguramente, mais de mil pessoas, estando muitas no exterior da Igreja, mandada edificar pelo grande Fronteiro do Alentejo; Condestável do Reino; um dos homens mais ricos do país, que se fez pobre e carmelita, D. Nuno Álvares Pereira, mais tarde beato e, finalmente, depois de uma “espera” de seis séculos, Santo: o “nosso” São Nuno de Santa Maria. Que Deus o tenha em sua Glória, velando pelo que resta da Nação Portuguesa. E assim estará por certo, pois foi ungido do Senhor: senão como explicar toda a sua vida de cavaleiro valoroso e espiritual, que nunca perdeu um combate ou uma batalha. Note-se que na sua primeira grande vitória, na batalha dos Atoleiros, no radioso dia 6 de Abril de 1384, mudou a tática e o modo de fazer a guerra tradicional e estando em grande inferioridade numérica, viu sorrir-lhe a vitória sem que as tropas portuguesas tivessem sofrido um único morto. Foi sempre inovador e audaz, defendeu os seus, esmolou em abundância tendo criado a “sopa dos pobres”, em Lisboa, e morigerou os costumes. Esperámos seis séculos pela sua canonização a que o Poder de Castela e Espanha sempre se opuseram. Fez-lhe finalmente justiça, o bom Papa Bento XVI que, para tormento da Cristandade, renunciou ao trono de Pedro, em 28 de Fevereiro de 2013, tornando-se emérito. Misericordioso Benedito, que elevaste o bravo Nuno de Santa Maria aos altares, lembra-te de que ele nunca desistiu e esteve sempre pronto a morrer pela causa de Cristo Redentor e por Portugal. A Peregrinação está pois viva, mas deve ser encorajada em todo o País. É certo que existem mais peregrinações de culto Mariano e outras, e que Fátima se tornou a grande peregrinação nacional que quase todo o resto ofusca. Mas a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, é muito importante pois está ligada à Portugalidade e à grande

tradição da nacionalidade. Por isso todas as Câmaras Municipais do País – não só as paróquias (o Estado pode ser laico, mas a Nação não o é) – se deviam mobilizar, pois em 1654, o Rei D. João IV, ordenou que o juramento solene feito pela Nação a 25 de Março de 1646 fosse gravado em pedra e colocado em todas as portas e lugares públicos das cidades e vilas do Reino de Portugal. Que foi feito dessas pedras? Enfim, todos os sectores da vida nacional deviam peregrinar a Vila Viçosa e o “Dia da Mãe” nunca devia ter mudado para Maio. Em Vila Viçosa voltaram a estar presentes este ano, os três “Braços do Reino”: a Igreja, na figura de um Arcebispo (e de todos os que o apoiaram) que fez uma notável homília, não só do ponto de vista teológico e da Fé, mas também no âmbito da História e do Patriotismo; a Nobreza, consubstanciada em nomes de antigas famílias e nos defensores do “reino”, representados nas Forças Armadas, e no Povo que participou em largo número em todas as actividades, sobretudo na procissão, em que se

deve realçar a elevada presença de cavaleiros e charretes, cujo conjunto é liderado por militares da Cavalaria Portuguesa, onde não ficava mal haver um reforço nas próximas edições e a presença de um oficial. Finalmente a Família Real, sempre representada pelo sucessor do Trono e pela Real Ordem da Nossa Senhora de Vila Viçosa (criada pelo Rei D. João VI, em 6 de Fevereiro de 1818). Em boa verdade Portugal nunca deixou de ser uma Monarquia etocrática, sem embargo desta ter sido ilegal e ilegitimamente abolida violentamente, em 5 de Outubro de 1910, já que a Coroa tinha passado, em 1646, para Nossa Senhora, ficando esta, para todo o sempre, Rainha de Portugal. E a Ela ninguém pode destronar... Por isso faz todo o sentido a pergunta que D. Francisco José fez, alto e bom som, sem lhe tremer a voz, por três vezes no fim da sua homília, “Portugal onde estás?” A que se deve acrescentar uma outra: Portugal para onde vais?

III

OS 375 ANOS...

“Tutelarís Regni Nostri”
 (“Protectora do Nosso Reino”)
 “Nossa Senhora da Conceição
 Salvai-nos e Salvai Portugal

Jacultoria em Súplica Mariana

“Ó Glória da nossa terra
 Que tens salvado mil vezes!
 Enquanto houver Portugueses!
 Tu serás o seu amor!”

“Salve Nobre Padroeira”, Cântico Sacro.

“Foi pela Virgem Maria que Jesus Cristo
 Veio ao Mundo, e é também por Ela
 Que deve reinar no Mundo”.

São Luís Maria Grignon de Monfort
 (in “Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima
 Virgem”).

As Comemorações relativas aos 375 anos da Proclamação da Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal encerraram, no dia 27 de Março de 22 (com um ano de atraso por causa da “Pandemia do Covid19”), no Santuário de Vila Viçosa.

Ora, sendo Portugal o único país no mundo, que sendo politicamente uma República tem uma Rainha a coroá-lo, esteve o reino representado pelo Presidente da República, o Herdeiro do Trono e o Comandante dos três braços armados do Reino e putativos continuadores das antigas ordens militares portuguesas (Cristo, Santiago e Avis), de saudosa memória.

O povo faz sempre falta, mas como anda transviado do que é realmente importante e do seu interesse, não chegou sequer para encher completamente a Igreja.

Igreja – agora como Instituição de Cristo na Terra – essa sim, esteve presente em peso, com muitos Bispos e Arcebispos, que organizou a cerimónia religiosa, presidida pelo Presidente da Conferência Episcopal, S. Ex^a Reverendíssima D. José Ornelas.

Esta comemoração tendo um significado político, social, religioso e nacional, destaca-se sobretudo pelo seu carácter imanente e sobrenatural (ou transcendente), por ter a Santíssima virgem, Mãe de Deus, como figura central.

Central por o Poder Político de então representado pela Majestade do Rei Senhor D. João, o quarto, (depois de ratificado em cortes pelos três braços do Reino – Clero, Nobreza e Povo), ter querido abdicar do símbolo da sua realeza na Coroa Real – o que aconteceu a 25 de Março de 1646 - e era extensivo aos seus descendentes, em favor

da Rainha do Céu, que agora passava também a ser Rainha Coroada da Nação Portuguesa.



D. João IV, responsável pela proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Rainha de Portugal.

• • • •

O que todos os Reis oriundos da Sereníssima Casa de Bragança, cumpriram até ao infausto fim da Monarquia em Portugal. O que também não foi posto em causa pelo Regime Republicano mesmo nos piores momentos do seu fanatismo laico, representados pela celerada corja jacobina do Dr. Afonso Costa.

Central, ainda, por ter sido em Portugal que, em primeiro lugar, a natureza teológica da Imaculada Conceição (Concepção) mais se impôs ao mundo, sendo mui antiga precursora do Dogma da Igreja, que só foi firmado, em 8 de Dezembro de 1854, pela Bula “Ineffabilis Deus” do Papa Pio IX, se impôs em toda a Cristandade Católica.

Finalmente por ser corolário de, desde tempos imemoriais (anterior à nacionalidade) se chamar a Portugal, “Terra de Santa Maria”.

E bom seria que a grande maioria das mulheres portuguesas voltasse a ter Maria no seu nome, ao invés de termos cada vez mais impronunciáveis e outros que

nada têm a ver com a matriz cultural portuguesa. A data foi considerada de tal forma importante pela Igreja que, numa iniciativa singular, decidiu reunir no Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – mandado construir pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que subiu aos altares, pela mão do Papa Bento XVI, como São Nuno de Santa Maria, em 26 de Abril de 2009 – as três coroas dedicadas a Nossa Senhora, existentes em Portugal: a Coroa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de autor desconhecido do século XIX, (a coroa primitiva oferecida por D. João IV desapareceu); a Coroa de Nossa Senhora da Conceição do Sameiro, cujo autor foi Roque Gameiro, em 1904 e a Coroa de Nossa Senhora de Fátima, elaborada pela Casa Leitão e Irmão (antigos joalheiros da Coroa, em 1942).

Não quis ainda o Santo Padre, Papa Francisco, de se associar a esta jubilosa comemoração, enviando mensagem escrita, em 13 de Março e lida pelo Núncio Apostólico, em Lisboa, Arcebispo D. Ivo Scapolo.

Nela fez uma curiosa referência ao Rei D. Sebastião, no sentido em que este teria também tido uma atitude de referência à Mãe do Céu, subalternizando os títulos terrestres.

Não deixa de ser curioso ainda notar a relação havida entre aquele nosso desafortunado Rei com os Agostinhos, de que um dos mais antigos conventos existentes se situa justamente em Vila Viçosa e onde na véspera, tinha culminado uma procissão e onde se oficiou missa presidida pelo enviado especial do Papa, Arcebispo Salvatore Fisichella, Presidente do Pontifício Conselho para a promoção da Nova Evangelização.

Talvez um dia se possa conhecer a documentação existente no arquivo do Vaticano relativa ao desaparecimento do “Desejado” na Batalha de Alcácer Quibir e período subsequente. Faria certamente luz sobre muitas questões em dúvida até hoje. Talvez a mão que escreveu (certamente) o texto que o primeiro Papa Jesuíta assinou, nos possa vir a tal ilustrar no futuro.

Até lá e por tudo o que por cá se passou nestas cerimónias comemorativas se pode ter a noção de que os efeitos da revolução liberal/maçónica/jacobina iniciada, em 24 de Agosto de 1820, na “Cidade Invicta”, ainda se fez sentir na sua quase plenitude.

Não é, pois, apenas a Ucrânia e a Rússia que requerem a consagração ao Imaculado Coração de Maria.

E só espero que a Senhora Nossa, não se tenha arrependido de ter vindo a Fátima.

IV

VILA VIÇOSA: TERRA DE PEREGRINAÇÃO

“Seja assi, senhora, seja assi; e eu vos prometo
Em nome de todo este Reyno; que elle agradecido
Levante um tropheo a Vossa Immaculada Conceição,
Que vencendo os séculos; seja eterno monumento
Da Restauração de Portugal”.

Frei João de S. Bernardino

(Sermão do dia 8 de Dezembro de 1640).

De novo, a 8 de Dezembro - antigo “Dia da Mãe” - se comemora no calendário litúrgico o Dia da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, que em Vila Viçosa toma contornos peculiares, por se ter tornado Terra de Peregrinação.



Nossa Senhora da Conceição no Santuário de Vila Viçosa



Tal deve-se a que nesta castiça e importante Vila do

Além-Tejo existe um Santuário dedicado à mãe de Jesus mandado construir pelo Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que encomendou em Inglaterra (quando esta ainda não se tinha desviado do caminho do Bem), uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, que ainda hoje repousa sob o Altar-Mor; e por, em 1646, o Rei D. João IV, ter coroado Nossa Senhora da Conceição, Rainha de Portugal, fazendo com que, desde então, nenhum monarca português tenha usado coroa (a não ser no acto da coroação), em acção de graças por se ter restaurado a Coroa de Portugal, num português de origem, voltando-se assim a ter novamente uma dinastia portuguesa, o que a dinastia Filipina (dos Habsburgos) tinha interrompido.

Este voto nunca foi quebrado, virando tradição até à infausta queda da monarquia ocorrida no fatídico e lutuoso dia, 5 de Outubro de 1910.

A I República de cariz jacobino, maçónica e ateia, tentou destruir todos os valores subjacentes, os quais, porém, não esmoreceram na alma da maioria da população, que nunca deixou de peregrinar ao Santuário da sua devoção.

Hoje, este acto é um dos já poucos que restam do “Portugal antigo e profundo”, que enformavam a matriz cultural da velha Nação Portuguesa.

Reminiscências que são olhadas, com desamor, indiferença e até repúdio, por grande parte da actual sociedade portuguesa eivada de viciosas práticas e atravessada por ideias abjectas que nada têm a ver com a velha casa lusitana.

São-lhe até blasfemas, insultuosas e subversivas.

Sem embargo, ainda convergem em Vila Viçosa, a 8 de Dezembro, uma cópia razoável de portugueses crentes e patriotas; a população da Vila, através das suas “forças vivas” ainda se mobiliza para o evento, que conta com a prestimosa colaboração de bombeiros, banda de música, escuteiros e da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, que tem a seu cargo a manutenção do Santuário e a preservação das suas tradições e culto.

O Arcebispado de Évora também não deixa os seus créditos por mãos alheias.

Delegações de estudantes da Universidade de Évora marcam presença e honram a procissão com a deposição

das suas capas no átrio da Igreja/Santuário.

A procissão abre com um andor do Grande Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, hoje São Nuno de Santa Maria - a quem Portugal muito deve a sua existência - e percorre as principais artérias e praças da Vila que se encontram engalanadas com colchas nas janelas (e já se viram mais...), que estão cheias de gente (nem todos porém se comportam como participantes, mas como simples observadores). E é curioso ver no Santuário e na procissão um número elevado de africanos de tez negra, seguramente nacionais oriundos dos portugueses territórios ultramarinos que, em funesta hora, uma catastrófica "ventania histórica", nos levou.

Eles também eram verdadeiros portugueses por integração e assimilação, que uma lenta comunhão de séculos ia promovendo. Não havia (nem haverá) nada no mundo que se lhe pudesse assemelhar.

A meio do percurso da procissão, juntam-se à mesma, os peregrinos que se deslocam a cavalo ou em charrete, encabeçado por militares do Regimento de Cavalaria 3, aquartelado em Estremoz (cidade que sempre foi praça-forte e bastião de defesa da fronteira), em representação do Exército.

O culto, devoção e importância da Senhora da Conceição levou o Rei, Senhor D. João VI - monarca injustamente vilipendiado e em muitos casos mal aferido, que mãos ainda hoje desconhecidas, assassinaram (tudo leva a crer), em 1826 - decidiu fundar uma Ordem Real, dinástica, em 6 de Fevereiro de 1818 (dia da sua

Aclamação), estando no Rio de Janeiro, a que deu o nome de Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que ainda hoje existe, no seio da Casa Real Portuguesa, e que se faz representar nas cerimónias participando na peregrinação e marcando presença na procissão e na Santa Missa, que se lhe segue.

Por esta ocasião a Real Ordem (que é tutelada pelo herdeiro da Coroa Portuguesa D. Duarte Pio de Bragança, e Grão - Mestre da mesma) oferece, além de um óbolo ao Santuário, uma moeda de ouro, réplica daquela que o segundo filho de D. Maria I mandou cunhar aquando da fundação da mesma.

Longa vida à Peregrinação de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que se realizará enquanto restar um português: Hossana, Hossana, Rainha de Portugal; Hossana, Hossana, Virgem Maria, assim reza o cântico.

E que o Dia da Mãe (a Mãe como fonte de vida) volte a ser neste dia, o que nunca devia ter deixado de acontecer, apesar da consideração ponderosa apresentada pela Igreja.

"Salve, nobre Padroeira
Do teu povo protegido
Entre todos escolhido
Para o povo do Senhor".

De todo o Reino como preito de homenagem e vassalagem à Mãe do Céu.
É urgente Aportuguesar Portugal.

V

O DIA DA IMACULADA OU A LUSITANA ANTIGA LIBERDADE

"E vós ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade;
Vós, o novo terror da maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande".

Camões, Lusíadas, Canto I, 6.

Como é tradicional, no dia 8 de Dezembro, Portugal comemora o Dia de Nossa Senhora da Conceição, que já foi "Dia da Mãe" e devia continuar a ser.

Os maiores eventos decorrem em Vila Viçosa, Arquidiocese de Évora - cidade, onde "estranhamente" não existe uma única iluminação de Natal.

Lá encontrámos o que resta de Portugal.

Devoção antiga, homenagem à nossa Mãe do Céu e Rainha; "Clero, Nobreza e Povo" juntos e em comunhão; ricos, pobres e todos os mesteres misturados.

Muita gente na rua. Gente que trata do campo, dos animais e da natureza, o convívio telúrico com a terra.

À frente da procissão, o Grande Nuno, Condestável do Reino (isto é, o Comandante do Exército) Beato e Santo. Construtor do Santuário, braço forte às armas feito; audaz e refletido, "Alma pura e bela", no dizer de Afonso Lopes Vieira, "que nos livrou do Leão de Castela";

Patrono da Infantaria Portuguesa.

O andor da “Imaculada”, imponente e humilde, vai a meio, acompanha-o S. Excelência Reverendíssima, o Bispo das Forças Armadas e Segurança, D. Sérgio Dinis que, em boa hora, debuta nestas andanças. Pelo meio as forças vivas da terra, autarquia, bombeiros, escuteiros, banda filarmónica. Em filas de dois, caminham os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e os da Real Ordem dos Cavaleiros de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, fundada, em 1816, pelo Rei Senhor D. João VI, estando no Brasil.

O actual Grão-Mestre da Ordem e Herdeiro da Coroa Portuguesa, D. Duarte Pio de Bragança incorporou-se na procissão juntamente com membros da sua família.

A GNR está toda na rua garantindo a segurança e a ordem pública. Assim deve ser.



Fiéis reunidos na celebração de 8 de Dezembro em Vila Viçosa.



O povo da vila e das redondezas costuma juntar-se em grande número, as ruas aparecem engalanadas com colchas, reza-se o terço e dá-se graças, que são sempre poucas, dado o desnorte em que quase sempre andamos.

No regresso à Igreja – sua morada – a Rainha por nós coroada, como de Portugal, é esperada por um conjunto de estudantes que fazem das suas capas, tapete, para tão excelsa imagem.

A Santa Missa culmina este dia do calendário litúrgico e feriado nacional. Nela se incorporou também, o que saudamos, o actual CEMGFA General Nunes da Fonseca.

E se os feriados não forem comemorados eles perdem a razão de ser e não se justificam. Um feriado serve para comemorar o (s) evento (s), que o justificam, não é para

ser encarado como um dia de lazer.

O Senhor D. Duarte Pio na sua mensagem referente ao último dia 1.º de Dezembro – onde mais uma vez quem comemorou a data (também ela um feriado que não devia ser de lazer) falou de tudo menos do significado da mesma, como se houvesse vergonha em o fazer, ou existisse algo mais importante para explanar – referiu a necessidade de voltar à Monarquia, está na hora, afirmou.

Só me resta estar com ele e para tal deve ser (bem) preparado um referendo onde tal mudança possa ser decidida, ultrapassando dessa forma o artigo (inqualificável) da Constituição da República que obriga à sua revisão na sua forma republicana.

Ou será preciso fazer um golpe de estado usando de violência como foram os lamentáveis eventos ocorridos em 5 de Outubro de 1910, que roubou o futuro aos portugueses?

Tudo tem de ser mudado politicamente em Portugal.

A Constituição da República está eivada de erros e, por isso, não presta; os Partidos Políticos também não prestam e deviam acabar, ou serem profundamente remodelados (Portugal, aliás, governou-se durante 750 anos sem partidos políticos e esteve sempre melhor – inclui o Estado Novo); Portugal tem de ser inteiro, não “partido” e tem que ter um conjunto alargado de máximos divisores comuns. De outra forma nenhuma sociedade se sustenta.

As revoluções são malsãs, viva a contrarrevolução; fora com os modelos estrangeiros acriticamente importados; não precisamos de ideologias, a nossa ideologia é a de sermos livres e independentes; nenhuma ideologia serviu até hoje para nada a não ser para arranjar divisões, descatos e guerras.

A matriz cultural portuguesa ficou formada, basicamente a partir do reinado de D. Dinis, desde então tudo o resto tem de ser integrado com critério, sem desfazer a coesão e a idiossincrasia nacional. A individualidade resulta da identidade. Nós não somos “inclusivos”, nós somos “exclusivos”!

Nós, os portugueses, humanizámos outros, pelo que ninguém nos coloniza a nós.

Esta a principal razão para que a permanência de estrangeiros no nosso país seja mínima, do mesmo modo que a atribuição de nacionalidade portuguesa o deve ser por excepção e quase como honra.

A religião da maioria esmagadora dos portugueses desde o início da nacionalidade foi a Cristã, de cunho humanista e durante cerca de 200 anos influenciada pelo chamado “Culto do Espírito Santo” (que basicamente durou entre o tempo da Rainha Santa Isabel e o estabelecimento da Inquisição/Concílio de Trento).

Não temos nada contra outras religiões, mas não queremos ser ameaçados por seus agentes. Ou, já agora, por ateus militantes (sejam ateus – graças a Deus – mas não chateiem). Que isso fique bem claro. O Estado pode ser laico, mas a Nação não o é (o Estado representa a Nação, não o contrário).

Por isso não ficaria mal equacionar-se restaurar as três antigas Ordens Militares Religiosas Portuguesas: a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo; a Ordem de Santiago da Espada e a Ordem de S. Bento de Avis, de saudosa memória. Os cristãos andam a ser perseguidos em todo o mundo. Isto não é nem nunca foi, a feijões.

As Forças Armadas ainda não recuperaram das profundezas em que se deixaram cair a seguir ao 25 de Abril e até ao 25 de Novembro: o seu dever é sempre o de defender a Nação e garantir a unidade do Estado; pois fizeram exactamente o contrário.

Há 50 anos a esta parte ninguém governa o País em termos portugueses, e todos o roubam, nacionais e estrangeiros.

O país está desarmado e sem o mínimo de Segurança e não tem desígnio nacional. Navega sem rumo e sem leme. Só pensa em fazer negócios onde se ganhe dinheiro. E a Moral e a Ética passaram a ser “relativas”.

A Economia não é um fim em si mesma, mas apenas uma ferramenta de uma Estratégia, ao serviço de um desígnio político. À sua esquerda caminham as Finanças e à sua direita a lei e a decência. Não há maneira de se querer perceber isto.

É preciso ilegalizar tudo o que seja antinacional ou tenha carácter globalista.

É urgente reaportuguesar Portugal. Como dizia Junqueiro, “da mera comunhão de estômagos não resulta uma Pátria, resulta uma pia”.

Estamos, por tudo isto, cada vez mais, resumidos a uma pia.

A peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – a Imaculada – antes de o ser, é uma das poucas manifestações que nada têm a ver com a pia, de Guerra Junqueiro.

Um povo que tenha a coragem de ser pobre (e honrado) é invencível.

Haja Deus, e vergonha na cara.



* Este artigo resulta da compilação de vários textos do autor sobre a Nossa Senhora da Conceição publicados entre 2018 e 2025.

** Oficial Piloto Aviador (Ref.)



Como poema ou Águia... História para os Anjos! (Capriccio)

Annabela Rita *

*[...] não é certo que o pensamento mítico tenha sido abolido
[...] Ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente
modificado [...] e o mais curioso é que ele sobrevive,
sobretudo na historiografia.*

Mircea ELIADE
Aspectos do mito,
Lisboa, Edições 70, 1989, p. 27.

Era uma vez um Rei(no)...

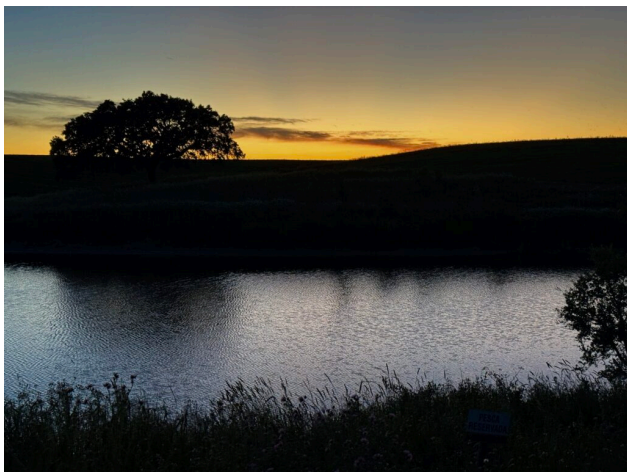
... que “nasceu como poema” (Manuel Alegre) ou Águia (Jaime Cortesão).

Um enigma (Francisco da Cunha Leão), um problema (Pedro Calafate), insólito e prodigioso (Gregório de Almeida, Joaquim Fernandes), um tesouro (Gilbert Durant), um (contin)ENTE a “cumprir um destino” (Raphael Baldaya, André Coyné) codificado em horóscopo (António Telmo, João Medeiros), com *Chave dos Profetas* e *História do Futuro* (António Vieira), com “evangelho” próprio (Fernão Lopes, Manuel J. Gandra), “bíblia” dos feitos (*Os Lusíadas*) e da decadência (*Pátria*), com “apocalipse” (*Mensagem*) que o revela obra alquímica (*Brasão/Nigredo*; *Mar Português/Albedo*; *Encoberto/Rubedo*) gerando o (Quinto) Império do Sol por ciclos desenvolvida (António Telmo, Manuel J. Gandra). Entre “razão e mistério” (António Quadros).

... que ainda o não era...

*Era um país ainda por dizer
e uma flauta cantava. Nos salgueiros pendurada
ou na palavra. Uma flautaa tanger
a língua apenas começada. Subia
pelo nervo e pelo músculo
como quem assobia no acento agudo
e no esdrúxulo. Algures por dentro
do país mudo. Uma flauta floria
sôbolos nomes que vão
para nenhures. Algures
contra o vento. Com seus cântaros
e alegrias suas câmaras
da memória. Uma flauta ainda
sem história. Chamavam por ela
os antigos e os apelos ecoavam.
Uma flauta com sua estrela
no alto dos seus castelos em suas altas
escarpas. Nos salgueiros velhas harpas
perguntavam: onde nos levas?
Algures
no país das trevas.
Sôbolos verbos que vão
para nenhures.*

Manuel Alegre



Herdade da Lobeira, Lavre, Montemor-o-Novo



... finisterra ou fim do mundo continental onde os mitos se embriam do adormecer do Sol e dos deuses, do repouso de Hércules e, depois, de S. Vicente velado pelos corvos e do encontro entre terra e mar (José Eduardo

Franco) vindos do oriente (Gilbert Durant, Lima de Freitas), transmutados na viagem, como nova Vénus que a concha levou até Paphos (Chipre), onde tem o santuário. Terra de mistérios (Paulo Loução), misterioso (AA. VV.), com uma história oculta(da)/secreta (António Telmo) e um destino em carta natal (António Telmo, João Medeiros).

O Cavaleiro era Henri(que), na Borgonha nascido, que, na raia luso-galega, teria visto/recebido a “Esmeralda de Lúçifer”/“Pedra da Luz” (*Lapis Exilis, Lapis Exillis* ou *Lapis ex coelis*), quiçá o Graal-pedra, sinal de revelação e da linhagem destinada a fundar um novo reino espiritual e temporal no cabo da Europa[1], unindo o “coração” da Europa (Borgonha e, quiçá, essa Hungria a que o liga João de Barros[2]) à sua “cabeça”, como Ourique confirmará.

Sinais, afinal. Da transferência do eixo místico da Europa para o ocidente ibérico (*translatio imperii*), onde Portugal seria indicado como *Peanha* ou o *Trono do Graal*, geograficamente, “cabeça da Europa” (Johannes Putsch, Sebastian Münster, António Vieira, Fernando Pessoa). E do cruzamento cultural, na fugaz tomada de Sintra

(1109), monte sagrado, das tradições do Oriente/Islão (Vaso Djin ou *Ginn*) e do Ocidente/Cristandade (Graal), tornando-o centro geográfico da “Tradição das Idades” que ilumina a Esmeralda-Graal.

Sinais na *Finis Terrae* entre o conhecido e o seu contrário, para onde o iniciado fora incumbido de transportar e restaurar a “Razão do Segredo”, da gnose, tornando-o laboratório para a transição da “Idade do Filho” (a lei e o dogma de Roma) para a “Idade do Espírito Santo” (a liberdade e a gnose), segundo Joaquim de Fiore. Aí, a convergência entre as energias telúricas da Europa e as oceânicas do Atlântico teria gerado a “Obra Alquímica” da nacionalidade portuguesa...

Precede-o a gesta da família Gellone/Guilhelmides (*Gesta de Garin de Monglane*, sécs. XIII-XV), os lendários “Reis do Graal”, onde se destaca o heróico filho Guilherme de Orange, Conde de Toulouse e Duque da Septimânia, com direito próprio (*Gesta de Guilherme*, parte da anterior), que se tornou Santo na Abadia de Saint-Guilhem-le-Désert (originalmente, Gellone), que construíra em 804. Seria ele, segundo alguns, o Kyot de Provença (Guiot), fonte da história fabulosa, o cavaleiro-monge “Guardião de Relíquias” (referência ao fragmento da Vera Cruz dado por Carlos Magno guardado na sua Abadia?). Ou seria o Príncipe judeu-cristão de sangue real davídico. Ou, ainda, Pelles, o Rei Pescador, identificados na “ferida” (Guilherme no nariz, o Rei Pescador na coxa), na guarda da relíquia (Abadia de Gellone vs. Castelo de Corbenic) e na cavalaria espiritual (militar que se torna eremita).

Subtil alusão a isso se inscreve na célebre janela de Tomar, cuja estrutura lembra um cálice sobre as raízes de coral e os troncos de carvalho simbolizando a linhagem de Garin de Monglane (o patriarca da família) e do Conde D. Henrique (o do ramo portugalense) que subiu das profundezas da terra para florescer em pedra.

Na névoa lendária, emoldurados pela janela, insinuam-se insuspeitados paralelismos.

Guilherme de Gellone e o Conde D. Henrique assemelham-se como “Cavaleiros Estrangeiros” que vêm para organizar e defender uma fronteira crítica como “escudos” da Cristandade: o primeiro, nomeado por Carlos Magno para a Marca Hispânica (a fronteira dos Pirenéus) a fim de travar o avanço muçulmano; o segundo, por Afonso V, com a missão específica de ser a “vanguarda” contra os Almorávidas no Condado Portugalense. Ambos parentes próximos dos seus reis (Guilherme, primo de Carlos Magno; D. Henrique, genro e aliado de Afonso VI) e alicerces das suas próprias Dinastias “Insubmissas”. Ambos marcados pela mística religiosa de cavaleiro-santo, cujo modelo dominou até ao

clímax do Condestável/Galaaz Nuno Álvares Pereira, “S. Portugal em Ser” portador da nacional Excalibur, cruciforme e unvida entre as inscrições “Maria” (de um lado) e “IHS” (Jesus, do outro), forjada pelo Alfageme de Santarém (Fernão de Bragança) conforme novela garrettiana (*O Alfageme de Santarém*, 1842), evocadora, mas diferente, da original afonsina, bélica e fundadora, embora também lendário penhor da independência de Portugal e da sua invencibilidade relativamente a Castela.

Entre Guilherme d’Orange e Afonso Henriques as semelhanças estão, também, na fundação da identidade familiar, colectiva e territorial alicerçada na autonomia política relativamente a poderes superiores (os Francos no caso de Guilherme; o Reino de Leão e Castela no de Afonso) e legitimada na Cruzada.

Renovar-se-ão paralelismos entre os filhos de Garin de Monglane (da matéria épica de França), os do seu neto Aymeri de Narbonne e os da Ínclita Geração (de D. João I e D. Filipa de Lencastre), “fraternidades de eleição” aproximadas na imagem de coesão, no ideal da “errância” da cavalaria e na diversidade (“especializada”) de destinos/missões prestigiando as suas casas reais e a cristandade, em geral.

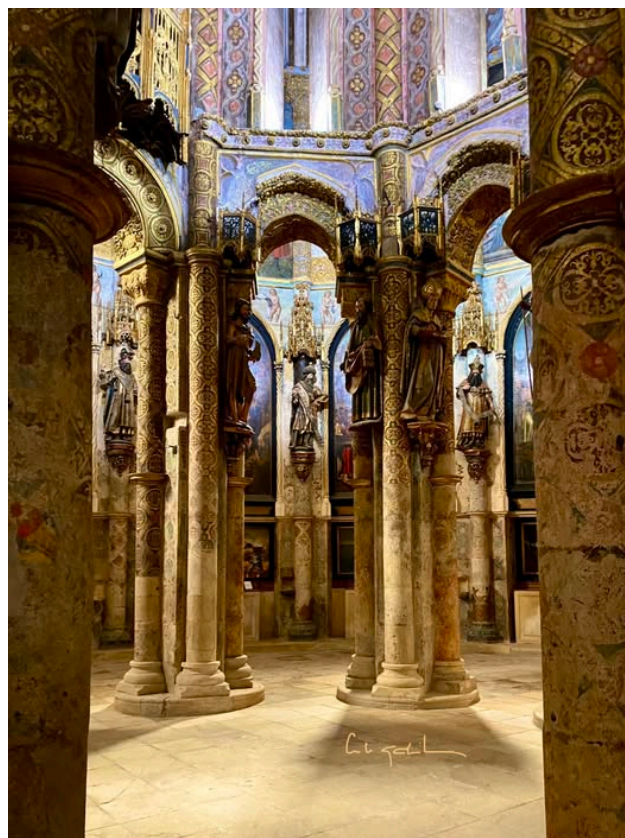
Os quatro filhos de Garin de Monglane (Hernaut, Girart, Renier e Milon) dispersaram-se pela Europa destacando-se na guerra, na governação e na fundação de linhagens, como acontecerá com os de D. João I, entre a coroa (D. Duarte), a navegação (D. Henrique), as “Sete Partidas” (D. Pedro, o centro da Europa (D. Isabel) e Tânger (D. Fernando). Mas será entre a prole de Aymeri de Narbonne, neto de Garin, e a Ínclita Geração que os paralelismos se aprofundarão: Guilherme de Orange e o Infante D. Henrique (visionários); Bernart de Brabante e o Infante D. Pedro (político/administrador); Aymer le Chétif e o Infante D. Fernando (sacrifício/ascetismo); Guibert d’Andrenas e D. Duarte (Rei/Herdeiro de Responsabilidade); Blanchefleur e Isabel da Borgonha (diplomacia/estratégia); os “Guerreiros de Fronteira” (Garin, Hernaut e Beuve, por um lado, e os Infantes D. João e D. Afonso, por outro).

Seriam homem e Reino portugalenses guardiões do Graal, que reclamava, além da guarda militar, um duplo cofre: um reino (*Portus Cale, Portogral, Porto-Graal*) e um templo (a Charola de Tomar), condestáveis (de Afonso Henriques a D. Nuno Álvares Pereira, o “Galaaz do Carmelo”) e “símbolos espectaculares”[3] (como as visões do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques, ambas anunciando o Reino, a linhagem e a missão).

Tudo isso num retângulo áureo (do Minho ao Tejo, depois, estendido até ao Algarve)[4] “ressoando” a

espiritualidade e dominado por um triângulo cujos vértices lhe esboçam a vida (Sintra-Monte da Lua [Passado/Iniciação]; Tomar-Centro [Presente/Ação]; o ponto síntese Mafra-Monte de Al-Kântara/Lugar do Verbo [Futuro/Concretização]) alinhada com telúricas correntes energéticas (Linhas Ley). Lugar do divino e céltico Lugh e do mítico Luso onde o bíblico Tubal aportaria (Setúbal) e o homérico Ulisses seria acolhido pela serpentina Ophiussa. Lugar, também, onde Viriato teria erguido a bandeira lusitana com o simbólico dragão verde (ou a Serpe simplificadora) com pés de leão (fortaleza), asas de águia (sabedoria e velocidade) e a cauda de serpente (astúcia, estratégia e vigilância)... ainda hoje inscrito na heráldica do Porto, cuja cor se reflecte na bandeira nacional e cuja forma se fez rio (Odeleite), sinete de uma identidade com hino esotérico[5].

Portugal seria, pois, um corpo cujo umbigo/*omphalos* é Tomar, centro geométrico e místico, onde a Charola, coração do convento, se ergue segundo medidas (diâmetro, altura, número de colunas) de múltiplos de 8 (o 8º dia) e 16, concretizando a transição entre o quadrado (Terra) e o círculo (Céu), posicionada num ponto onde as coordenadas geográficas (em segundos e minutos) revelam números sagrados associados à tradição hebraica e cristã. E a Charola seria o local onde o “conhecimento” simbolizado pela pedra de Lúcifer teria sido guardado e ritualizado para activar a ligação terreno-divino, associando-lhes a união das linhagens reais europeias na protecção dos mistérios do Graal sinalizada pela Ordem da Jarreteira na Janela. Uma ligação transitando da velha Cúpula do Rochedo (Jerusalém) para a nova Charola (Tomar), onde a Ordem do Templo se transformará em Ordem de Cristo, numa renovação...



Convento de Cristo, Tomar



Um Portugal-corpo espelhando o céu, com 7 centros espirituais (Chakras da Nação) correspondendo aos 7 planetas da astrologia/astronomia clássica e às suas respectivas energias: Sintra (Monte da Lua), o centro da intuição, do passado e das águas, a matriz feminina e a preparação iniciática; Arrábida (Setúbal), de Vénus, do Amor-Sabedoria, da beleza e da harmonia espiritual; Tomar (Ribatejo), do Sol, “umbigo telúrico”, centro da Vontade e do Poder Espiritual (Ordem do Templo/Cristo); Serra da Estrela, de Saturno, centro da Lei, do Rigor e da Tradição Ancestral; Serra de Monchique (Algarve), de Marte, com a força da ação; Serra do Gerês (Norte), de Mercúrio, da comunicação, da inteligência e do movimento fundador da nacionalidade (Guimarães/Braga); Mafra/Lisboa, de Júpiter, centro da Expansão e da Glória do Reino (v. Palácio-Convento de Mafra como símbolo da síntese final e do Quinto Império).

... mas que o foi...

... pela espada do Filho, Afonso, baptizado na capela de S. Miguel Arcanjo (Igreja de S. Miguel do Castelo, em Guimarães), miraculosamente curado em criança e ajudado pelo(s) Anjo(s) em batalha (Ourique), como lembra a Ordem de S. Miguel da Ala, personalidade a quem a Mãe, Rainha antes do Reino, teria transmitido a Esmeralda-Graal (quicá inscrustrada na espada) e o legado da aliança crística com promessa do Reino futuro.

Em 24/6/1128 (Batalha de S. Mamede), dia de S. João Baptista, Solstício de Verão com patrono dos Templários que por cá andariam já.

Ou em 25/7/1139 (Batalha de Ourique), dia de S. Tiago Maior (Santiago), mês associado à estrela Sírio (a mais brilhante e central na geometria sagrada egípcia e templária), ligando o acontecimento a uma “linha de [Pedra de] luz” espiritual desde a visão de Constantino da ponte Mílvia no Tibre (Roma, 28/10/ 312). A cruz luminosa junto ao sol com as palavras “*In hoc signo vinces*” (gr. *ΕΝ ΤΟΥΤΩ ΝΙΚΑ*) que Cristo dirigirá, séculos depois, a D. Afonso Henriques em Ourique numa Nova Nova Aliança fundadora de novo império a haver liderado pela sua linhagem especial que lhe levaria o nome às mais estranhas e longínquas gentes: “*Volo in te e in semine tuo fundare imperium meum*” (Quero em ti e na tua descendência fundar o meu império). Sob directa soberania divina, ao monarca assim investido de função sacerdotal também é concedido um brasão, objecto de meditação e talismã de protecção (Paulo Loução, João Medeiros), transmutando história (os reis vencidos) em símbolo (as chagas de Cristo) numa disposição dos elementos ligada à simbologia da redenção e à quintessência (prefigurando o cinco o Quinto Império).

Foi o momento de revelação plena e de confirmação ao Filho de Henrique e ao mundo do que fora anunciado ao Pai com a Esmeralda (missão ou profecia?). Afonso, *Dux* bélico “alçado” Rei por Cristo e pelo seu Povo e cuja linhagem borgonhesa incluía Bernardo de Claraval e derivava da capetiana e da carolíngia, com a merovíngia em cintilante ponto de fuga... *Era a Hora!* Da afirmação e da revelação do plano divino, justificando a trajectória nacional *na nova ordem das coisas do mundo* (parafrazeando o título garrettiano de 1830).

Na verdade, a cristofania de Ourique foi um episódio de ouro na galeria de outros europeus que foram caldeando uma identidade da “Cristandade” e das suas declinações nacionais: a fundação de Roma por Rómulo e Remo (21/4/753 a. C.); Tolbiac (496?), contra os Alamanos, conduzindo Clóvis à conversão e ao Baptismo por S.

Remígio (Natal/496?); as 12 vitórias do rei Artur contra os saxões (séc. V ou VI); Covadonga (722), contra os Muçulmanos, em que Pelágio é protegido pela Virgem Maria; a conquista de Valência por El Cid (Rodrigo Díaz de Vivar) em 15/6/1094; a fundação da Suíça no Pacto Federal (1/8/1291) por lendário Guilherme Tell (associando-lhe o simbólico tiro com a besta em Altdorf em 18/11/1307, o derrube dos tiranos Habsburgos em Janeiro/1308 ou com a sua morte a salvar uma criança em 1354); a Resistência de Krujë (1443–68, Albânia) contra os otomanos assegurada por Skanderbeg/Gjergj Kastrioti, “Atleta de Cristo”; a Batalha de Viena (1683), “salvação da cristandade”, de Jan III Sobieski da Polónia, o “Leão de Lehistan”, à frente dos Hussardos Alados, contra os otomanos, o que lhe valeu o epíteto de “salvador de Viena e da civilização europeia ocidental”; etc.. Senda a que não faltam, aliás, derrotas famosas como a de Roncesvalles (778), dos Pares de França, com a morte do heróico Rolando, “sobrinho” de Carlos Magno (*La Chanson de Roland*). Episódios de crise pelo confronto com um inimigo poderoso e onde a excepcionalidade heróica é sagrada por deus, pelo destino e pela virtude.

Em 5/10/1143, em Zamora, Afonso VII de Leão e Castela reconhece a independência de Portugal e D. Afonso Henriques como Rei sob sua vassalagem imperial, tornando-se este, de seguida, vassalo directo do Papa através da carta *Clavis Regni* (13/12/1143) com oferta de tributo (4 onças de ouro anuais), que o Papa Lúcio II aceita na sua *Devotionem tuam* (1/5/1144), tratando-o como *ilustre Duque*.^[6]

E, em 23/5/1179, por fim, a bula *Manifestis Probatum* do Papa Alexandre III será a certidão institucional do que já estava feito: o reino de Portugal.

Nos selos-sinais rodados afonsinos, Rei e Reino fundem-se (v. cartas de doação e/ou de aforamento reais de Sintra, do Reguengo de Colares e de Ceras) numa geometria circular ou rectangular por onde se distribui “*Porto-Gr(a)al*”/“*Por-Tu-Gral*”, insinuando-os como *Trono do Graal*. E o Arcanjo S. Miguel, Príncipe das Milícias Celestes, orago de D. Afonso Henrique, ter-se-ia manifestado em Ourique (segundo algumas versões da lenda, em embaixada anunciando a cristofania) e na tomada de Santarém, onde chefou as forças angélicas, facto celebrado pela Ordem de S. Miguel da Ala (1147), dinástica portuguesa, directamente ligada à pessoa do Rei e à sua linhagem.

Enfim, em 14/8/1385, Aljubarrota replica a vitória fundadora com um Condestável, D. Nuno Álvares

Pereira, sob mariana protecção, e um Grão-Mestre feito Rei (D. João I). Aviz/sinamente. Instituinto uma corte artúrica, graálica[7], uma nova Távola Redonda em torno de João-Artur e de Nuno Álvares-Galaaz, com D. Afonso Henriques-Perceval (busca inicial e fundação) em ponto de fuga e um futuro e ainda só sinalizado D. Sebastião-Rei Pescador (no enfraquecimento da “ventura” na 17ª geração da linhagem).

Aviz/s assegura a passagem da linhagem de sangue para a linhagem de espírito restauradora da ordem do mundo (*renovatio*) após o “nevoeiro” da Crise de 1383-85 e a prova/vitória de Aljubarrota e sob o signo da cruz verde de Avis (viva, não sacrificial, regeneradora) do rei ponte (*pontifex*), eleito e aplaudido pelo povo, mediador, ordenador, associado ao “cavaleiro-santo” (Nuno Álvares Pereira). Inflecte a viagem para o mar, abrindo-se à universalidade dos Descobrimentos. E inicia a missão do mar-conhecimento.

... mas ... e avançou além-mar... que o foi...

A esmeralda de Lúcifer (pedra de Luz ou conhecimento esotérico) que o conde D. Henrique recebera incrustar-se-á na heráldica de Coimbra, celebrando a Rainha do Graal, Isabel de Aragão, intimamente ligada aos ideais de cavalaria e à protecção de correntes espirituais (Templárias e Franciscanas). Rainha cuja virtude e saber promoverão a transmutação matérica pelas rosas e a suspenderão na incorruptibilidade do corpo, sinal da “pedra filosofal”/“esmeralda interior”, da vitória do espírito sobre a decomposição da matéria.

A sua luz brilhará na mandala espiritual (da Ordem) avisina organizada em torno de um centro (D. João I, Mestre e *rex mediator*), com um guardião (Nuno Álvares Pereira, cavaleiro do centro), a sabedoria (Filipa de Lencastre-Sophia, Princesa do Graal vinda das ilhas da névoa), uma estrutura (Ordem de Avis) e uma projecção no futuro (Ordem de Cristo, missão atlântica e Quinto Império). Avis/z como matriz espiritual do novo Portugal, ductilizando a cruz da espada e transformando-a em vela para o mar ignoto. Portugal avisino (« lat. *Avis*, ave), soprado pela eleição comunitária numa refundação promovida pelo voo em direcção ao mar, diversa das homólogas histórias sagradas de fundação: Israel, pelo pacto (Moisés), Roma, pelo sacrifício e perda de Tróia (Rómulo), a Bretanha, pelo enigma (Rei oculto Artur)...

Depois, a esmeralda incrustou-se no anel de outro Henrique, o Infante, que se fixou no *Promontorium Sacrum* (Sagres) onde os deuses dormiam, perscrutando o “Mar das Trevas” e enviando emissários a outro João que não o Baptista: o Prestes João das Índias que na Etiópia se revelou, afinal, descendente dos bíblicos amores da Rainha do Sabá e do Rei Salomão. Orientar-nos-á para ele o mapa das *Maravilhas do Mundo* de Marco Polo que o Infante das Sete Partidas traz de Veneza, “fund[ando] glória e grandeza” (Sophia de Mello Breyner Andresen) em via assombrada pela sua morte em Alfarrobeira (1449). E as naus-“igrejas” abrem novas

rotas iluminadas pela luz da Pedra (Conhecimento). A espiritualidade plasmada na cruz das velas petrificar-se-á numa última na foz do Tejo: a que o Infante levanta em sacerdotal gesto eucarístico no Padrão dos Descobrimentos, cujo “Cristo” será o Infante Santo D. Fernando. “Num ápice” (Sophia)!

Reflectir-se-á, quiçá, também nas pedras azuis e vermelhas do Tosão de Ouro cuja Ordem (1430), criada por Filipe, o Bom, de Borgonha, homenageará D. Isabel pelo casamento marcando, também, o regresso da casa de Borgonha às suas origens telúricas sob o signo do ideal da “Távola Redonda”. Será o último enlace luminoso das linhagens de Avis e da Borgonha na missão providencial (quase graálica) antes do Renascimento, fraternizadas na evocação greco-latina da Argonáutica (a busca do Velocino de Ouro por Jasão e os seus companheiros). A sua insígnia brilhará no peito do sobrinho João de Portugal, duque de Coimbra, príncipe titular de Antioquia (1433-1457) e filho do ínclito e trágico D. Pedro das Sete Partidas, e, mais tarde, nos do príncipe regente D. João, futuro D. João VI, dos reis D. Carlos e D. Manuel II e do Príncipe Luís Filipe, mas também de S.A.R. D. Duarte Pio, Duque de Bragança.

Ou cintilará mais tarde, no anel (herdado do tio Infante D. Henrique) que Afonso V oferece ao primo Carlos, o Temerário, como símbolo da renovada aliança entre Borgonha e Portugal, aquando das suas pretensões ao trono de Castela. A sua luz extinguiu-se na morte desse novo dono na batalha de Nancy (1477), afundando na névoa a linhagem cavaleiresca “graálica” que ligava a Borgonha a Portugal desde o Conde D. Henrique...



Conde D. Henrique



... saqueado o corpo no campo de batalha, perdida ou escondida[8] a esmeralda[9], leva consigo a mágica protecção/"Sorte" da linhagem e do reino.

E cede o protagonismo à dourada e instrumental Esfera Armilar, mecanismo de orientação e símbolo místico no tempo de D. Manuel I, representando a totalidade do cosmos, mas, no contexto manuelino (de cruzes de Cristo e cordas), sugerindo que Portugal detinha a "chave" ou o "centro" do mundo, como o fizera antes a Esmeralda de Lúçifer.

Será essa luz esmeraldina dourada pela esfera que se

projectará na utopia quinto imperial do espírito (santo) e da paz profetizada popularmente por Gonçalo Anes Bandarra, o sapateiro de Trancoso, teologicamente pelo Pe. António Vieira e poeticamente por Fernando Pessoa: o regresso de D. Sebastião (Desejado-Encoberto) seria, simbolicamente, o momento em que a esmeralda seria recolocada na "testa" da humanidade, activando-lhe a clarividência espiritual. O Romantismo reflecti-la-á nos olhos dessa Joanhina-Portugal enlouquecida pelos ventos da paixão e da história (*Viagens na Minha Terra*, 1864), que Guerra Junqueiro reinventará no Doido-Nun'Álvares Pereira-Portugal (*Pátria*¹⁰, 1896), conduzido pelos mesmos ventos à morte e anunciada ressurreição. Ao fundo, ouve-se a ópera de Donizetti^[11] com D. Sebastião a assistir ao seu próprio cortejo fúnebre e a ser preso e morrer como impostor...

O Portugal dracónico nascido sob o signo poderoso da Águia (Império Carolíngio, Borgonha e Sacro Império Romano-Germânico, mas também bizantina)^[12], transmuta esse símbolo imperial na Pomba (*Avis*/Espírito Santo) da fraternidade universal e missão espiritual, voando além-mar e afundando-se nele (*A Morte da Águia*, 1910) para promover a sua *demanda* pela navegação... com *esmeraldino* *guia de situ Orbis* (1506) que Duarte Pacheco Pereira ofereceu à modernidade, substituindo o de Pompónio Mela (*De Situ Orbis* ou *De Chorographia*, 43-44 d.C.).

Tragicamente perdidas as suas espadas unguidas^[13], uma na tragédia de Alcácer-Quibir (a fundadora, de D. Afonso Henriques levada pelo último da linhagem, D. Sebastião) e outra (a da independência e da fé, do Condestável), quiçá, no Terramoto de 1755, e a esmeralda/Luz na "noite alquímica" de Portugal (batalha de Nancy, 5/1/1477)... Portugal vê mudar o mapa político europeu: sem herdeiros varões, Borgonha é anexada a França por Luís XI (1477-82), abrindo a via para o poder global dos Habsburgos completando na União Ibérica (1580-1640) o "império onde o sol nunca se punha".

E Portugal repensa-se *na nova ordem de coisas do mundo*^[14], imaginando-se ainda Porto do Graal de ecuménica eucaristia: de reconciliação das religiões abraâmicas^[15], do *apocalipse* (revelação) da "Razão do Segredo", rosto de um futuro onde a humanidade reencontrará a sua essência divina sob a luz declinante do Ocidente, alma vibrando com essa *saudade do futuro* (Teixeira de Pascoaes, António Quadros)... esfinge assim respondendo à homóloga egípcia em *lusitana renascença* (Renascença Portuguesa)^[16]...

... e transformou-se...

Na bandeira da República, o verde sinaliza o Partido Republicano Português, a esperança popular e a vitalidade da terra/nação, mas também insinua a referência à cruz de Aviz/s (a mais antiga nacionalmente), à Ordem Militar da Torre e Espada (com uma coroa de louros de esmalte verde no pendente das insígnias), ao verde dracónico das origens lusitanas e à esmeralda perdida volvida esperança do seu reencontro, potenciando o sentimento sebastiânico de vazio sob a coroa régia desde a sua entrega simbólica à Nossa Senhora da Conceição (na Restauração), cujo círculo de estrelas se projectou, por seu turno, na bandeira da União Europeia.

Ao fundo, o canto da camoniana “tuba canora e belicosa” enrouquece-se e embebe os cantos não europeus do império em *quybyrycas* vozes (Frey Ioannes Garabatus/António Quadros, 1972) que o deslaçam em desejos de *ser onda* (Manuel Rui, 1982) e lhe metamorfoseiam o timbre em *lusofonia*...

Do solar “O Despertar de um Deus” (canto I d’ *A Morte da Águia*, 1910) ao nocturno “A Morte da Águia” (canto VII d’ *A Morte da Águia*), de Jaime Cortesão, ciclo do sol esboçado pelo voo d’ *A Águia* (1910-32) evocado na *Nova Águia* (2008 e ss.), fica a ideia de Portugal como a própria *Esmeralda de Lúcifer* lapidada pela história de glória e sofrimento, “reserva e tesouro espiritual da

Europa” (Gilbert Durand) vocacionada para ser farol civilizacional da já “espectral Europa” (Conde Hermann von Keyserling, *Das Spektrum Europas*, 1928) n’ “a hora da decisão” (Oswald Spengler, 1934). Singular^[17] Bela Adormecida que um novo “Príncipe dos Poetas” quer despertar com o beijo-*Mensagem* (1934) de *labiríntica saudade* (Eduardo Lourenço) no intervalo de guerras sangrentas...

Tudo isto, como diz Jaime Cortesão, é *História para os Anjos* n’ *A Sinfonia da Tarde* (1910, 1912^[18]). No *Crepúsculo dos Deuses* (Jaime Cortesão, Richard Wagner) cujo memorial se petrificou na Janela de Tomar.

*Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.*

O rosto com que fita é Portugal.

Fernando Pessoa
Mensagem, 1934

*The dreaminess of Portugal has also helped to keep her
separate from the rest of Spain.*

She looks West to the glorious past.

Salvador de Madariaga.

Portrait of Europe, 1950



[1] De acordo com algumas lendas da cariz esotérico, o Conde D. Henrique de Borgonha teria tido a visão de Deus ou Lúcifer a mergulhar como um cometa no rio Minho na raia de Espanha minhota, intuindo que o território em que entrava seria o que o fez gritar: “Porto Graal! Porto Graal! Porto Graal!”. As versões são elusivas e diversas, mas comungam da ideia de visão-revelação da fundação de um novo e especial reino e da esmeralda que teria ficado na sua posse, *memento* desse *apocalipse*.

[2] Refiro-me ao romance de cavalaria *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), de João de Barros. Cf. K. B. Michelin. *Percursos históricos na consolidação de um fundador*. In: *Um rei em três versões: A construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 94.

[https://doi.org/10.7476/9786557145395.0005]

[3] Cf. Gilbert Durand. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*, S. Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012. pp. 146-158.

[4] No mapa de Portugal, a relação entre a largura média (Este-Oeste) e o comprimento (Norte-Sul) aproxima-se da Proporção Áurea (de 1,618). Na alquimia e na geometria sagrada, o retângulo áureo é o único que se pode subdividir infinitamente em quadrados e novos retângulos áureos (a Espiral de Fibonacci), abrindo-se ao Infinito (gera a espiral das Navegações/Expansão) e acolhendo a luz do resto do mundo. *A Mitogeometria de Portugal* (2001), que Carlos Calvet analisou e que tem sido matéria de reflexão de Lima de Freitas, Paulo Pereira e Eduardo Amarante, dentre outros.

[5] Cf. ilustrado pela pintura “Brasão d’Armas de Portugal - Pelo Dragão Alado é Guardado”, de Mariana Soares (Arte Vagamundo), o “Hino ao Dragão de Portugal”, de Rémi Boyer in *Hinário ao Rei Encoberto – 17 Trovas Sebastianistas* (Sintra, Zéfiro, 2013): “Tu, Dragão original e derradeiro/ Tu, Dragão mutável/ Ora cintilante no meio do céu volúvel/ Ora invisível no fundo do negro abismo // Que permaneces, porém/ Eterno no presente instante// /.../ Que outrora

flutuavas sobre o estandarte/ Ao lado dos cinco escudetes de azur/ E dos sete castelos de ouro/ Que animas a esfera armilar/ Desde o alvor dos tempos /.../” (acessível em <https://www.instagram.com/p/DN338P9CNC/>)

[6] Cf. Documentos, traduções e transcrições em: <https://www.amap.pt/p/hist-afonso-henriques-dux-que-se-fez-rei-2>

[7] Cf. sobre o diálogo entre a *Crónica de D. João I* (1443), de Fernão Lopes e a *Estória do Santo Graal* (séc. XII), sinalizando a atmosfera vivida pela corte de D. João I como de uma nova Távola Redonda: Paulo Morgado e Cunha, “Batalhas fundacionais’: da *Estória do Santo Graal* à *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes”, in *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 2, 2017, pp. 19-40. DOI: 10.21747/21839301/gua2a2.

[8] Alguns defendem que ela teria sido ocultada pela Ordem de Cristo para evitar que o seu poder caísse em mãos estranhas e indesejáveis... e seria usada no centro da Charola de Tomar em rituais de consagração dos cavaleiros.

[9] Este anel é frequentemente confundido ou associado, em termos de lenda, ao famoso diamante “Sancy” do Tesouro dos Duques de Borgonha que se dispersou pela Europa após 1477. Esse diamante, de origem mongol ou indiana e dimensão bem maior (segundo alguns, o *Balle de Flandres*), cujo pentágono central é o remanescente da marca das quinas portuguesas, terá cintilado em alguns dos acontecimentos mais marcantes na Europa nos últimos 500 anos, passando de Carlos o Temerário, pela sua morte (Nancy, 1477), para D. Manuel I (Portugal) e acompanhando a dinastia de Avis por um século até sair de Portugal após o desastre de Alcácer Quibir levado por D. António, Prior do Crato, para França e Inglaterra (quando é nomeado por Nicolas de Harlay, Senhor de Sancy). Por ocasião das guerras civis conducentes à decapitação de Carlos I, o diamante regressou a França (meados do séc. XVII) e encimou a coroa real da Casa de Bourbon cerca de 150 anos. Durante a Revolução Francesa (1789-1799), o tesouro real é saqueado e o Sancy desaparece para só voltar a ser referido quando comprado pelo príncipe russo Anatoly Demidov (1828), até ser vendido pela família a Sir Jamsetjee Jeejeebhoy (1865), príncipe indiano que, por sua vez, o venderá à família dos viscondes de Astor de Inglaterra, cujo 4º Visconde o vende ao Museu do Louvre (1978), onde permanece. Cf. [<https://ilovebrides.pt/blog/joias/diamante-sancy/>].

[10] Significativamente, entre 1890 e 1895, o título previsto foi mudando antes da publicação, sinalizando a leitura, quer do texto, quer de Portugal: *Portugal no Calvário e Agonia*.

[11] *Dom Sébastien, roi de Portugal* (1838), de Gaetano Donizetti, com libreto de Eugene Scribe baseado na peça *Don Sébastien de Portugal* de Paul Foucher (1838).

[12] Curiosamente, no brasão de Sesimbra do séc. XVI, a águia pousada no castelo e um cão a fugir representam D. Afonso Henriques a conquistar o castelo aos mouros. Cf. [<https://www.sesimbra.pt/municipio/heraldica/>].

[13] Apesar das cópias que são exibidas como se fossem originais. No caso da de D. Afonso Henriques, a cópia mais famosa é a de uma espada de aparato posterior (século XIV) que a tradição “assumiu” como original e que podemos ver no Museu Militar do Porto, sendo certo que se considera uma réplica exata em bronze na mão da Estátua de D. Afonso Henriques (de Soares dos Reis), em Guimarães. No caso da do Condestável, também a controvérsia se mantém relativamente a cópias seguindo a descrição garrettiana: a do Museu Militar de Lisboa, embora seja da época, os especialistas consideram-na uma espada votiva ou de representação e não a arma pessoal do Condestável usada em Aljubarrota; na cripta de D. Nuno do Castelo de Ourém, também há representações e réplicas que evocam a arma do “Santo Condestável”.

[14] Do título garrettiano *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado* (1830), uma reflexão na senda de longa corrente que nos vem, pelo menos, desde a célebre *Carta de Bruges* (1426), do Infante das Sete Partidas.

[15] Lembremos o encontro de *Abraão e Melquisedeque* (1538-39), de Gregório Lopes, simbolizando a harmonia entre as religiões (cristã, judaica e muçulmana) cujas insígnias eram arvoradas em estandartes e personificadas pelos respectivos representantes.

[16] Inicialmente, “Renascença Lusitana” foi a designação pascoalina do movimento/associação renomeada Renascença Portuguesa e defendida pelos periódicos *A Águia — Órgão da Renascença Portuguesa* (séries II-V, 1910-32), e *Vida Portuguesa* (1912-15).

[17] De uma *singularidade* reconhecida no ‘concerto da Europa’, como destacam Ortega y Gasset (*A Revolta das Massas*, 1929), Oswald Spengler (*A Hora da Decisão*, 1934), Salvador de Madariaga (*Portrait of Europe*, 1950), André Siegfried (*L’Âme des Peuples*, 1951), Gilbert Durand (*Portugal: tesouro oculto da Europa*, 1988) dentre outros.

[18] *A Águia: revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*, nº 1, Porto, Tércio Miranda, Dez/1910, pp. 17-22.

[https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/132885/?return=1&prev_next=0#page=22&viewer=picture&o=info&n=0&q=]

* Professora Universitária e membro do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal



(Fig. 2. Gravura devocional, séc. XVIII. Restauro digital preservando a pátina e os detalhes da calcografia original. Coleção Particular.)

Um São Vicente da Cidade do Porto no fim do século XVIII

Orlando V. B. da Rocha Pinto*

É por demais conhecida a História do Santo São Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa que em tempos remotos também o foi da cidade do Porto, até que São Pantaleão depois de 1453 lhe usurpa o lugar que se manteve até ao ano de 1981, para o de Nossa Senhora da Vandoma, de forma que nos abstermos de comunicar mais sobre tão dignificante assunto, somente referir que se conhecem diversas versões contendo relíquias deste “São Vicente” falecido em Valência. Todavia no contexto da História Eclesiástica existem outras, designadamente em França,

em Castres (como aludiu o monge Aimoin da abadia de Saint-Germain-des-Prés, no século nono) e ainda na localidade de Metz; na Itália, em Bari e também na abadia beneditina de San Vincenzo al Volturno, como ainda no mesmo país nas cidades de Cortona e Benevento e na Grécia, em Monemvasia vila localizada no Peloponeso.

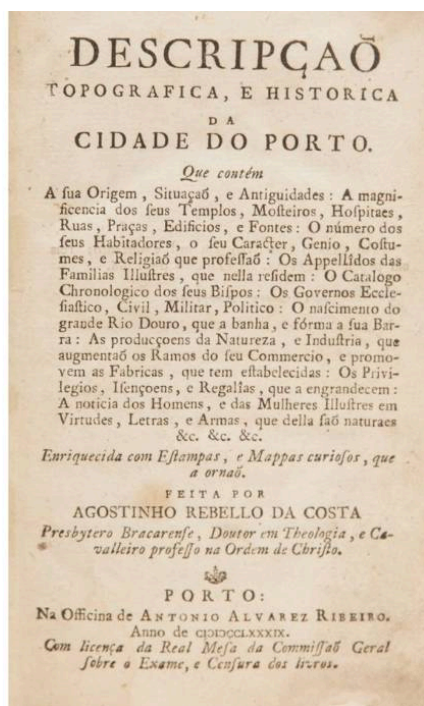
A conhecida situação portuguesa que em caráter de prodígio e milagre, leva o sarcófago do Santo em viagem marítima do Promontório Sagrado até à barra do Tejo no

preciso dia 14 de setembro de 1173, e que subindo o rio e chegando à cidade de Lisboa, a dois passos da igreja de Santa Justa ali ficou depositado, sendo depois transferido no imediato dia 16 para a igreja de Santa Maria Maior, vulgarmente denominada por Sé Patriarcal de Lisboa.

A irradiação do culto a São Vicente foi notavelmente rápida no nosso País devido aos seus milagres, muitos deles enunciados por “Mestre Estevão, chantre da Sé Ulissiponense”(1) e o seu efeito encontra-se distribuído praticamente em quase todos os concelhos de Portugal, designadamente nas dioceses de Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Lamego, Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Algarve e Funchal.

Na do Porto, mais propriamente na sua cidade, encontra-se genericamente o seu culto na Sé Catedral do Porto, Igreja de São Veríssimo de Paranhos, Igreja do Terço e Caridade e ainda na Igreja de Santa Clara, segundo a prestimosa informação presente na “Introdução” escrita por Irisalva Moita no “Catálogo” da “Exposição do VIII Centenário da Trasladação das Relíquias de São Vicente / 1173-1973”, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa em colaboração com o Patriarcado.

Mas, além dos apontados, há mais um São Vicente, dito de Mártir, este na igreja de São Nicolau, da cidade do Porto.



Rosto do livro escrito pelo Padre Agostinho Rebelo da Costa, de 1789

Com efeito, sabemos que na Igreja tripeira de São Nicolau, segundo informação vinda na “Descrição Topográfica da Cidade do Porto” do Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Padre Agostinho Rebelo da Costa, nascido em Braga e falecido na cidade do Porto a 9 de janeiro de 1791, cuja primeira edição data de 1788,(2) em que o insigne autor do século XVIII apresentava nesta sua obra que no Porto, “igrejas notáveis são as das Paróquias, principalmente a de São Nicolau, que, além de ser sagrada, é a mais rica de todas, por causa do grande número de comerciantes que dela são fregueses e se desvelam em desempenhar as suas funções com a mais plausível magnificência; nela foi colocado, no dia 21 de dezembro do ano de 1785, o corpo de São Vicente Mártir, que mandou conduzir de Roma à sua custa e com a maior pompa e despesa, Thomaz da Rocha Pinto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e um dos principais comerciantes desta praça”.

Interessante observar que este caso foi bastante conhecido na cidade invicta, conforme se constata na obra de Henrique Duarte e Sousa Reis (1810-1876), funcionário da Câmara Municipal do Porto,(3) o qual deixou na forma de manuscrito, vinte e oito volumes a que deu o título de “Apontamentos para a Verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto”, cuja sua filha D. Adelaide Duarte e Sousa Reis legou a obra em 1906 à Câmara Municipal do Porto mediante certas condições, como a “obrigação de velar pela conservação do jazigo perpétuo onde estão as cinzas do pai”, que depois de obter a concordância municipal, foram os volumes manuscritos depositados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. No entanto, só em 1984 se iniciou a sua publicação por este organismo, onde no volume IV datado de 1999, página 53, refere Henrique Sousa Reis que “no dia 21 de Dezembro de 1785 foi colocado com grande solenidade no altar colateral do lado da Epístola desta igreja, no qual se venera a imagem da Nossa Senhora da Boa Nova, o corpo inteiro de S. Vicente Martyr que à sua custa e com muito dispêndio solicitou e mandou vir de Roma o rico negociante Thomaz da Rocha Pinto, Cavalleiro da Ordem de Cristo” e continua dizendo Sousa Reis que “não sei o dia certo, em que antigamente se expunha patente o corpo do mencionado Martyr, deixando-se vêr na urna do dito altar, e junto do Santo hum vaso com seu sangue: a devoção popular que ao princípio foi fervorosa, como costuma ser, parece esfriou (sic) pouco a pouco e no presente (o tomo na forma de manuscrito foi concluído em 15 de julho de 1865) quase se ignora a existência desta sacrossanta relíquia, que recorda a piedade do referido Commerciante da Praça do Porto”.

Por outro lado, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal (1816-1884) conheceu o assunto, pois ao abordar a igreja de São Nicolau no seu Dicionário

“Portugal Antigo e Moderno”, volume sexto, de doze, imprimidos entre os anos de 1873 a 1890, refere precisamente este caso, transcrevendo o que o erudito padre do fim do século XVIII escreveu, especificando concretamente que o “corpo de S. Vicente martyr” se encontra depositado “em um altar colateral” da dita igreja; sabe-se que ainda estava nesta disposição no início do século XX, como mostra o doutor Souza Viterbo (1845-1910) no seu artigo intitulado “Relíquias de Santos” vindo a lume na página 19 da revista “O Tripeiro”, Porto, 10 de janeiro de 1909, onde apresenta a fotografia da figura do corpo jacente de “O martyr S. Vicente que se venera na Igreja de S. Nicolau”, que temos o ensejo de a reproduzir, interrogando-se e bem o historiador se no Flos Sanctorum (4) inscreve mais de um mártir sob o nome de S. Vicente, sobretudo pelo facto de na Sé portuense se guardar “um braço de S. Vicente”, como diz e informa “João Baptista de Castro na relação das relíquias que traz no seu Mappa de Portugal”. Com efeito, tem toda a razão o arguto historiador Sousa Viterbo nascido na cidade do Porto e falecido em Lisboa, ao notar tal facto em relação à multiplicidade e existência do Santo São Vicente.



Figura do corpo jacente de São Vicente Mártir.

Depois, em meados da década de sessenta, saía a lume pela Portucalense Editora, três grossos volumes sobre a “História da Cidade do Porto”, que o Doutor Artur de Magalhães Basto (1894-1960) então diretor do Arquivo Distrital do Porto concebeu e traçou o seu plano, com a magnífica colaboração de outros dez historiadores,(5) onde no terceiro volume é abordado o tema de “Arte: Do Barroco ao Neo-Classicismo” este, escrito por Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987), em que este autor a propósito da Igreja de São Nicolau refere que “dispunha de bom rendimento com privilégio de fornecer as rasas (6) e cuja distinção terminou em 1834” e depois apontava aos seus leitores, para melhor identificar a Igreja de São

Nicolau, que “foi nesta igreja que se colocou o corpo de S. Vicente Mártir, trazido de Roma por Tomás da Rocha Pinto, Cavaleiro da Ordem de Cristo”.

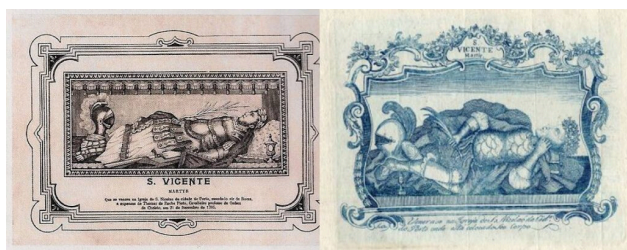
Um pouco mais tarde, o escritor e investigador de temas da cultura popular conhecido pelo nome de Helder Pacheco apresenta em 1984, um trabalho de intervenção relacionado aos “Novos Guias de Portugal” denominado por “Porto”, da Editorial Presença, onde ao descrever a freguesia de São Nicolau aponta a sua igreja, afirmando “que ocupou um lugar dominante durante várias gerações”, elencando depois alguns factos relacionados com a sua existência, referindo assim, concretamente, que “em 1785 foi colocado num altar lateral da igreja o corpo do mártir S. Vicente que Tomás da Rocha Pinto, grande negociante, mandara vir de Roma, com grande pompa a expensas suas!”.

Além do ano, sabemos concretamente o dia em que foi ofertada a relíquia depositada na igreja de São Nicolau, localizada na atual rua Infante D. Henrique da cidade do Porto, notícia bem sublinhada e reportada em primeira mão pelo Padre Dr. Agostinho Rebelo da Costa, como sendo o dia 21 de dezembro daquele ano de 1785, cujo monumento em que se encontra, foi reconstruído completamente em 1762, no estilo neoclássico e barroco por Frei Manuel de Jesus Maria, converso do Mosteiro da Serra do Pilar, que também interveio no risco do Retábulo e Tribuna da Capela-Mor da mesma igreja,(7) depois de ter sido destruída por um incêndio em 1758, a qual tinha sido edificada no fim do século XVII, mais precisamente em 1671, em lugar da pequena ermida aí existente desde o século XII, em invocação ao Santo Nicolau do século IV, então bem conhecido pela sua generosidade e que hoje se encontra na tradição do Pai Natal, para contento sobretudo da criançada. Apresenta-se fotografia da igreja de S. Nicolau, todavia será de apontar que em 1832 foi acrescentado um adro gradeado para proteção das sepulturas e em 1861 cobriu-se a sua frontaria de azulejos.



Igreja de São Nicolau, Porto.

Perante tal evidência, com respeito à data concreta do seu depósito na referida Igreja, foram consultados os livros relacionados com esta paróquia portuense no Arquivo Distrital do Porto, na tentativa de encontrarmos algo mais, cuja heurística foi preenchida de pleno êxito, porquanto descortinámos no livro de Batismos um termo deveras interessante, em que nesse preciso dia de 21 de dezembro do ano de 1785, o abastado comerciante ofertante da dita relíquia de “São Vicente Martir”, é apontado. Com efeito, apresenta que “Thomaz da Rocha Pinto, professo na ordem de Cristo, morador na Rua Nova dos Ingleses”(8) é padrinho de “Isabel, filha legítima de Domingos Ferreira Pinto Basto, natural da freguesia de São Jorge de Abadim, termo de Guimarães, Arcebispado de Braga e de sua mulher Maria do Amor Divino, natural desta freguesia de São Nicolau, moradores na Rua Nova de São José desta freguesia”, esta que foi o oitavo “rebento” do casal, no total de dez.(9) Foi aquele dia de 21 de dezembro de 1785, certamente de grandes festejos e animação na cidade do Porto, mas sobretudo na sua freguesia de São Nicolau, por dois motivos implícitos, ou seja, um, pelo batismo da filha de um dos grandes comerciantes da freguesia e o outro, pela deposição do corpo de São Vicente, Mártir, recém-chegado da cidade de Roma, cujo culto no início parece ter sido de grande fervor e que se foi esfumando ao longo do tempo, em que por volta da década de sessenta do século XIX, era praticamente inexistente, como bem apontou Henrique Duarte e Sousa Reis. Todavia, será interessante observar que pelo século XIX foram feitas ou impressas pagelas referentes a este “S. Vicente Martyr”, ambas legendadas, que temos o maior gosto de mostrar, as quais pertencem ao arquivo municipal da edilidade do Porto e que muito agradecemos a possibilidade da sua reprodução. A primeira que se apresenta diz: “Venera-se na Igreja de S. Nicolau da Cidade do Porto, onde está colocado seu Corpo”; e na segunda lê-se: “Que se venera na Igreja de S. Nicolau da Cidade do Porto, mandado vir de Roma, a expensas de Thomas da Rocha Pinto, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, em 21 de Dezembro de 1785.



Pagela São Vicente, Mártir

• • • •

De observar que nas pagelas, as imagens apresentadas são semelhantes, mas não totalmente condizentes. Pensamos, pela sua disposição e contexto iconográfico que representam efetivamente o santo São Vicente de Lérins, cujo seu dia é o respetivo 24 de maio, no calendário. Santo nascido no norte de França (há quem aponte Toulouse) e que terá falecido pelo ano de 450, na ilha de Lérins, em frente à atual cidade de Cannes (França), tendo sido oficial do exército, que cansado, segundo consta de “ver sangue e violência” se retirou para o mosteiro de Lérins, onde toma o hábito e se dedica até ao fim da sua vida, “à contemplação, à oração, à teologia e à escrita”.(10) Profundo conhecedor das Sagradas Escrituras e dotado de uma grande cultura humanista escreveu entre outros textos, o “Comnitorium”, também conhecido como “Manual de Advertência aos Hereges”. Pela sua conduta contra a doutrina herética é exaltado em oração onde se pede “a graça de livrar a igreja dos falsos profetas atuais” bem como a proteção “às seduções mentirosas dos lobos que se apresentam em pele de ovelha”.

Dentro do contexto hagiográfico, além deste “São Vicente” conhecido por de Lérins, há aquele nascido em Huesca, que no seu tempo romano se designava por Osca, localidade próxima de Saragoça (Aragão, Espanha), falecido, segundo se crê, pelo ano de 304 e que é padroeiro da cidade de Lisboa, como ainda se conhece um “São Vicente Ferrer” (1357-1419) e ainda “São Vicente de Paulo” (1580-1660), entre outros.

O santo “São Vicente Martir” da igreja de São Nicolau da cidade do Porto, foi adquirido e transportado às expensas do abastado comerciante portuense Tomás da Rocha Pinto, como apontou em primeira mão o Padre Agostinho Rebelo da Costa, em que diz que ele veio de Roma, há quem afirme que a sua proveniência direta é das Catacumbas desta cidade, todavia se depreende que terá sido comprado a uma das corporações da Cúria Romana e que provavelmente, o comprador portuense teve uma ligação direta com o cardeal Giovanni Angelo Brachi (1717-1799), (11) que desde 1761 foi o “tesoureiro da câmara apostólica”, sendo mais tarde eleito no mais alto cargo da Igreja Católica, tomando o nome de “Papa Pio VI”, de 15 de fevereiro de 1775 a 29 de agosto de 1799.

Parece que entre ambos terá havido uma ligação de alguma proximidade, talvez mesmo de amizade, que implicitamente se poderá provar, porquanto vem inscrito no termo de batismo de sua filha Maria, (depois conhecida pelo nome de Maria Rita da Rocha Pinto, a qual foi a mãe da conhecida Fanny Owen ou Francisca, quer do livro de Agustina Bessa Luís ou do filme de Manoel de Oliveira), assento realizado a 20 de maio de 1790 na freguesia de São Nicolau (12) e nascida no

anterior dia 16, onde vem descrito que os padrinhos foram “o Procurador-Geral da Província dos Reformados do Rio de Janeiro, Fr. António do Menino Jesus, com Breve de Sua Santidade Pio Sexto”, em que “assistiu João José de Gouveia (Mourão) desta freguesia e testemunhas Francisco José do Valle e Francisco Pinto dos Reys, ambos desta freguesia”.



Sua Santidade o Papa Pio VI que enviou um breve pontifício a Tomás da Rocha Pinto, pelo batizado da sua filha Maria Rita, em 1790



E perante tais circunstâncias, forçoso será dar alguns elementos biográficos de quem adquiriu e trouxe o “São Vicente Martyr”, de Roma para a igreja de São Nicolau da cidade do Porto, naquele fim de ano de 1785.

Tomás da Rocha Pinto nasceu na cidade do Porto, na rua da Lada, freguesia de São Nicolau, a 19 de setembro de 1748, sendo batizado no imediato dia de 29, filho legítimo de João de Gouveia Mourão e de sua mulher, D. Maria da Conceição (da Rocha Pinto), esta filha de João da Rocha Pinto, como reporta o assento do seu casamento datado de 20 de junho de 1740, realizado na mesma freguesia do nascimento de seu filho, conjuntura esta, bem descrita no “Anuário da Nobreza de

Portugal”.(13) Veio ele a casar duas vezes, a primeira na Sé do Porto, a 13 de novembro de 1776, com D. Maria Tomásia do Sacramento, de que houve geração, esta que nos escusamos de citar pois que vem retratada no dito “Anuário da Nobreza (...)”, e a segunda, já no estado de viúvo, a 31 de dezembro de 1803 com D. Ana Maria Tomásia de Sousa Peres, viúva do primo do noivo, Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, sem qualquer geração. Faleceu na sua casa situada na Rua Nova dos Ingleses, localizada na mesma freguesia e cidade do seu nascimento a 17 de março de 1815, sendo sepultado em carneiro no Convento de São Francisco, como assim reza o seu assento de óbito presente no Arquivo Distrital do Porto.

Além de ter sido um dos maiores comerciantes de vinho do Porto para Inglaterra no seu tempo, foi cônsul da Sardenha na cidade do Porto e sargento-mor da Mitra do Porto, como também Mesário e presidente da Venerável Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, entre outras.

Conforme dita o escrito proveniente da obra citada do Padre Agostinho Rebelo, que afirma que era “cavaleiro professo da Ordem de Cristo”, o que é completamente seguro porquanto, segundo consta em documento presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pois já o era em 29 de abril de 1780, em que lhe foi passada “carta de provisão da tença de 12\$000 reis” passada em seu nome.(14)

Todavia, já em março/abril de 1778 era considerado pessoa de elevação, como se depreende pela sua eleição a Almotacé da Câmara Municipal do Porto, assim consta no livro “Municipalismo e Sociedade do Porto / De Pombal às Invasões Francesas” de Ana Sílvia Albuquerque Nunes, como existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo consubstanciando esse seu estar, um escrito relacionado aos “comerciantes de melhor nota da cidade do Porto” em que consta o seu nome, entre doze.(15) Com efeito foi comerciante de grosso trato devidamente apontado por Jorge (Borges) de Macedo em “O Bloqueio Continental / Economia e Guerra Peninsular”,(16) onde para esse efeito era dado como um dos “Principais Consignatários de Barcos Portugueses na cidade do Porto”, apesar de ter sido armador, proprietário de alguns barcos de grande calibre, os quais apontados no nosso trabalho intitulado “Terá sido Tomás da Rocha Pinto o tal retratado por Vieira Portuense, dado como personagem desconhecida” que veio a lume no boletim da Associação Cultural Amigos do Porto do ano 2020, como também foi um dos principais exportadores de vinho do Porto para Inglaterra, como já referido, cujo princípio na sua laboração nesta matéria se iniciou pelo Aviso de 14 de dezembro de 1792,(17) aliás bem patente este potentado

económico na tese de doutoramento publicada em 2014 na FLUP por Maria Cecília B. N. Rodrigues S. Reis intitulada “O Porto e o Comércio na Segunda Metade do Século XVIII / A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os Negócios do Vinho”, como já em data anterior, em 1985, Domingos Oliveira Silva na sua prova para o grau de doutoramento prestada na Universidade de Southampton, intitulada “The Apogee and Decline of British Hegemony in Portugal, 1807-1820”, o classificava de igual modo.

A sua ligação ao comércio de vinho do Porto com a Inglaterra fez com que realizasse algumas viagens a este país. Conhecem-se pelo menos dois passaportes, o primeiro datado de 23 de abril de 1809, que diz que foi acompanhado por seu filho Francisco de Paula da Rocha Pinto, este que era o seu secundogénito e o outro, datado de 17 de setembro de 1810, em que narra que era acompanhado por sua “mulher, três filhos e três criadas e dois criados”, ambos pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, livro 366, fl. 9 e fl. 53 respetivamente.

Como esteve de certo modo ligado à finança, Tomás da Rocha Pinto foi “Tesoureiro e Depositário Geral da Mitra e do Juízo Eclesiástico do Bispado do Porto”, onde pelo menos desde 20 de fevereiro de 1799 já tinha este posto, e ainda nesse ano é colocado como Sargento-Mor dos “Coutos da Mitra” dessa cidade, desde 7 de novembro de 1799,(18) como depois, já no início do século seguinte é eleito Deputado da Nação Sarda (Sardenha) da cidade do Porto, nomeado após a morte de seu primo Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, substituindo-o a 17 de março de 1802.(19)

Com a ocupação dos franceses é apontado para ocupar o lugar de Tesoureiro da Câmara Municipal do Porto, que de imediato pede para ser aliviado do cargo, ficando António Simões Duarte no seu lugar, o qual toma posse em 5 de março de 1808. A este propósito, no livro da já referida doutora Ana Sílvia Albuquerque Nunes, diz que “esta tomada de atitude que podemos interpretar como Não querendo servir os franceses está plenamente de acordo com a atuação patriótica que lhe valerá em 1815 a mercê (de fidalguia) concedida pelo Rei D. João VI”, ao tempo Príncipe Regente, dizemos nós. De facto, como bem refere a historiadora, foi pelo seu “Zelo e Patriotismo” que entrava na nobreza por alvará de 17 de maio de 1815, extensivo aos seus quatro filhos varões, Tomás (1779-1846), Francisco de Paula (1784-1830), José

(1788-1843) e João (1791-1837), em que se excluía a sua filha Maria Rita (1790-1858). A consubstanciar tal atitude se apresenta sua Pedra d’Armas, montada depois por seu filho Francisco de Paula na sua quinta de Santa Cristina (Santo Tirso).



Pedra d’Armas da família Rocha Pinto, montada depois de 1815, na quinta de Santa Cristina, Santo Tirso.

Aliás, naquele seu contexto patriótico, de não querer exercer qualquer função no tempo da ocupação francesa, se encontra, de igual modo, uma outra carta datada no ano seguinte, da cidade do Porto de 29 de janeiro de 1809, em que escreve um requerimento renunciando o “cargo de Tesoureiro do Produto da Ponte das Barcas do Rio Douro”, cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (20)

Apesar de ter tido uma vida cheia no campo profissional, ainda teve tempo para se dedicar a obras existenciais e de beneficência na sua cidade, onde desde logo foi Mesário das Confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Boa Nova na igreja de São Nicolau, e na década seguinte, irmão da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, onde foi por diversos anos Mesário e também seu “Ministro”, cargo este nos respetivos anos de 1783 a 1785 e de 1794 a 1798, como nos informou o seu ilustre Provedor M. Passos Rodrigo por carta de 11 de julho de 2013, como ainda foi irmão da “Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade”, aqui admitido a 12 de abril de 1800, como apontou o provedor Alberto Manuel de Magalhães Plácido na sua epístola de 4 de outubro de 2004, em resposta ao signatário do presente texto.

- (1) Conforme apontaram Aires Augusto Nascimento e Saul António Gomes no seu trabalho intitulado “S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais”, obra patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa e publicada pelas “Edições Didaskalia”, Lisboa, 1988.
- (2) Com nova reimpressão no ano seguinte, em 1789, tendo havido somente no século XX uma segunda edição, em 1945, apresentada por Artur de Magalhães Basto e publicada pelas Edições Progredior, de Vila Nova de Gaia e já no presente milénio, houve uma terceira, em 2001, que veio a lume pela lisboeta Frenesi, prefaciada por Francisco Ribeiro da Silva.
- (3) Primeiro, na Biblioteca (1842 a 1848) e depois na Secretaria.
- (4) Obra de Pedro de Rivadeneyra (1527-1611), com o título completo de “Flos Santorum / História das Vidas e Obras Insignes dos Santos”.
- (5) Designadamente: Dr. António Cruz, Bernardo Gabriel Cardoso Júnior, Reverendo Dr. B. Xavier Coutinho, Conde de Campo Belo, Dr. Cruz Malpique, Dr. Damião Peres, Dr. Eugénio da Cunha e Freitas, Dr. João Pinto Ferreira, Dr. Luís de Pina e Dr. Torcato Soares.
- (6) Medida antiga de secos, que correspondia aproximadamente ao “alqueire, com que se media o grão para a fabricação do pão” na cidade.
- (7) Como A. de Magalhães Basto indica nos “Apontamentos Para Um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalharam no Porto do Século XV ao Século XVIII”, Edição Câmara Municipal do Porto.
- (8) Atual Rua Infante D. Henrique, como esclarece Eugénio Andrea da Cunha e Freitas no seu trabalho “Toponímia Portuense”, publicado pela “Contemporânea Editora, Ld.”. Matosinhos, 1999.
- (9) Cujo matrimónio de seus pais tinha sido efetivado na mesma igreja do seu batismo, a 30 de novembro de 1773, ela, a noiva, com 23 anos, pois tinha nascido na freguesia de São Nicolau a 4 de maio de 1750 e o noivo, com a idade de 32, porquanto tinha vindo a este mundo a 5 de maio de 1741. Interessante focar que o filho primogénito deste casal, logo irmão de Isabel, José Ferreira Pinto Basto nascido em 1774, casado na freguesia de Santo Ildefonso, Porto, a 12 de janeiro de 1801 com Bárbara Inocência Felicidade Allen, foi o fundador em 1824 da conhecidíssima empresa de porcelana, “Vista Alegre”, a primeira em Portugal a laborar cerâmica com argila branca, o caulino, estando ainda atualmente em laboração. Por outro lado, a consagrada Isabel, por batismo a filha de Tomás da Rocha Pinto, ficou conhecida pelo nome completo de Isabel Rita Ferreira Pinto Basto que tinha nascido na mesma freguesia, sete dias antes do seu batismo, a 14 de dezembro. Casou duas vezes, como consta no livro “História da Família Ferreira Pinto Basto” de Carlos Bobone, Livraria Bizantina, 1997; primeira, no Porto, na mesma freguesia onde se deu o seu batizado, a 28 de junho de 1802, com Teodoro Allen, comerciante, que depois faleceu em 1809, o qual tinha nascido em Viana do Castelo, freguesia de Monserrate, a 2 de julho de 1774, dando-se o seu decesso na data apontada, o qual era filho de Duarte Guilherme Allen, cônsul inglês em Viana e depois no Funchal e de sua mulher Joana Josefa Dorotea Felicidade Mazza, de cujo recebimento houve geração, designadamente: de Teodoro Ferreira Allen e José Ferreira Allen. Depois de nove anos de viuvez, volta a matrimoniar-se a 29 de julho de 1818 na freguesia tripeira de Santo Ildefonso com Duarte Guilherme Ferreri de Gusmão, sete anos mais velho que a noiva, pois tinha nascido a 23 de março de 1778 e futuro barão de S. Martinho de Dume, pelo decreto de 4 de abril de 1837, de cujo consórcio houve geração, como bem aponta o volume III da “Nobreza de Portugal e do Brasil”, dirigido, coordenado e compilado por Afonso Eduardo Martins Zuquete, publicado pela Editorial Enciclopédia Ld.^a, Lisboa / Rio de Janeiro, 1960.
- (10) Como assim apresenta Luís T. Melgar Valero na sua obra de “Os Santos de Cada Dia”, editorial Estampa, 2002.
- (11) Nasceu em Cesena no Natal de 1717, sendo o primogénito de oito filhos do Conde Marco Aurélio Tommaso Braschi (1684-1759) e de Anna Teresa Bandi (1690-1730).
- (12) Arquivo Distrital do Porto. Cota: PPRTO13, livro 18, fls. 82v e 83.
- (13) Em “Rocha Pinto”, págs. 1426 a 1434, III, tomo IV, Dislivro Histórica, Lisboa, 2006.
- (14) In “Mercês de D. Maria I”, livro 8, fólho 294/295v.
- (15) In “Ministério do Reino”, Maço 641.
- (16) Edição Delfos, Lisboa, 1962.
- (17) No livro “A Real Companhia Velha / Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro / 1756-2005”, Porto, 2006.
- (18) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Decretos, Maço, 158.
- (19) Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Livro Registo 15, fl. 77v.
- (20) Em “Ministério do Reino”, Maço 932, proc. 52.

* Da Associação da Nobreza Histórica de Portugal entre outras instituições académicas e religiosas.



Nós somos europeus!

Nós somos europeus,

mas não somos alemães. Nós somos europeus, mas não somos espanhóis.
Somos europeus, **porque somos portugueses.**

José Ribeiro e Castro,
Discurso do 1.º de Dezembro de 2014